

ARQUIVO **S**

O Senado na História do Brasil

Volume 10



SENADO FEDERAL



HISTÓRIA E JORNALISMO

Para que serve conhecer a história do Brasil? Não podemos encarar o conhecimento histórico apenas como um museu que visitamos para contemplar passagens curiosas do passado. Muito mais do que isso, devemos utilizar a história a nosso favor, como instrumento que nos mostre como surgiram os problemas do presente e nos ajude a encontrar as soluções.

É com essa ideia sempre em mente que a coluna Arquivo S, do Portal Senado Notícias, explora a riqueza dos documentos antigos que estão sob a guarda do Arquivo do Senado, em Brasília. Todo mês, numa mistura de jornalismo e história, um episódio importante do passado do Brasil é narrado a partir dos projetos de lei e dos pronunciamentos dos senadores da época em questão. As reportagens do Arquivo S apresentam a nossa história por um prisma inédito e mostram que os grandes temas nacionais, de uma forma ou de outra, sempre passam pelo Senado.

Textos novos são publicados no Portal Senado Notícias na primeira sexta-feira do mês. A cada ano, o material é compilado em um livro da coleção *Arquivo S – O Senado na História do Brasil*, que pode ser encontrada na Biblioteca do Senado e na Livraria do Senado.

O Arquivo S é resultado de uma parceria entre a Agência Senado e o Arquivo do Senado.

Visite o Arquivo S:



AGÊNCIA SENADO

Quem produz as reportagens do Arquivo S é a equipe de jornalistas da Agência Senado. Eles também noticiam os trabalhos diários dos senadores, com textos e fotos disponibilizados no Portal Senado Notícias minutos depois dos acontecimentos – dos pronunciamentos às CPIs, das audiências públicas à votação dos projetos de lei. Ao lado da Agência Senado na missão de dar transparência às atividades legislativas, estão a TV Senado e a Rádio Senado, que transmitem ao vivo e sem cortes as sessões do Plenário e as reuniões das comissões. As notícias também podem ser acompanhadas pelas postagens do Senado nas redes sociais.

ARQUIVO DO SENADO

O Arquivo do Senado é a fonte das reportagens do Arquivo S. Desde a instalação da Casa, em 1826, os documentos produzidos na ação parlamentar são tratados e preservados pelo Arquivo. As salas do acervo têm controle de temperatura e umidade, para garantir a preservação do material. Os documentos, que crescem a cada dia, retratam toda a trajetória do Poder Legislativo, e parte deles está no portal do Senado na internet. O Arquivo é uma valiosa fonte de informação para pesquisadores e, principalmente, um instrumento de aproximação do cidadão com o Senado e os senadores.

Imagem da capa:

O presidente João Goulart participa de cerimônia militar em Brasília

Foto: Correio da Manhã/Arquivo Nacional

ARQUIVO **S**

O Senado na História do Brasil

Volume 10



SENADO FEDERAL

Mesa
Biênio 2025–2026

Senador Davi Alcolumbre
PRESIDENTE

Senador Eduardo Gomes
PRIMEIRO-VICE-PRESIDENTE

Senador Humberto Costa
SEGUNDO-VICE-PRESIDENTE

Senadora Daniella Ribeiro
PRIMEIRA-SECRETÁRIA

Senador Confúcio Moura
SEGUNDO-SECRETÁRIO

Senadora Ana Paula Lobato
TERCEIRA-SECRETÁRIA

Senador Laércio Oliveira
QUARTO-SECRETÁRIO

Senador Chico Rodrigues
Senador Mecias de Jesus
Senador Styvenson Valentim
Senadora Soraya Thronicke
SUPLENTE DE SECRETÁRIO

Ilana Trombka
DIRETORA-GERAL

Danilo Aguiar
SECRETÁRIO-GERAL DA MESA

ARQUIVO **S**

O Senado na História do Brasil

Volume 10



Textos

Ricardo Westin

Ilustrações

Cássio Costa

Pesquisa histórica

Arquivo do Senado



Expediente

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Luciana Rodrigues

Coordenadora-geral: Glauciene Lara

Diretor de Jornalismo: Mikhail Lopes

SECRETARIA AGÊNCIA SENADO

Diretora: Paola Lima

Coordenador-geral: Silvio Burle

ARQUIVO S — O SENADO NA HISTÓRIA DO BRASIL — VOL. 10

Reportagem e edição: Ricardo Westin

Revisão: Mariana Sanmartin de Mello

Ilustrações: Cássio Costa

Diagramação: Bruno Bazílio

Pesquisa de fotos: Ana Volpe, Bernardo Ururahy, Braz Félix e Pillar Pedreira

Tratamento de fotos: Lindomar Cruz

Infográficos: Bruno Bazílio

Capa: Bruno Bazílio, com foto de Correio da Manhã/Arquivo Nacional

Impressão:

SECRETARIA DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

Diretor: Rafael André Vaz Chervenski

SECRETARIA DE GESTÃO DE INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

Diretora: Daliane Aparecida Silverio de Sousa

Coordenador-geral: Maciel Rodrigues Pereira

Coordenação de Arquivo: Diogo Vieira Guerra

Serviço de Pesquisa e Difusão do Acervo: Wallace Batista dos Santos

Pesquisa: Alexandre Alves de Sousa Moreira, Ana Júlia Joaquim da Paz, Ana Paula Ribeiro da Silva, Elisângela Barros da Conceição, Gabriela de Souza Bernardo, Johnatan Leal da Costa Silva, Jorge Bitar, Juliana Lara Gaia Jardim, Kaian Roberto Leite, Laura Lis Andrade de Mendonça, Pablo Natan Souza Machado, Pedro Paulo Ribeiro Neto, Raissa de Oliveira Fernandes Vernay, Tainara Maressa Antunes Martins, Tainara Vitoria de Sousa, Thaiane Miranda dos Santos e Vanessa Alves Costa Cabral

Colaboração:

Biblioteca do Senado, Livraria do Senado, Serviço de Publicações Técnico-Legislativas e TV Senado

Os textos deste livro foram publicados originalmente pelo Portal Senado Notícias entre fevereiro e dezembro de 2024.

Westin, Ricardo.

Arquivo S / textos Ricardo Westin ; ilustrações Cássio Costa ; pesquisa histórica Arquivo do Senado. -- Brasília : Senado Federal, 2025.

177 p. : il., fots., gravs. -- (O Senado na história do Brasil; v. 10)

ISBN 978-65-5676-653-9

1. Brasil. Congresso Nacional. Senado Federal, história. 2. Poder legislativo, história, Brasil. I. Brasil. Congresso Nacional. Senado Federal. Arquivo. II. Título. III. Série

CDD 328.8109

Império

No Império, senadores tinham mandato até o fim da vida..... 6

Império

Recrutamento militar no Império era “caçada humana” e mirava “vadios”..... 22

Primeira República

Brasil oficializou Dia do Trabalhador para incentivar festa e conter protesto..... 36

Primeira República

Dia da Criança surgiu quando meninos pobres iam para a cadeia..... 52

Era Vargas

Alçado a ditador na Alemanha, Hitler afetou rumos da política do Brasil..... 64

República de 1946

Padre redigiu 1º projeto de lei do Brasil sobre o aborto em 1949..... 80

República

Brasil demorou a criar Banco Central por resistência de bancos e governos..... 94

República de 1946 e Ditadura Militar

Brizola liderou resistência armada e evitou golpe militar em 1961..... 108

República de 1946 e Ditadura Militar

Polarização, fake news e reforma agrária alimentaram derrubada de Jango..... 124

Nova República

Antes do Plano Real, inflação no Brasil chegou a 2.500% ao ano..... 140

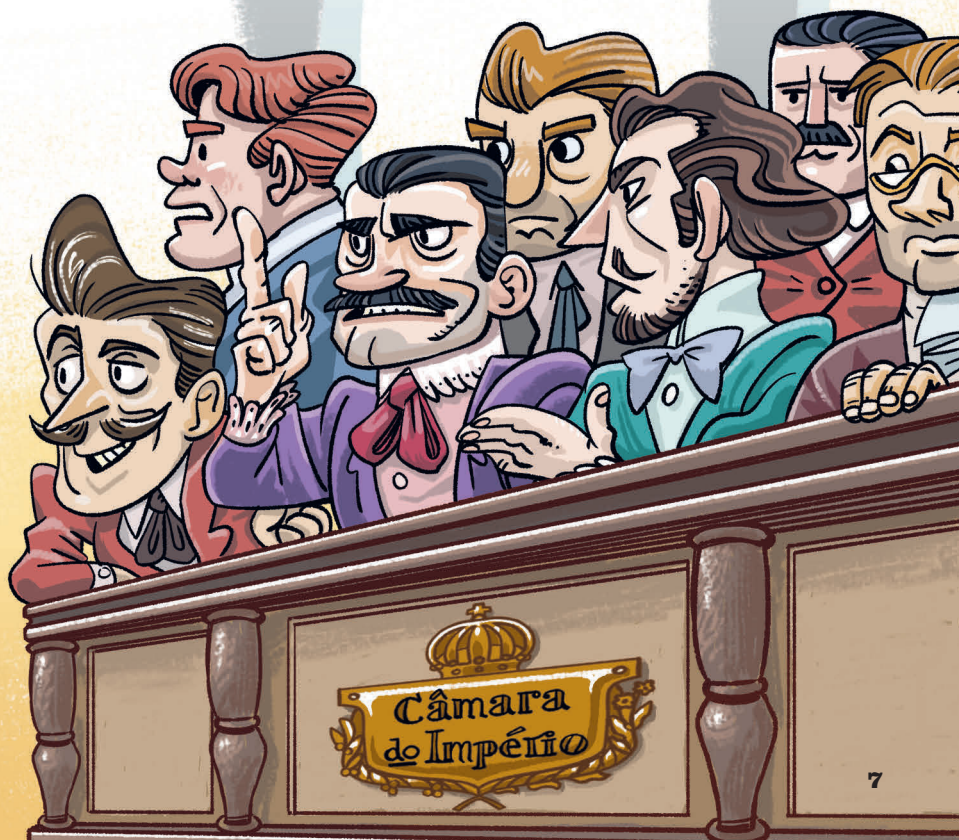
Império e República

Os senadores negros que a história mostrou como brancos..... 160

**No Império,
senadores tinham
mandato até
o fim da vida**



Um dos objetivos do mandato vitalício era que eles, mais velhos do que os deputados e livres da busca da reeleição, votassem projetos de lei de forma mais ponderada e não ficassem reféns do desejo dos eleitores





Detalhe da pintura *Juramento Constitucional da Princesa Isabel*, de Federico Tirone, mostra os senadores de 1860 no Palácio Conde dos Arcos, a sede do Senado imperial

Das várias diferenças que existem entre o Senado brasileiro de hoje e o dos tempos do Império, a mais visível e marcante é a duração do mandato. Atualmente, cada senador é eleito para atuar por oito anos. No Senado imperial, o político tinha o posto garantido até a morte.

A criação do Senado, na letra da lei, constou da primeira Constituição da história do Brasil, outorgada pelo imperador D. Pedro I em 25 de março de 1824. Esse dispositivo constitucional saiu do papel dois anos depois, quando os trabalhos legislativos de fato começaram.

O que a Constituição de 1824 estabeleceu foi que o Brasil teria um Parlamento, e ele seria dividido em dois: Câmara dos Deputados e Senado — estrutura básica que se mantém até hoje. Enquanto o mandato dos deputados durava quatro anos, o dos senadores era vitalício.

Por essa razão, era comum que os políticos passassem décadas no Senado. O Marquês de Muritiba (BA), por exemplo, foi senador por 38 anos. O seu tempo no Senado só não foi maior porque ele e todos os demais senadores do Império foram derrubados em 1889 pela República recém-instalada, que também aboliu o caráter vitalício da instituição.

Documentos da época do Império mantidos hoje sob a guarda do

Arquivo do Senado, em Brasília, mostram que a vitaliciedade dos senadores era controversa e, durante as seis décadas em que vigorou, foi alvo constante de amores e ódios.

Os apoiadores do mandato vitalício argumentavam que ele era necessário para garantir a estabilidade do Brasil.

O senador Saturnino (MT) discursou no início dos anos 1830:

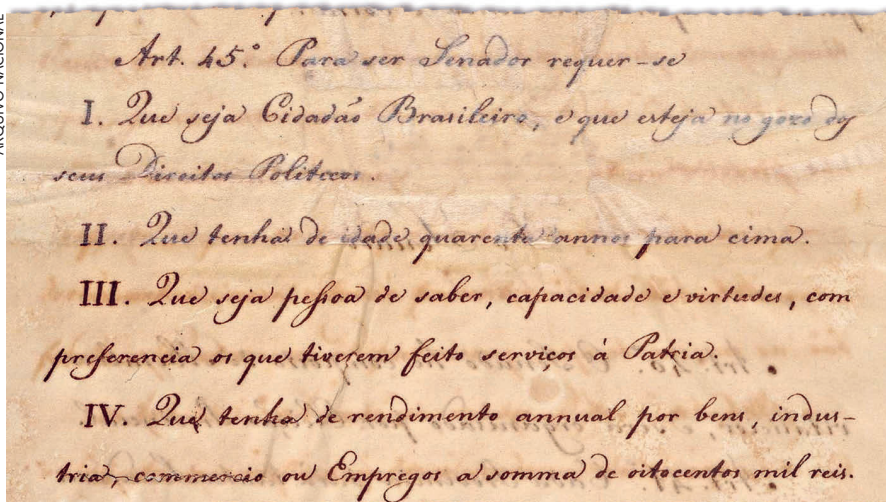
— Eu estou convencido de que a principal utilidade que resulta de ser o Senado vitalício consiste na permanência de suas opiniões, das quais nasce a estabilidade das instituições, sem a qual não pode haver governo estável e sólido.

Ele acrescentou:

— A vitaliciedade torna o Senado um corpo conservador, que esteja fora dessas opiniões variáveis do dia a dia e que, mesmo tendo tido tempo de comparar essas diversas opiniões variáveis, possa discernir maduramente e fora do turbilhão das paixões que essas novidades criam.

Dessa forma, o Senado moderado seria um freio e contrapeso à efervescência da Câmara. Enquanto os deputados se inclinariam a aprovar mudanças rápidas e até radicais no Brasil, pois sempre existiam eleitos chegando à Câmara com ideias novas, os senadores buscariam impedir rupturas ou pelo menos amortecer as reviravoltas, para que as mudanças ocorressem de forma gradual, sem solapar as instituições e o

ARQUIVO NACIONAL



Trecho do original da Constituição de 1824 diz que senador precisa ser brasileiro, ter pelo menos 40 anos, ser “pessoa de saber, capacidade e virtudes” e contar com renda anual mínima de 800 mil-réis

próprio Império.

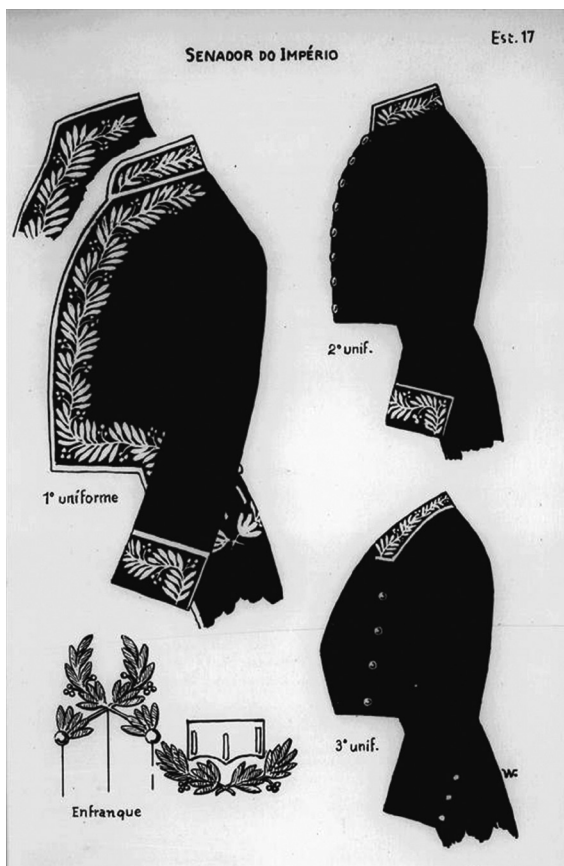
É por uma razão assemelhada que hoje os senadores, diferentemente dos deputados federais, têm mandato de oito anos e a renovação a cada eleição não é da instituição inteira. Numa eleição, renovam-se dois terços dos senadores. Na eleição seguinte, quatro anos depois, renova-se o terço restante.

Ainda na década de 1830, o senador Marquês de Caravelas (BA) lembrou que existiam movimentos para acabar com o Poder Moderador, que era o quarto Poder e cabia ao monarca, e ao mesmo tempo tornar o Senado temporário, tal qual a Câmara dos Deputados. Para ele, isso seria um erro:

— Ora, senhores, se tais princípios passam, quem governa o Brasil? A Câmara dos Deputados. Que elemento é esse? O democrático. Que governo teremos? O oligárquico. O que se segue dele? A anarquia. Atrás da anarquia, o que vem? O despotismo, porque, depois que os povos veem correr rios de sangue, procuram um homem que os livre do estado de desgraça e que os dirija, e este, aproveitando-se da ocasião, os governa despoticamente, como fez Napoleão.

Na primeira metade do século 19, o adjetivo “democrático” tinha conotação negativa. Remetia, em geral, aos desejos revolucionários e desordeiros do povo.

Outro argumento favorável à vitaliciedade, segundo os papéis



No Império, senadores usavam uniforme em ocasiões especiais

históricos do Arquivo do Senado, era que ela garantia independência aos senadores.

Como os senadores se submetiam ao voto popular uma única vez e não precisavam se candidatar à reeleição, eles não tinham que agradar aos eleitores e não ficavam reféns das exigências populares.

A independência dos senadores seria também em relação ao governo. Já que nem mesmo o imperador podia retirá-los do Senado, eles não ficavam obrigados a ceder aos eventuais caprichos do monarca.

— Sem nenhum interesse de lisonjear o povo e o governo, os senadores consultarão sempre o maior bem e serão unicamente impelidos pela felicidade geral — resumiu o Marquês de Caravelas.

Num debate com os colegas, o senador Costa Ferreira (MA) ficou irritado quando foi acusado de “lisonjear o povo”. Ele reagiu:

— Um senador vitalício lisonjear o povo? Pode ser que alguém queira lisonjear o poder, porque assim pode obter favores. Porém o povo? O que pode pretender um senador do povo? É por esse lado que vêm males à nação. Quanto a mim, posso afoitamente dizer que nunca bajulei nem o povo, nem o poder, e que sempre disse a verdade como entendia.

O senador Visconde de Cairu (BA) concordou que os senadores não eram submissos aos desejos populares. Para ilustrar a independência, ele citou a Lei Feijó, aprovada pelo Parlamento em 1831, que proibiu a importação de escravizados africanos:

— Clama-se e declama-se sem cessar que a opinião pública reclama reformas da Constituição, mas a mesma mal intitulada opinião pública é a que antes bradava que se perdia o Brasil sem a contínua importação da escravatura da África, com que se tentou transformar a Terra da Santa Cruz [Brasil] em Etiópia. Honra do Senado é no ano passado opor-se a tão espúria opinião pública e organizar a lei rigorosa contra os traficantes de sangue humano. É espetáculo glorioso o ver-se em certas épocas poucos homens oporem-se a milhões.

A Lei Feijó, contudo, acabaria sendo descumprida e ganharia no século 20 a alcunha de “lei para inglês ver”. O tráfico de escravizados só foi de fato abolido duas décadas mais tarde, em 1850.

O argumento da vitaliciedade como garantia da independência do Senado ganhava ainda mais força quando se lembrava que a Câmara podia ser dissolvida pelo imperador a qualquer momento, com a convocação de

nova eleição. Isso significa que, na prática, o mandato dos deputados nem sempre chegava aos quatro anos.

O sistema de governo no Segundo Reinado foi parlamentarista, e o primeiro-ministro, fosse ele do Partido Conservador, fosse do Partido Liberal, só conseguia governar se contasse com a maioria da Câmara. Quando isso não ocorria e faltava governabilidade, a solução era dissolver a Câmara e recomeçar a partida política do zero, com novos deputados e novo primeiro-ministro.

Enquanto a permanência da Câmara era incerta, a do Senado estava sempre garantida.

A historiadora Andrea Slemian, professora da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e autora do livro *Sob o Império das Leis: Constituição e unidade nacional na formação do Brasil* (Hucitec Editora), explica que, no momento em que a Constituição de 1824 nasceu, prevendo o Senado vitalício, o mundo estava sacudido por ideias liberais e revoluções que puseram em xeque o absolutismo monárquico.

As mais emblemáticas foram a Revolução Francesa, iniciada em 1789, e a Revolução Haitiana, deflagrada logo em seguida. Em Paris, o rei absolutista foi guilhotinado. No Haiti, colônia francesa no Caribe, os escravizados

MARC FERREZ



Palácio Conde dos Arcos, no Rio de Janeiro, em 1905: casarão foi a sede do Senado em todo o Império e no início da República



A carruagem da princesa Isabel chega ao Senado e ela é aclamada pelo povo no dia da aprovação e sanção da Lei Áurea, em 1888

de origem africana se rebelaram, massacraram os brancos, tomaram o poder e se declararam uma nação independente.

As ideias liberais, por sua vez, pregavam que o poder não podia mais ficar nas mãos de uma única pessoa, mas ser limitado pela Constituição e pelos Poderes Legislativo e Judiciário.

— Em resposta a isso, movimentos de moderação política entraram em cena. A ideia de adotar a monarquia constitucional no lugar da monarquia do Antigo Regime teve como objetivo conter as alternativas revolucionárias, inclusive sublevações populares, que ameaçassem a ordem

O Senado ontem e hoje

Conheça as principais diferenças entre o Senado no período imperial e o Senado atual

No Império



Atualmente



Sede

Palácio Conde dos Arcos, no Rio de Janeiro

Palácio do Congresso Nacional, em Brasília

Total de senadores

50*

81

Senadores por bancada

Cada província tinha um número diferente de senadores: a metade da respectiva bancada na Câmara dos Deputados (cada bancada na Câmara era proporcional à população da província)

3 senadores por estado

Mandato

Vitalício

8 anos

Requisitos

Idade mínima de 40 anos e rendimento anual de 800 mil-réis

Idade mínima de 35 anos e saber ler e escrever

Frequência da eleição

Sempre que um outro senador morria

A cada 4 anos (renovando-se a cada eleição, alternadamente, um terço e dois terços do Senado)

Votação

Indireta (os eleitores da paróquia votavam nos eleitores de província, que, por sua vez, votavam nos senadores) e por lista tríplice (dos 3 candidatos mais votados, o imperador escolhia o vencedor)

Direta (pelo voto dos eleitores)

Suplentes

Não havia

2 para cada senador

Subsídio mensal dos senadores

Uma vez e meia o subsídio dos deputados gerais

Igual ao dos deputados

Ano legislativo

De maio a setembro

De 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro

*número logo após a criação do Senado; a quantidade de senadores teve variações no Império

e derrubassem os governos. É por isso que nesse momento a palavra “democracia” é praticamente um xingamento. A Constituição outorgada por D. Pedro I era, sim, liberal, já que acabou com o modelo tradicional de monarquia vigente até o governo de D. João VI, mas precisou trazer elementos conservadores, entre os quais o Senado vitalício, para salvaguardar a ordem e o governo imperial — afirma Slemian.

Outro aspecto que reforçava o caráter moderador do Senado era o modo como os políticos se elegiam. A escolha final não cabia totalmente aos eleitores. Uma lista tríplice, com os mais votados na província, era remetida ao imperador, que escolhia livremente o novo senador vitalício. No caso dos deputados, não havia lista tríplice, e os eleitos eram escolhidos pelas urnas.

Como naturalmente buscava a estabilidade, o imperador sempre escolhia senadores moderados.

A historiadora da Unifesp diz que a manutenção da ordem foi a grande prioridade do Império até os anos 1840 porque a nação independente demorou a se consolidar. Inúmeras revoltas, inclusive separatistas, como a Confederação do Equador, na década de 1820, e a Revolução Farroupilha, iniciada na década de 1830, mostravam que o Brasil corria o risco real de se esfacelar a qualquer momento.

As vizinhas ex-colônias espanholas, mergulhadas em guerras civis após se declararem independentes, sugeriam o caos que poderia se instalar no Brasil.

— Um dos momentos de maior desassossego foi quando D. Pedro I abdicou e o Brasil ficou sem imperador, já que D. Pedro II era uma criança — continua Slemian. — A abdicação deixou o futuro do Império incerto porque outros projetos de Brasil, diferentes do projeto de D. Pedro I, surgiram com força nesse momento. O Senado desempenhou um papel decisivo na manutenção do projeto em vigor, tanto na instalação e na condução da Regência quanto na antecipação da maioria de D. Pedro II.

Alguns dos regentes, aliás, tinham assento no Senado.

Os críticos do mandato vitalício, por sua vez, argumentavam que os senadores acabavam se acomodando e impunham dificuldades à modernização reclamada pelo país.

Havia adversários do Senado vitalício dentro do próprio Senado. Um deles foi o senador Marquês de Barbacena (AL), que disse:

— O progresso das luzes é constante, não para. As notabilidades variam. O Senado deve ser renovado frequentemente para que não fique estacionado e nas trevas, para que as notabilidades de hoje sucedam as de ontem, que já são mediocridades ou menos que isso.

Na visão dele, o ideal seria que os senadores tivessem mandato de 12 anos:

— O prazo de 12 anos é suficiente para a conservação do princípio da estabilidade, princípio que sem dúvida forma o mais sólido argumento a favor da vitaliciedade do Senado. O prazo de 12 anos, pelo cálculo das probabilidades, também coincide com o termo médio da duração da vida depois dos 45 anos de idade, que é o termo médio da entrada dos senadores em exercício.

O senador Vergueiro (MG) também defendeu o Senado temporário:

— Alega-se que o Senado tem feito coisas muito boas, muito boas leis etc. Mas perguntarei eu se essas boas leis existiriam se o Senado fosse temporário. Parece-me que sim. Logo, o que o Senado tem feito de bom não é argumento que prove a necessidade de ser vitalício.

Buscando as origens da vitaliciedade do Senado brasileiro, o senador José de Alencar (CE) as encontrou na Câmara dos Lordes, a câmara alta do Parlamento britânico, que, além de vitalícia, era hereditária. Ela existe até hoje, embora com poderes reduzidos.

Alencar (não confundir com o escritor de mesmo nome, que era filho do senador) explicou que na Grã-Bretanha isso fazia sentido porque, quando limitou o poder do rei e instituiu o Parlamento moderno, a nação já tinha uma aristocracia consolidada e forte. Não seria possível, portanto, reorganizar as instituições políticas sem abrigar essa nobreza. Segundo ele, o Brasil não deveria ter seguido o mesmo modelo porque aqui não existia semelhante classe aristocrática.

O senador ainda apontou uma desvantagem do Senado vitalício brasileiro:

— Suponhamos que a nação tem patenteado algum desejo seu por todos os canais legais que lhe permitem as instituições: imensos periódicos, representação de câmaras [municipais], de conselhos gerais de província, uma declaração mesmo do Poder Executivo, uma decisão terminante da Câmara dos Deputados; enfim, um clamor geral. E que o Senado, fiado na sua vitaliciedade, se tornava surdo e obstinado, não atendendo a tudo isso.

Qual o meio que resta à nação para coagi-lo, a fim de fazer efetiva a sua vontade?

Alencar continuou:

— Se o Senado fosse temporário, a nação sem dúvida preferiria esperar que se findasse o tempo de sua duração para nomear outro que estivesse em harmonia com os seus desejos. Mas, dada a vitaliciedade, esperará a nação que a morte periódica [de senadores] seja o remédio a que recorra? Isto é, esperará a geração presente que a vindoura seja quem satisfaça os seus desejos?

De acordo com os documentos históricos do Arquivo do Senado, a vitaliciedade esteve em risco em duas ocasiões. A primeira foi no início da década de 1830, no período regencial, quando o Parlamento discutiu uma reforma da Constituição.

— O lugar vitalício do Senado é depósito e dom da nação que ele deve guardar. Não deve suicidar-se votando pela sua extinção. Quanto a mim, não abandono o meu posto — afirmou, categórico, o Visconde de Cairu.



SENADOR CHICHORRO DA GAMA

Para os brasileiros de menos de quarenta annos é pouco mais de um nome o illustre senador que acaba de morrer. O tempo apagou os odios que lhe votaram; o senado offereceu-lhe commodo descanso, que lhe permittiu desinteressar-se, esquecer e ser esquecido.

Ha quarenta annos, era elle um dos homens mais conhecidos e mais discutidos do Brazil. Amigos e inimigos variavam naturalmente na apreciação de sua personalidade; mas mesmo estes, e os teve violentissimos, reconheciam que não era um politico vulgar.

O enterro do senador fluminense sai hoje, ás 4 1/2 da tarde, da casa n. 99 da rua da Lapa, para o cemiterio de S. João Baptista.

S. Ex. o Sr. visconde de Maracajú recebeu o seguinte telegramma:

«Campo da Aclamação 10.—Suas Magestades Imperiaes enviam com Suas Altezas, sinceros pezames pela morte do senador Chichorro.

Sua Magestade a Imperatriz dispensa V. Ex. de vir amanhã, á vista de sua preocupação.— *Barão de Motta Maia.*»



Senadores vitalícios que sempre figuram nos livros escolares de história do Brasil: Padre Feijó e Eusébio de Queirós dão nome às leis que proibiram o tráfico negreiro, respectivamente em 1831 e 1850, e Duque de Caxias comandou as tropas aliadas na Guerra do Paraguai

A vitaliciedade foi salva por apenas um voto.

A segunda vez em que ela esteve em risco foi no início da década de 1880, quando os deputados conseguiram aprovar um projeto de lei tornando o Senado temporário, mas os senadores derrubaram a proposta.

Quando esse projeto esteve em pauta, o senador Visconde de Jaguaribe (CE) foi sarcástico:

— Se esses meus colegas estivessem mesmo convencidos de que a vitaliciedade era um mal, teriam bastante patriotismo para renunciarem aos seus lugares.

Nos anos 1880, o adjetivo “democrático” já não tinha peso negativo e a participação mais ativa do povo na política era considerada, ao menos na teoria, desejável. Nesse período, o senador Florêncio de Abreu (RS) discursou:

— Não me posso achar deslocado em uma câmara [Senado] que, apesar de vitalícia, não pode esquecer sua origem democrática, que, apesar de conservadora em sua índole e em sua maioria, não pode resistir à corrente das ideias, ao progresso dos tempos e ao impulso da opinião, sob pena de aniquilar-se a si e ao próprio sistema que a criou e sustenta.

O senador Saraiva (BA) também avaliou que a vitaliciedade não tornava os senadores surdos aos apelos populares:

— Há uma força muito natural e legítima que faz e deve fazer pressão sobre o Senado. É a opinião pública. Duvido que o Senado do Brasil, quando a opinião pública se manifestar, não ceda a essa pressão legítima. Apesar de abroquelados em nossa vitaliciedade, saímos do povo, proviemos da eleição, temos relações com os partidos, os partidos vêm muitas vezes buscar seus chefes no Senado. Portanto, precisamos viver com a opinião pública como os membros da Câmara dos Deputados.

Poucos meses após a abolição da escravatura, em 1888, o senador Leão Veloso (BA) contou aos colegas que ele próprio levava em consideração as demandas de seu eleitorado:

— Não considero a vitaliciedade como refúgio para esquecer-me dos legítimos interesses dos que me elegeram. Representante de uma província que sofreu grande abalo com a lei de 13 de maio [Lei Áurea], atendo [observe] a que dela [da província] uma classe importante como é a classe da lavoura dirige-se aos poderes públicos pedindo a reparação dos danos que lhe resultaram, para que não se aniquile. Entendo que não tenho o direito de concorrer para a ruína e desgraça daqueles que me elegeram.

Apesar dos pedidos do senador baiano, o governo imperial não concedeu indenização aos fazendeiros afetados pelo fim da escravidão.

Como os senadores permaneciam no Parlamento até o fim da vida, muitos deles eram idosos. Na crônica *O Velho Senado*, o escritor Machado de Assis chamou a atenção para a figura do Marquês de Itanhaém (MG), que viveu até os 85 anos:

“Os senadores compareciam regularmente ao trabalho. Era raro não haver sessão por falta de quórum. Uma particularidade do tempo é que muitos vinham em carruagem própria, como Zacarias, Monte Alegre, Abrantes, Caxias e outros, começando pelo mais velho, que era o Marquês de Itanhaém. A idade deste fazia-o menos assíduo, mas ainda assim era-o mais do que cabia esperar dele. Mal se podia apear do carro, e subir as escadas; arrastava os pés até à cadeira, que ficava do lado direito da mesa. Era seco e mirrado, usava cabeleira e trazia óculos fortes. Nas cerimônias de abertura e encerramento [do ano legislativo] agravava o aspecto com a farda de senador. Se usasse barba, poderia disfarçar o chupado e engelhado dos tecidos, a cara raspada acentuava-lhe a decrepitude”.

Esse argumento da idade avançada era evocado com frequência pelos adversários da vitaliciedade. Os senadores tratavam de se defender, como

fez o Visconde de Jaguaribe:

— Não julgo verdadeira a argumentação de que não se deve esperar grande coisa de homens muito velhos que se acham há 30 anos no Senado. Pois não aprendemos desde a infância que a prudência é a qualidade própria dos homens grandemente idosos? Por que havemos, pois, de recear que os que passam de 70 ou 80 anos não possam servir o país quando se sabe que exatamente nessa idade avançada, se as faculdades corporais se enfraquecem, no maior número de casos elevam-se e tomam vigor as faculdades do espírito?

O cientista político Christian Lynch, pesquisador da Fundação Casa de Rui Barbosa, professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e autor do livro *Da Monarquia à Oligarquia* (Alameda Editorial), avalia que o Senado ocupou uma posição central na política brasileira no Império. E não apenas porque nenhuma lei entrava em vigor se, mesmo aprovada pelos deputados, não tivesse recebido o aval dos senadores.

Leis de destaque ganharam nome de senadores, como a Lei Feijó, que tentou barrar o tráfico negreiro, a Lei Eusébio de Queirós, que enfim conseguiu barrá-lo, e a Lei Saraiva, que reformou o sistema eleitoral e, entre outros pontos, acabou com a exigência de ter uma renda mínima para que o cidadão tivesse direito ao voto.

Todas as medidas abolicionistas, incluindo a Lei dos Sexagenários, a Lei do Ventre Livre e a Lei Áurea, foram aprovadas pelo Senado.

Lynch diz que o Senado vitalício garantiu a presença constante da oposição na arena legislativa:

— Imaginemos que o Partido Conservador estivesse no poder, com um primeiro-ministro seu, e chegassem à Câmara apenas deputados conservadores. Nessa situação, seria o Senado vitalício, por sempre ter representantes do Partido Liberal, que conseguiria garantir a representação nacional no Parlamento e dar voz à oposição. Caso o Senado fosse temporário, haveria o risco de só senadores conservadores serem eleitos naquele mesmo momento e, assim, o Brasil ter um Parlamento com partido único.

O cientista político acrescenta que o Senado estava no topo da carreira política no Brasil, ao lado do Conselho de Estado, que assessorava o imperador e também era vitalício.

Normalmente um homem começava como deputado provincial, depois se elegia deputado geral, tornava-se presidente de província e, se

tivesse talento e sorte, chegava a senador vitalício. D. Pedro II escolheu no Senado praticamente todos os seus primeiros-ministros.

Para além da vitaliciedade, Lynch vê uma diferença fundamental entre o Senado do Império e o Senado atual:


— No Império, os senadores buscavam mostrar a unidade do Brasil, e não a diversidade. As províncias não eram autônomas como são os estados atualmente. Embora tivessem algumas liberdades, as províncias essencialmente estavam subordinadas ao governo central. Hoje, os senadores buscam exprimir e proteger a diversidade do Brasil. Para que nenhum estado se sobreponha a outro no Senado, todos eles, sejam grandes ou pequenos, têm o mesmo número de senadores. No Império, cada bancada de província tinha um tamanho diferente.

O historiador Bruno Antunes de Cerqueira, presidente do Instituto Cultural Dona Isabel I e coautor de *Alegrias e Tristezas* (editora Linotipo Digital), biografia da princesa, afirma que, uma vez consolidadas a unidade nacional e a ordem, era natural que as ideias liberais ganhassem cada vez mais espaço no Brasil e a vitaliciedade do Senado deixasse de fazer sentido:

— Indicando que o Império brasileiro buscava se democratizar, o senador Visconde de Ouro Preto se elegeu primeiro-ministro em junho de 1889, às vésperas da derrubada da Monarquia, tendo como item de seu programa de governo justamente a abolição da vitaliciedade do Senado. Isso mostra que se tratava de uma época de transição e mentalidade modernizante.

Os parlamentares incumbidos de discutir e aprovar a Constituição de 1891, a primeira da República, nem sequer se debruçaram sobre a questão da vitaliciedade. Os documentos históricos do Arquivo do Senado mostram que essa palavra não apareceu nenhuma vez nos debates. De forma quase natural e sem objeção, os deputados e senadores constituintes tornaram o Senado temporário, com mandato de nove anos, depois reduzido para oito.





*Alvo preferencial eram os negros
livres pobres. Para evitar o Exército
e a Marinha, que tratavam os
soldados e marujos de forma
desumana, jovens fugiam das vilas
quando os recrutadores chegavam*



Recrutamento militar no Império era ‘caçada humana’ e mirava ‘vadios’



A primeira grande modernização do meio militar brasileiro derivou da Lei 2.556, sancionada pelo imperador D. Pedro II em 26 de setembro de 1874. A norma mudou as regras de alistamento no Exército e na Marinha (a Aeronáutica seria criada em 1941). De acordo com a lei, os novos recrutas deixariam de ser “caçados” pelas autoridades. Em vez disso, passariam a ser sorteados entre os jovens de 19 a 30 anos aptos para o serviço militar.

A lei de 1874 se originou de um projeto discutido e aprovado pelo Senado e pela Câmara dos Deputados. O Arquivo do Senado, em Brasília, guarda todos os debates.

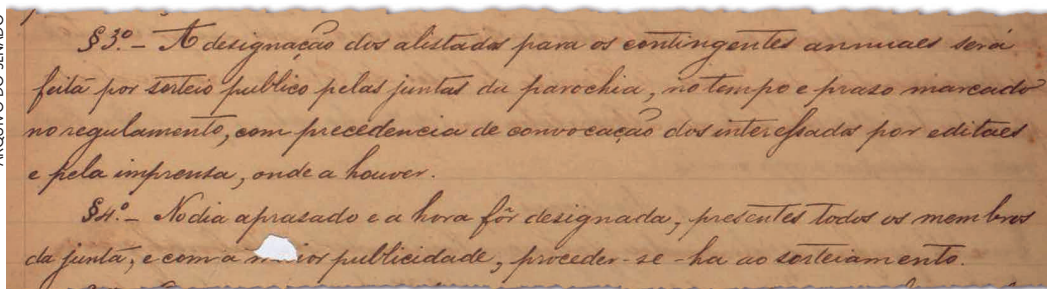
Os documentos da época mostram que a expressão “caçada humana” era corrente e não configurava exagero. Os jovens tinham pavor do serviço militar. Por isso, quando os recrutadores apareciam, eles fugiam e se escondiam.

No entender do senador Manuel de Assis Mascarenhas (RN), a

JUAN GUTIERREZ/MUSEU HISTÓRICO NACIONAL



Soldados no Rio de Janeiro combatem a Revolta da Armada, deflagrada após a Proclamação da República



Trecho do projeto que deu origem à lei de 1874: “A designação dos alistados para os contingentes anuais será feita por sorteio público pelas juntas da paróquia”

“caçada” era um mal necessário. Ele discursou:

— Quem não se arrepiou com os imensos abusos que se praticam na execução das ordens do governo a esse respeito? Eu poderia falar com três anos que tive na prática de chefe de polícia e seis anos de presidente [de província]. Mas, senhores, ponhamos isso de parte. O recrutamento é um meio violento que a necessidade nos obriga a empregar, porque sem ele não teríamos gente nem para tripular a vigésima parte dos nossos navios de guerra.

O senador Holanda Cavalcanti (PE) pensava diferente. Para ele, a estratégia era humilhante e abusiva e deveria ser abandonada. Citando o caso da província do Pará, ele afirmou:

— A maneira pela qual se faz o recrutamento dos índios é uma verdadeira caçada. Eles, com muito justa razão, tratam de abandonar seus lares para se acolherem aos vizinhos. Grande parte das povoações da província está deserta.

Para evitar as fugas, os recrutadores costumavam chegar de surpresa às vilas.

Não se podiam culpar os jovens pela repulsa ao serviço militar. As condições de vida no Exército e na Marinha eram desumanas.

Da tribuna do Palácio Conde dos Arcos, a sede do Senado imperial, o senador Montezuma (BA) disse:

— O prazo longo [eram vários anos de serviço militar] é avaliado como escravidão. Vossas Excelências hão de ter ouvido, quando o indivíduo é recrutado, dizer-se: “Vai ser escravo”. No nosso país, o povo julga que o recrutamento é uma espécie de escravidão.

O senador Fernandes Chaves (RS) denunciou:

— É preciso mencionar a crueldade com que alguns comandantes castigam os soldados com chibata, chegando a ponto de mandarem dar até que o castigado perca os sentidos e caia por terra. Ainda há pouco morreu um soldado do 6º Batalhão que levou 800 chibatadas.

Outro problema foi apontado pelo senador Saraiva (BA):

— Senhores, qual é o obstáculo imenso que faz com que os nossos concidadãos tenham horror à vida militar? É que um homem do Pará ou do Amazonas, um pescador que nunca deixou o grande rio, que não sabe o que é frio, de repente é recrutado e marcha para o Rio Grande do Sul, onde vai sofrer os rigores de um clima muito diverso daquele a que está acostumado e lá morre em pouco tempo.

Segundo Saraiva, esses longos deslocamentos ocorreram na Guerra do Paraguai (1864-1870) e produziram resultados catastróficos:

— O primeiro batalhão que veio do Pará, com 300 a 400 praças, todos índios belíssimos, meses depois só tinha a quarta parte da gente que o compunha. Morreu quase toda. Eis aí por que o alistamento voluntário tem sido difícil.

Além dos muitos anos de serviço, dos castigos físicos e da transferência para regiões remotas, pagava-se um soldo irrisório aos soldados, oferecia-se alimentação deficiente e o trabalho era extenuante.

O senador Saraiva afirmou que era preciso oferecer algum tipo de vantagem aos soldados para que, assim, o serviço voluntário se tornasse atrativo e não fosse mais preciso recrutar à força. Ele sugeriu:

— Se o indivíduo que se apresentasse a servir no Exército pudesse contar com o cumprimento da promessa solene de que ele iria aprender a ler, escrever e contar, isso atrairia muita gente para os corpos, porque a praça teria muito interesse em aprender a ler e escrever de graça, para depois aspirar a lugares superiores.

De acordo com o Censo de 1872, nada menos que 82% da população brasileira era analfabeta.

O senador Fernandes Chaves fez outras sugestões:

— Convinha que se aumentassem os soldos, de modo que guardassem alguma proporção com os salários dos trabalhadores. Convinha, mais, que se garantisse um futuro aos soldados contratados, como se pratica na Inglaterra e em outros países, que se lhes desse direito à reforma [aposentadoria] como têm os oficiais, que se criasse mesmo uma caixa econômica

em seu favor. Com estas e algumas outras medidas, se poderia por certo obter muito melhor resultado no engajamento.

Quando foi ministro da Marinha, o senador Holanda Cavalcanti afirmou que os cofres imperiais não tinham dinheiro suficiente para melhorar as condições dos recrutas:

— Sim, reconheço que o recrutamento [para a Marinha] é um flagelo. Eu queria que não se violentasse ninguém com recrutamento, que tudo fosse feito por contrato. Mas a diferença está no dinheiro. Deem-me [o Senado e a Câmara] o dinheiro necessário para se realizarem os contratos, que eu prometo que não hei de violentar ninguém.

A “caçada humana”, contudo, não era generalizada. Escapavam do recrutamento forçado os ricos e também os pobres que estavam dentro da rede de proteção de algum chefe político local.

No caso dos ricos, a dispensa ocorria porque as leis do Império não exigiam o serviço militar dos jovens que estudavam ou se dedicavam a determinados tipos de trabalho formal. Eles também tinham a possibilidade de pagar uma quantia em dinheiro ao governo para livrar-se do recrutamento.

AUGUSTUS EARLE/WIKIMEDIA COMMONS



Pintura de Augustus Earle mostra autoridade perseguindo negros no Império: “vadios” eram alvos preferenciais da “caçada humana” do recrutamento militar

*A nova lei de recrutamento vai acabar
com o antigo e muito defeituoso sistema da
leva forçada, realçando a condição do soldado
Brasileiro, e distribuindo com igualdade e sem
incômodos o onus do serviço militar.* E'

Trecho do documento original da Fala do Trono de 1874 em que D. Pedro II agradece ao Parlamento a aprovação da lei do sorteio militar: "A nova lei de recrutamento vai acabar com o antigo e muito defeituoso sistema da leva forçada"

No caso dos pobres sob proteção, a dispensa ocorria porque quem operacionalizava o alistamento eram as autoridades locais, que evitavam convocar os seus empregados e afilhados políticos e direcionavam a mira recrutadora para os seus adversários.

O senador Holanda Cavalcanti discursou:

— O recrutamento é recomendado às autoridades policiais ou administrativas e não há mais outras regras para o desempenho dessa comissão do que o arbítrio dessas autoridades. Cada um de nós deve saber o que se pratica no recrutamento, as injustiças e favores que se fazem e o quanto é difícil resistir aos pedidos das amizades em favor de um ou outro recrutado. Cada um de nós sabe que a ocasião de um recrutamento é a ocasião de vinganças miseráveis. É ocasião de se vingar daqueles com quem teve suas quizilas [inimizades] e dizer: "Amigo, para o recrutamento. Você assente praça para a Marinha. Você, para o Exército".

As presas preferenciais das "caçadas humanas" eram os pobres que não serviam a nenhum senhor poderoso. Como muitos deles eram desempregados ou faziam serviços informais ou esporádicos, eram considerados "vadios".

Normalmente se tratava de escravizados que haviam conseguido a alforria. No Império, nem mesmo a liberdade da população negra liberta estava 100% garantida.

O senador Fernandes Chaves disse que muita gente de bem evitava

alistar-se no Exército e na Marinha porque não desejava conviver com aquelas pessoas de má índole:

— Cumpre enobrecer a profissão de soldado, não colocando nas fileiras, como até aqui tem sucedido, homens que são quase sempre as fezes da sociedade.

Na avaliação do senador Bernardo Pereira de Vasconcelos (MG), o serviço militar era uma boa forma de corrigir aquelas “fezes da sociedade”:

— Considero a lei do recrutamento que atualmente vigora no Império uma lei econômica, que tem feito muitos benefícios, porque não só nos tem dado soldados para o Exército, mas tornado trabalhadores muitos homens vadios.

Como primeiro-ministro do Império, o senador Visconde de Paraná (MG) avaliou que, considerando a composição social das Forças Armadas, estava fora de cogitação abolir os castigos corporais:

— A nossa legislação sobre o recrutamento excetua a maior parte das classes que se dão ao trabalho e à indústria, de sorte que o recrutamento recai quase exclusivamente sobre vadios, réus de polícia e mal procedidos. Ora, num Exército que pela maior parte assim se compõe e que talvez seja vantajoso que assim se componha, não é prudente abolir os castigos corporais. Abolindo-se esses castigos, não se poderia manter a disciplina.

O historiador e professor Vinícius Campelo dos Santos, autor do livro *A Revolta dos Rasga-Listas: a subversão do recrutamento militar na província de São Paulo* (Dialética Editora), explica que foi nessa época que a palavra “praça” entrou no vocabulário militar:

— Como esses vadios ficavam nas praças, onde eram capturados para prestar o serviço militar, os soldados rasos, aqueles sem graduação, passaram a ser conhecidos como “praças”. É um termo que se usa até hoje. Os soldados brasileiros que lutaram na Segunda Guerra Mundial, por exemplo, foram batizados de “pracinhas”.

De acordo com Campelo dos Santos, o recrutamento militar forçado no Império era utilizado pelo poder público, no fim das contas, como instrumento de controle social:

— A população negra, fosse ela escravizada ou liberta, era considerada perigosa. Temiam-se tanto ações criminosas individuais que ameaçassem as elites quanto insurreições ou levantes coletivos que ameaçassem a segurança do Império. O recrutamento forçado da população negra livre era



Joaquim de Castro,
voluntário na Guerra
do Paraguai

uma forma de mantê-la constantemente vigiada e subjugada.

Além da fuga pura e simples, os jovens recorriam a outros expedientes na tentativa de escapar do recrutamento militar. Um deles era o casamento. Nas discussões do projeto que daria origem à lei do sorteio militar de 1874, o ministro da Guerra, senador Junqueira (BA), pediu que essa isenção fosse retirada da legislação imperial:

— Se estabelecermos como isenção os casamentos, teremos de ver muitos deles prematuros e infelizes. Conta-se que durante a Guerra do Paraguai muitos moços, para se livrarem do recrutamento naquela época, casaram-se e, na pressa de con-

traírem esse enlace, não escolhiam muito, unindo-se até alguns a mulheres que tinham o duplo da sua idade, o que deu causa a muitas infelicidades.

Junqueira também pediu que se acabasse com a isenção concedida aos estudantes:

— Com esta vasta rede de isenções, neste país ninguém deixará de ter uma matrícula de qualquer instrução secundária.

Ele prosseguiu nas críticas às isenções exageradas:

— Para fazermos 2 mil recrutas, precisamos mandar prender dez vezes esse número, isto é, cerca de 20 mil cidadãos, para poder depois proceder à apuração.

A diferença de tratamento entre ricos e pobres no recrutamento militar era gritante e provocava diferentes reações. Havia os que

concordavam com ela, como o deputado e futuro senador Manuel Francisco Correia (PR):

— Senhores, para fazer a guerra, necessita-se tanto de sangue como de dinheiro. Sobre o rico, pesa mais o segundo imposto. Sobre o pobre, carrega mais o tributo de sangue. Mas isso está na natureza das coisas.

“Imposto de sangue” era uma forma comum de se referir ao serviço militar.

O senador Marquês de Paranaguá (PI), por sua vez, discordava do tratamento desigual:

— Não há igualdade nem proporcionalidade nesse imposto, de todos o mais oneroso, no imposto de sangue, quando um paga o tributo com o sangue e a sua vida e outro com o supérfluo da sua renda.

O senador Holanda Cavalcanti também criticou:

— É uma infração flagrante da Constituição, que estabelece que todos hão de contribuir para as necessidades do Estado na proporção dos seus haveres. Digam-me todos os que estão aqui sentados e também na Câmara dos Deputados se seus filhos são recrutados. Todos os senhores não pediram alguma vez [a dispensa de seus filhos]? A Constituição não nos deu esse privilégio, não diz que os filhos dos senadores e dos deputados não são recrutados.

Ele continuou:

— Esses pedidos e obséquios querem dizer que se falta à justiça, porque o que se dispensa em uns recai sobre outros. Eis a marcha do recrutamento! Depois de milhares de violências, vem só o desgraçado que não tem nenhum padrinho. A Constituição diz: “Todos serão obrigados a servir o país”. E vós dizeis: “Todos, menos estes e aqueles”. Isto é, todos os desgraçados, exceto os ricos e poderosos. Esses se divertirão em dar chibatadas nos pobres que se expõem aos perigos da classe militar.

A preocupação com o recrutamento militar vinha desde o nascimento do Império. Como o Brasil praticamente não dispunha de combatentes próprios, D. Pedro I precisou recorrer a soldados mercenários da Europa para travar as guerras da Independência, na década de 1820.

Várias discussões a esse respeito se deram ao longo das décadas seguintes no governo, no Parlamento e no meio militar. O Império, inicialmente, resistiu a fortalecer o Exército e “militarizar” a sociedade, por temer que, tal qual nas repúblicas vizinhas, surgissem líderes militares

MODELO E.

Tercera relação de... contendo o nome dos cidadãos apurados pela Junta Revisora da comarca de... e que a mesma julga isentos de todo o serviço.

NÚMERO DE ORDEN.	NÚMERO DE ALISTAMENTO.	NOMES E SOBRENOMES.	OBSERVAÇÕES.
		Primeiro quartelão.	
1.º	2	Argemiro da Rosa...	Soffre de (tal enfermidade) como foi verificado pela inspecção. Tem a seu favor o art. 3º § 1º do regulamento.
2.º	6	Felix Pereira..	É estudante da Escola de Medicina do Rio de Janeiro. Tem a seu favor o art. 3º § 2º do regulamento.
		Segundo quartelão.	
3.º	10	Guilherme de Souza.	Serve de amparo e alimenta sua irmã F... nas condições do art. 3º § 4º do regulamento que o isenta.
4.º	14	Silvestre Antonio...	Alimenta e educa seu irmão F... menor de 19 annos (art. 3º § 5º do regulamento).
		Terceiro quartelão.	
5.º	18	Alexandre Rosas....	É viuvo, tendo filho legitimo (ou legitimado) a quem alimenta (art. 3º § 5º do regulamento).
6.º	20	Benigno Antonio....	Completoou a idade de 30 annos nos termos do art. 3º § 11 do regulamento.

Sala da Camara Municipal de... (Data.)

F..., Juiz de Direito, Presidente.

F..., Delegado.

F..., Presidente da Camara.

Está conforme.—O Escrivão de... Secretario da Junta, F..

Livro de 1875 sobre a lei do recrutamento mostra como devem ser anotados os casos em que os jovens ficam isentos de prestar o serviço militar

carismáticos capazes de provocar revoluções contra o poder nacional.

A insuficiência de soldados se tornou gritante quando explodiu a Guerra do Paraguai. No princípio, as tropas brasileiras contaram com o reforço dos chamados voluntários da pátria, mas a adesão deles não se sustentou ao longo da guerra. O Brasil precisou recorrer a escravizados.

Foi em 1869, em meio à Guerra do Paraguai, que uma comissão formada por generais e juristas apresentou à Câmara dos Deputados o anteprojeto que daria origem à lei de 1874, abolindo as “caçadas humanas” e estabelecendo a convocação militar por meio de sorteio.

O ministro da Guerra, senador Junqueira, avaliou que o sorteio enfim garantiria a abolição dos privilégios e das injustiças no recrutamento:

— Rendeu-se homenagem ao princípio da igualdade. Agora ficaremos livres de um recrutador arbitrário. Há de ser o nosso direito pleiteado perante as mesas inscritoras dos nomes, haverá os recursos estabelecidos por lei e finalmente ainda apelaremos para o juízo de Deus, que é o juízo da sorte. Esse juízo é imparcial.

O deputado Araújo Lima (CE) fez graça:

— Não se deve anunciar com pompa os nomes dos sorteados, porque isso é o mesmo que espantar a caça.

Muitos outros, porém, não viram o sorteio com bons olhos. O senador Pompeu (CE) o chamou de “loteria de sangue”.

Outro crítico foi o senador Saraiva. Segundo ele, já que o sorteio seria conduzido pelas autoridades locais, elas poderiam manipular o processo e decidir de antemão o nome dos sorteados:

— As juntas de paróquia e do sorteio cometerão fraudes com o mesmo sangue frio e com a mesma indiferença com que hoje as mesas eleitorais escrevem atas falsas e negam a identidade do votante. No interior, só serão sorteados os filhos dos adversários ou dos desvalidos. E depois o sorteado será procurado como criminoso e teremos de ver reproduzida em muitos lugares a caçada de homens, mas de homens legalmente designados para o serviço militar.

Para comprovar a tese de Saraiva, o senador Barão de São Lourenço (BA) contou uma história:

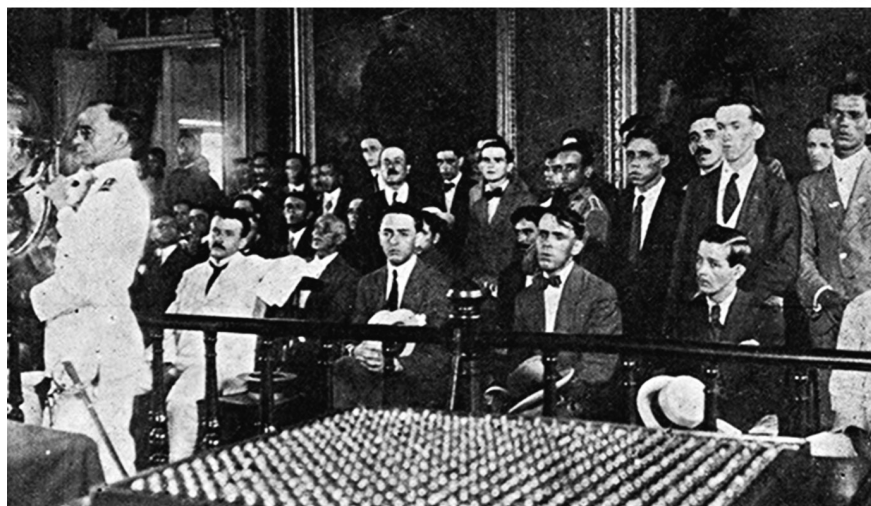
— Vossas Excelências não fazem ideia de como se há de fazer por esses lugares [do interior] o sorteio. Há de dar-se o caso do sorteio que houve em uma certa embarcação que partiu daqui para a Europa nos tempos coloniais.

A fome exigiu que se lançasse dentro de uma urna os nomes dos passageiros e da tripulação a fim de sortear-se um para ser comido. A sorte designou o único e pobre caboclo que ia bordo! Mas ele, que já se havia refugiado no alto de um mastro, disse: “Eu bem sabia que a sorte havia de cair em mim, mas os senhores não me hão de comer”. E lançou-se ao mar e desapareceu.

Após uma longa risada, ele prosseguiu:

— Até aqui o recrutamento dava lugar a repetidos abusos e violências, mas em algum caso o abuso havia de ser punido. Porém, o sorteio sem nenhuma garantia a mais pode ser falseado impunemente.

Na Fala do Trono do encerramento do ano legislativo de 1874, o



Jovens assistem a sorteio militar, feito com bolinhas numeradas, em 1918

imperador D. Pedro II agradeceu ao Senado e à Câmara a aprovação da lei do sorteio militar.

Apesar das expectativas de modernização do meio militar, a lei simplesmente não saiu do papel. O sorteio foi combatido por ricos e pobres.

Os ricos boicotaram a lei de 1874 porque ela reduziria o seu poder de decidir quem seria e quem não seria recrutado para as Forças Armadas.

— E a produção do café estava no auge. Os fazendeiros não queriam perder a sua mão de obra para o Exército e a Marinha — acrescenta o historiador Vinícius Campelo dos Santos.

Os pobres que estavam inseridos nas redes de proteção clientelística e não se enquadravam na classe dos “vadios”, por sua vez, temiam passar a ser recrutados pelo novo sistema e reagiram com violência. Pipocaram por todo o Império os “rasga-listas”, motins que tomavam à força das autoridades as listas com os nomes dos possíveis recrutas e as destruíam.

As “caçadas humanas” continuaram ocorrendo até os primórdios da República. Em 1908, uma lei foi aprovada prevendo novamente o sorteio militar. O primeiro sorteio ocorreu apenas em 1916, com a presença do presidente Venceslau Brás.

O sorteio foi extinto em 1940, quando se adotou o atual modelo, pelo qual todos os brasileiros, ao atingir a maioridade, precisam apresentar-se para a prestação do serviço militar obrigatório.

— Em Parahytinga, o barão desse título creára uma caixa de seguro, afim de remir os sorteados para o serviço militar.

— Um grupo numeroso de homens armados diringindo-se a villa do seccorço cercou a casa do subdelegado e exigiu a entrega dos papeis e objectos concernentes ao alistamento e como elle não os tivesse, os desordeiros foram ao cartorio do escrivão, forçaram-no a entregal-os, passando immediatamente a queimal-os.

Dirigirão-se em seguida á igreja, arrancarão e rasgarão os editaes alli postos, dorrão vivas e descargas, sem offensa felizmente a pessoa alguma. Em seguida tornarão ao escrivão e exigirão mais a lei, regulamentos e formularios do alistamento, lançando ao fogo tudo, disparando novas descargas, dando vivas e afinal retirando-se.

A villa de Serra-Negra estava tambem ameaçada de iguacs scenas.

O chefe de policia seguiu para ali com uma grande força.

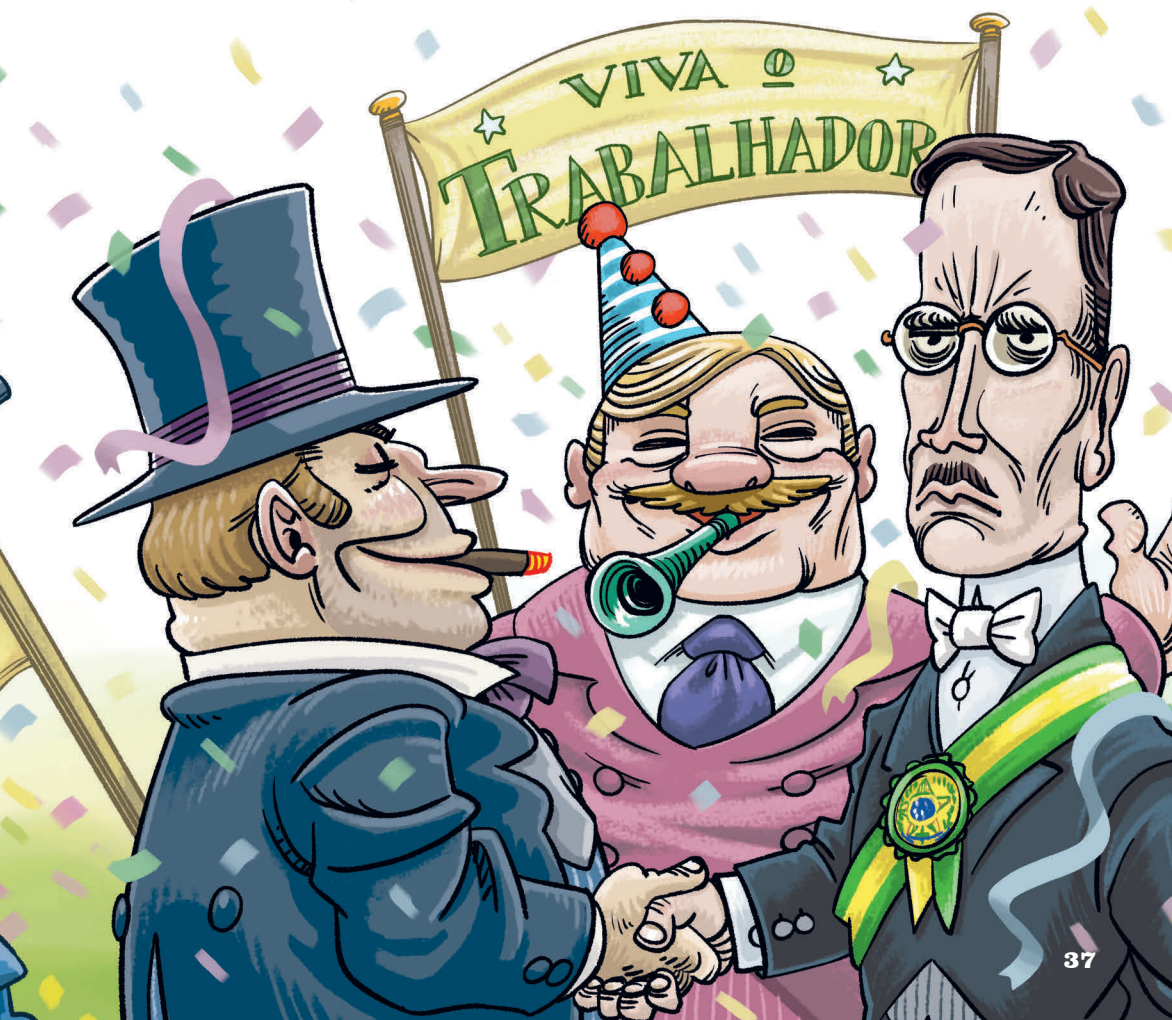
Notas do jornal *O Cearense* noticiam casos de “rasga-listas” no interior da província de São Paulo: pipocaram pelo Império motins contra a lei do sorteio militar



Brasil oficializou Dia do Trabalhador para incentivar festa e conter protesto



Lei que reconheceu a data foi assinada em 1924 pelo presidente Arthur Bernardes, que queria que os operários deixassem de fazer manifestações no 1º de maio por melhores condições de trabalho



O dia 1º de maio virou feriado no Brasil em 1924, por força de uma lei aprovada pelo Senado e pela Câmara e assinada pelo presidente Arthur Bernardes. A data entrou no calendário oficial para celebrar a “confraternidade universal das classes operárias” e os “mártires do trabalho”.

Documentos da época guardados no Arquivo do Senado, em Brasília, revelam que, ao oficializar o Dia do Trabalhador, Bernardes teve como objetivo domesticar a data.

Até então, muitos sindicatos usavam o 1º de maio para organizar comícios e protestos contra a exploração no trabalho. Era uma época em que praticamente inexistiam direitos trabalhistas no Brasil.

Para o governo, a data não deveria ser de reivindicação, mas de festa. Na Mensagem Presidencial que enviou ao Congresso Nacional no início de 1925, Bernardes agradeceu a aprovação da lei do Dia do Trabalhador e disse que a substituição da luta pelos festejos já era uma salutar tendência:

“A significação que essa data passou a ter nestes últimos tempos, consagrando-se não mais a protestos subversivos, mas à glorificação do trabalho ordeiro e útil, justifica plenamente o vosso ato”.



Quadro *Operários*, pintado por Tarsila do Amaral em 1938, retrata trabalhadores de fábricas paulistanas

A lei foi sancionada em setembro de 1924. Embora o Brasil fosse majoritariamente agrário, as maiores cidades do país já tinham um número considerável de fábricas, principalmente de tecidos, móveis e alimentos.

A primeira indústria de automóveis do país, por exemplo, foi a americana Ford, instalada em São Paulo em 1919.

Os papéis históricos do Arquivo do Senado também mostram que os trabalhadores urbanos de fato viviam sob violenta exploração. Num discurso nessa época, o senador Cunha Pedrosa (PB) denunciou:

— Esses pobres não passam, em sua maioria, de bestas de carga, atrelados à charrua [ao arado] da indústria nacional.

Para o senador Antônio Azeredo (MT), a situação dos operários era pior que a dos camponeses:

— Enquanto o colono trabalha nas fazendas reunindo dia a dia elementos preciosos para garantir o seu futuro, procurando tornar-se independente do patrão e comprar o terreno que habita ou buscar novas terras, os operários industriais não podem aspirar a outra coisa senão o seu exíguo salário, que jamais poderia ser acumulado com o fim de adquirir qualquer propriedade e muito menos os maquinismos caríssimos que manejam para o enriquecimento dos capitalistas.

Cada empresa tratava seus empregados como queria. Não existiam leis determinando registro em carteira, jornada máxima de trabalho, adicional noturno e de insalubridade, pagamento de horas extras, descanso semanal, férias remuneradas, licença-maternidade ou aposentadoria.

O trabalho infantil era liberado. O salário das mulheres era muito mais baixo que o dos homens. As demissões ocorriam por qualquer motivo — bastava o funcionário participar de greve ou queixar-se das condições de trabalho. O senador Irineu Machado (DF) resumiu:

— A nação brasileira é uma vasta senzala. Desapareceu o tronco para os negros, mas ainda subsiste a escravidão para os brancos brasileiros.

Os trabalhadores do começo do século 20, contudo, não se resignavam. As paralisações eram frequentes. A mais célebre delas foi a grande greve de 1917, que envolveu 50 mil operários da cidade de São Paulo e se estendeu por uma semana.

Quando o feriado foi decretado, o 1º de maio já fazia parte do calendário sindical não só no Brasil, mas em vários lugares do mundo, porque nesse dia, em 1886, se iniciou em Chicago, nos Estados Unidos, uma



Camara dos Deputados

Funcionou.
Rs. 76-7-724.
Arthur Bernardes.

O Congresso Nacional decreta:

Artigo unico: É considerado feria-
do nacional o dia 1 de Maio, como
gráo de confraternidade universal das
classes operarias e á commemoração
dos mártires do trabalho; revogadas as
disposições em contrario.

Camara dos Deputados, 23 de Se-
tembro de 1924.

Arrocyo Rompique de Aguedo Proantuche
Ass. de Arre

Ramuly do Bocayeva hant, 2.º Secretário

Documento original
da lei que em 1924
tornou o 1º de maio
feriado; no alto à
direita, a assinatura
do presidente
Arthur Bernardes

histórica greve geral a favor da jornada de trabalho de oito horas diárias.

O movimento foi violentamente sufocado pela polícia, com um saldo de várias prisões e mortes. Quatro manifestantes foram posteriormente enforcados em praça pública. Eles ficaram conhecidos como “mártires de Chicago”.

Também no Brasil as paralisações eram casos de polícia. A grande greve de 1917 teve 200 mortos, incluindo operários e policiais.

— Os trabalhadores nacionais sabem que as portas das prisões estão sempre escancaradas para eles cada vez que lutam pelas garantias necessá-
rias à sua vida — lamentou Irineu Machado.

Segundo o senador, o governo ficava sempre do lado dos patrões. Ma-
chado citou uma greve na Estrada de Ferro Leopoldina ocorrida poucos
anos antes. Em suas palavras, os funcionários trabalhavam até 17 horas por
dia em troca de um salário de miséria. Ele contou que a paralisação não
alcançou os resultados desejados:

— O governo espaldeirou [espancou], surrou, encarcerou todos os
chefes do movimento e permitiu que aquela empresa pusesse à rua os

homens de trabalho que revelaram maior energia e maior resistência na campanha por elevação de salários e garantias inteiramente justificáveis e humanas.

Machado afirmou que o governo adotou, além da violência, uma tática mais sutil para ajudar a empresa e enfraquecer a greve:

— Deu o governo do senhor [presidente] Epitácio Pessoa mão forte aos diretores da companhia inglesa, que puderam ter à sua disposição maquinistas, telegrafistas e condutores da [estatal] Estrada de Ferro Central do Brasil. Mais ainda: o governo pôs à disposição da empresa os foguistas e maquinistas da Armada [Marinha] nacional. Foi um atentado e uma violência contra os homens de trabalho, que apenas reclamavam o seu pão e defendiam a existência das suas famílias e um pouco de conforto.

Desde 1907, o Brasil tinha uma lei que permitia a expulsão sumária de estrangeiros do território nacional. O alvo eram os imigrantes europeus (principalmente portugueses, espanhóis, alemães e italianos) que traziam ideias anarquistas e socialistas para o país e incitavam os colegas de fábrica a fazer paralisações contra o abuso dos empresários.

Como a Europa foi o berço da Revolução Industrial, o movimento operário no continente tinha uma longa história e estava mais consolidado do que no Brasil.

Em 1919, em reação ao aumento da frequência das greves no país e das ações levadas ao Supremo Tribunal Federal (STF) argumentando que as expulsões eram inconstitucionais, uma nova lei contra os imigrantes foi aprovada, ainda mais dura que a anterior.

O autor dos dois projetos de lei foi Adolfo Gordo (SP), primeiro como deputado e depois como senador. No Senado, ele argumentou a favor do segundo projeto:

— Decidir que o Brasil não tem a faculdade de expulsar estrangeiros, quando todos os países do mundo estão expulsando do seu território os bandidos profissionais, os anarquistas perigosos, os cafetões, os vagabundos e os mendigos, é tornar o Brasil um asilo de todos esses elementos detestáveis.

Ele explicou por que considerava os anarquistas perigosos:

— Procuram agitar as classes operárias provocando greves e fazendo viva propaganda das ideias extremadas de seu programa, como “abolição da propriedade particular da terra” e “abolição das repúblicas, dos



Operários marcham na grande greve de 1917, em São Paulo

parlamentos, exércitos, polícias e magistratura” etc. etc. E intimam o governo a satisfazer seus pedidos sob pena de promoverem “a revolução e o massacre”, como se vê de publicações feitas na *Guerra Sociale* [jornal anarquista de São Paulo escrito em italiano].

O senador Paulo de Frontin (DF) também entendia que o foco das agitações eram os trabalhadores europeus, não os brasileiros:

— O operariado brasileiro, na sua grande maioria, conhece perfeitamente, como patriota que é, quais são os meios a empregar para poder corrigir os inconvenientes que possa haver e determinar que os poderes atendam aos reclamos que sejam justos. O elemento estrangeiro, que é aquele que tem tomado parte mais ativa nesse fermento anárquico, ao contrário, não é só indesejável, mas ainda perigoso. Está nas mãos do governo poder expulsá-lo.

O senador do Distrito Federal (isto é, do Rio de Janeiro, a capital na época) concluiu:

— Precisamos chamar a atenção dessa gente para o lema inscrito na nossa bandeira: Ordem e Progresso. Se eles não querem submeter-se ao que ali está estatuído, não venham para cá.

O mandato do presidente Arthur Bernardes, de 1922 a 1926, foi um período particularmente difícil para os sindicatos. Em razão das revoltas

tenentistas, ele governou todos os quatro anos sob estado de sítio. Isso significa que direitos constitucionais ficaram suspensos e o governo dispôs de poderes arbitrários.

Tanto tentativas de greve quanto meras reuniões de sindicatos foram violentamente desmanteladas. Enquanto os estrangeiros foram despachados de volta para seus países, os brasileiros considerados subversivos tiveram como destino a colônia militar de Clevelândia, uma prisão política aberta nessa época no extremo norte do atual Amapá, nos confins da Amazônia. Muitos só saíram de lá mortos.

Nada disso era noticiado porque, por força do estado de sítio, os jornais estavam amordaçados pela censura.

O autor do projeto de lei que transformou o 1º de maio em feriado no Brasil foi Irineu Machado. Pelos vários discursos proferidos pelo senador em favor dos operários nas décadas de 1910 e 1920, entende-se que o seu objetivo com a proposta não era esvaziar politicamente o Dia do Trabalhador, ao contrário do que quis o presidente Arthur Bernardes.

Machado, que era crítico do anarquismo, mas defensor da legitimidade das greves, avaliou que era um exagero perseguir trabalhadores só por acreditarem nessa filosofia política e recomendou ao governo que respeitasse a liberdade de pensamento:

— A soberania nacional não é uma expressão da maioria, não é tirania, não é a extinção das minorias. É a constatação da existência de diversas modalidades de opinião. Todas as vozes se fazem representar e são respeitadas. Somente quando os divergentes da ordem política ou social

Comemorações

Em virtude do decreto legislativo n. 4.859, de 26 de setembro de 1924, foi incluído, entre os feriados nacionais, o dia 1º de maio. A significação que essa data passou a ter, nestes últimos tempos, consagrando-se, não mais a protestos subversivos, mas á glorificação do trabalho ordeiro e útil, justifica plenamente o vosso acto.

Convém lembrar, entretanto, que a lista, não pequena, de nossos dias de gala, acaba de ser accrescida desse feriado,

Na Mensagem Presidencial de 1925, Arthur Bernardes diz que o 1º de maio deve ser dedicado a festejos, não a protestos

entram na ação material contra a organização política ou jurídica de um país é que se dá a intervenção do Poder Judiciário para reprimir o delito, sem, entretanto, suprimir o direito de opinião.

De acordo com o senador, era assim que os governos europeus viam se comportando e o Brasil deveria se espelhar neles:

— Na Europa, as autoridades reconhecem aos mais ferozes inimigos da ordem social, aos comunistas, aos leninistas, o direito de divergirem, de sustentarem a corrente de ideais a que estão fanática e morbidamente ligados. Nas urnas, os partidos comunistas pleiteiam francamente as candidaturas dos seus representantes. Respeita-se tanto o direito de opinião de todos os matizes, embora sejam mínimas as parcelas da representação das correntes revolucionárias, que ninguém lhes toca com um dedo e os seus representantes, todos eles, têm assento no Parlamento.

O senador, a propósito, dava aulas de “legislação operária” na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro.

Aproveitando que a Constituição de 1891 protegia os parlamentares de qualquer punição por “suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato”, Irineu Machado contornou a censura aos meios de comunicação lendo no Plenário do Senado diversas cartas em que trabalhadores denunciavam os abusos cometidos contra o movimento operário.

Em 1923, ele subiu à tribuna:



Funcionários da indústria de óleo Sol Levante em 1906; fábrica pertencia ao Conde Matarazzo



Voz do Povo, jornal do movimento operário no Rio de Janeiro, noticia os protestos dos trabalhadores em 1º de maio de 1920, antes da criação do feriado nacional

— Tenho em mãos a seguinte carta: “Esta, senhor senador, tem por fim solicitar o apoio de Vossa Excelência, o grande amigo do povo, para a causa de dois infelizes operários que estão nas masmorras policiais sofrendo toda casta de violência. São eles: Pedro Mauriny, espanhol, e Manoel A. Pereira, português. Foram presos por pertencerem à União Geral dos Trabalhadores em Hotéis, Restaurantes e Cafés, organizada para fins de emancipação econômica e social do proletariado. Os seus melhores militantes, como é de presumir, são possuidores de ideias avançadas. Esse deve ser o crime atribuído aos dois, que estão pagando tão caro a sua dedicação à causa que defendem, que é a causa da emancipação humana”.

Para proteger os denunciantes, Machado não revelava o nome das pessoas que lhe escreviam as cartas.

Inicialmente, o poder público buscou revolver a questão dos trabalhadores recorrendo a paliativos. Uma das medidas foi construir casas populares e vilas operárias. Outra foi criar as feiras livres de rua, onde o operariado passou a comprar alimentos mais baratos do que nas mercearias.

Os parlamentares que defendiam os operários acabavam ganhando adjetivos indesejados. O senador Cunha Pedrosa foi chamado de



Os senadores Adolfo
Gordo (SP) e Irineu
Machado (DF)

“socialista” depois de apresentar um projeto que concedia aposentadoria aos funcionários com mais de 60 anos que ficassem inválidos no trabalho. A proposta foi rejeitada.

O senador Irineu Machado, por sua vez, foi chamado de “soviético” quando redigiu um projeto que proibia o aumento abusivo dos aluguéis residenciais. Ele se defendeu:

— Essa medida foi exatamente feita para evitar que o sacrifício excessivo das massas populares viesse provocar uma reação fatal e certa, viesse provocar explosões.

Sob o argumento de que era uma interferência indevida na propriedade privada, essa proposta também foi rejeitada.

Quando o feriado de 1º de maio foi instituído, basicamente só havia duas leis que regulamentavam o mundo do trabalho no Brasil. Uma, de 1923, previa aposentadoria apenas para os funcionários das ferrovias. A outra, de 1919, garantia aos operários em geral uma indenização paga pelo patrão caso se acidentassem no serviço.

Os papéis históricos do Arquivo do Senado indicam que os empresários fizeram lobby para que o Congresso Nacional afrouxasse a lei dos acidentes de trabalho. Numa carta enviada a Adolfo Gordo, um grupo de industriais pediu que a expressão “acidentes no trabalho” fosse substituída por “perturbação funcional produzida pelo exercício do trabalho ou em consequência do mesmo exercício”. O senador discordou:

— Os comentadores franceses qualificam acidente no trabalho não só o que é ocorrido como consequência direta do exercício do trabalho, como

todo aquele que é ocorrido durante o trabalho, tendo com este um laço de conexidade. Têm direito à indenização, portanto, o operário ferido quando auxiliava os camaradas de um ateliê vizinho, o operário atacado por grevistas nas imediações de seu estabelecimento de trabalho, o ferido em um acidente de *tramway* [bonde] tomado por ele em obediência a ordens do seu patrão e em desempenho de uma comissão etc. etc.

Os empresários sugeriram que a indenização não fosse paga se os herdeiros do trabalhador morto vivessem no exterior. O Senado reagiu.

— Desde que um operário vítima de um acidente tem direito a uma indenização em virtude de lei e a importância entra em seu patrimônio, não pode o Congresso determinar a que herdeiros deve passar tal patrimônio no caso de morte da vítima — argumentou Adolfo Gordo. — Demais, como disse o relator do projeto na Câmara dos Deputados, “semelhante exclusão não consulta o interesse do operário nacional, uma vez que ela pode constituir motivo de preferência para a admissão do operário estrangeiro”.

O senador também discordou da sugestão de que a indenização não fosse concedida caso o operário se acidentasse por descumprir as medidas de segurança estabelecidas pelo patrão:

— É evidente que isso não pode ser aceito. O patrão cria o risco, cumpre-lhe repará-lo.

Os industriais ainda pediram que a lei de 1919 fosse mudada para que só houvesse a obrigatoriedade de processo judicial se o trabalhador denunciasse o acidente. Para Gordo, isso abriria espaço para a impunidade dos patrões:

— Suponhamos que em uma fábrica estão colocados operários adultos e seus filhos menores, e um destes, criança ainda, deixa, na engrenagem das máquinas em que trabalha, uma de suas mãozinhas, um pedaço de seu corpo juvenil, cuja falta pelo resto de sua vida é incalculável. O patrão, sabendo que só haverá intervenção judicial se o operário reclamar, exercerá

Foi também remetido à Comissão a photographia do seguinte aviso fixado em fabricas de S. Paulo:

“Aviso aos operarios — Todo operario desta fabrica que, em caso de accidente no trabalho, se queixar á policia, será demittido”.

sobre este e seu pai, fracos e impotentes, toda a pressão para que se calem, afastando assim a assistência do Ministério Público, bem como a tutela e o amparo da lei. Diante da perspectiva dos transtornos que uma demissão súbita de todos os membros da família lhes acarretaria, o operário menor e seu pai serão obrigados a submeter-se à prepotência do patrão.

Nenhuma dessas mudanças reclamadas pelos empresários foi aprovada.

De acordo com a historiadora Isabel Bilhão, professora da Universidade do Rio dos Sinos (Unisinos) e integrante da diretoria da Associação Nacional de História do Trabalho, as leis trabalhistas surgiram no Brasil uma após a outra, a começar por aquela de 1919 dos acidentes de trabalho, em resposta a diferentes pressões, entre as quais o “perigo vermelho”:

— A vitória da Revolução Russa, em 1917, com o estabelecimento da União Soviética e um novo regime social, econômico e político, acendeu a luz de alerta no mundo ocidental, que se viu forçado a discutir os problemas sociais e fazer concessões à parcela mais pobre da sociedade, de modo a evitar que revoluções comunistas também explodissem em outros países. A questão operária não podia mais ser ignorada.

Na assinatura do Tratado de Versalhes, de 1919, em que se selou a paz após a Primeira Guerra, diversos governos, inclusive o do Brasil, se comprometeram a enfim criar leis de proteção ao trabalhador. No mesmo ano, fundou-se a Organização Internacional do Trabalho (OIT), vinculada na época à Liga das Nações e hoje à Organização das Nações Unidas (ONU).

Especificamente no Brasil, segundo a historiadora, o movimento operário atraía cada vez mais militantes — representando uma ameaça ao status quo — porque a República, implantada em 1889, não cumprira a promessa de inclusão social:

— A Primeira República, pelo contrário, foi extremamente elitista e excludente. Os trabalhadores pobres em geral não tinham direito de votar nem ser votados, ou por serem analfabetos, ou por serem estrangeiros. Uma forma que encontraram de participar da vida política e ser ouvidos foi militando nos sindicatos, protestando e participando de greves. Outra forma, nas brechas da arena política, foi apoiando a candidatura de políticos simpáticos à causa operária, como o senador Irineu Machado e os deputados Eloy Chaves [SP] e Maurício de Lacerda [RJ].

Isabel Bilhão explica que até mesmo países onde eram remotas as



Funcionários da Chevrolet em São Paulo na década de 1920

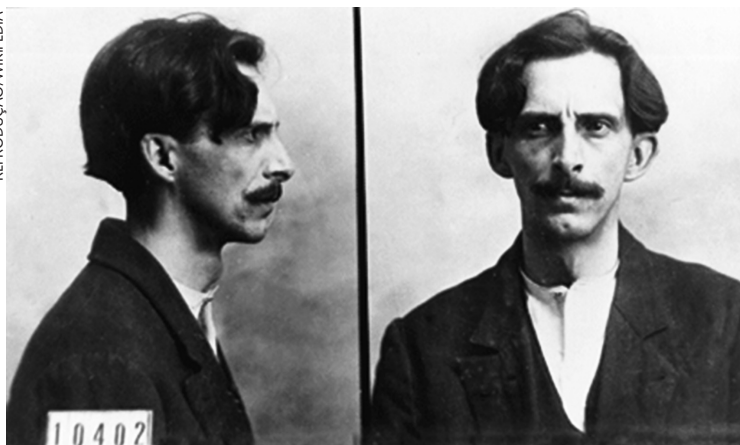
chances de uma revolução comunista prosperar decidiram instituir direitos trabalhistas:

— O sistema capitalista se deu conta de que tanta brutalidade nas relações de trabalho estimulava as revoltas e as convulsões sociais, mesmo que elas não tivessem cunho marxista-leninista, e prejudicava o seu próprio desenvolvimento. Foi uma estratégia de sobrevivência e de renovação que o capitalismo adotou.

Quando a década de 1920 chegou ao fim, o movimento anarquista estava praticamente extinto no Brasil. Primeiro, porque grande parte desses militantes foi presa, deportada ou morta pelo governo Arthur Bernardes. Depois, porque a vitória da Revolução Russa tornou o comunismo mais promissor que o anarquismo. No Brasil, o Partido Comunista foi fundado em 1922.

Novos direitos trabalhistas viriam ainda nos anos 1920 no Brasil, como a extensão da aposentadoria a outras categorias profissionais (além dos ferroviários), as férias remuneradas e a regulamentação do trabalho dos menores.

O feriado do Dia do Trabalhador continuaria domesticado, esvaziado de conteúdo reivindicatório. Em 1930, logo após tomar o poder, Getúlio Vargas baixou um decreto pelo qual o 1º de maio passou a ser dedicado



Fotos do líder anarquista Edgard Leuenroth tiradas em delegacia de São Paulo em 1917

apenas à “confraternidade universal das classes operárias”. A referência aos “mártires do trabalho”, mortos em Chicago por protestar, foi suprimida sem nenhuma explicação.

Na ditadura do Estado Novo, em que as greves não eram permitidas, Vargas passou a usar o 1º de maio para anunciar os reajustes anuais do salário mínimo. E foi em 1º de maio de 1943 que ele assinou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que compilou a legislação trabalhista.

Outro sinal da domesticação é o nome oficial do feriado no Brasil, dado posteriormente e mantido até hoje: Dia do Trabalho, que não remete diretamente à situação dos trabalhadores.

A historiadora Isabel Bilhão acredita que a criminalização do movimento operário como política de Estado nas primeiras décadas da República tem reflexos ainda hoje no Brasil, o que explicaria o fato de uma parte da sociedade não ver com bons olhos o movimento sindical e as greves. A imagem negativa foi reforçada nas ditaduras do Estado Novo e militar, quando o sindicalismo esteve amordaçado e as tentativas de politizá-lo foram reprimidas.

Na visão dela, é importante que o Brasil de hoje conheça a história do trabalho no país — incluindo a oficialização, em 1924, do Dia do Trabalhador:

— Quando conhecemos essa história, entendemos que, ao contrário do que diz o discurso oficial, os direitos trabalhistas não caíram do céu, não foram uma dádiva de Vargas. Vieram depois de uma longa luta, de muito

esforço, à custa da prisão e da morte de muitas pessoas. São fruto de uma construção. Da mesma forma que foram construídos, podem também ser desconstruídos. Quando ignoramos a história, não valorizamos os direitos trabalhistas e corremos o risco de perdê-los. Podemos acabar acreditando naquele velho discurso de que há direitos em excesso impedindo o desenvolvimento econômico do Brasil.



Dia da Criança surgiu quando meninos pobres iam para a cadeia

Oficializada em 1924, data não tinha fins comerciais; ideia era incentivar sociedade a cuidar do bem-estar das crianças, que não tinham direitos, e também garantir futura mão de obra para lavoura e indústria





Crianças trabalham engraxando sapatos no Largo de São Bento, em São Paulo, por volta de 1910

O Dia da Criança no Brasil, em 12 de outubro, nasceu de um projeto que foi aprovado pelo Senado e pela Câmara dos Deputados, e assinado como decreto em novembro de 1924 pelo presidente Arthur Bernardes. O nome era Festa da Criança.

Diferentemente de hoje, o Dia da Criança não atendia aos interesses comerciais dos fabricantes e das lojas de brinquedos. Em vez disso, incitava a sociedade e o poder público a cuidar da educação, da saúde e do bem-estar das crianças.

Era uma época em que a infância não tinha direitos e as crianças pobres em geral não frequentavam a escola, eram obrigadas a trabalhar, vagavam em bandos pelas cidades e, detidas por algum crime ou mera “vadiagem”, iam para a cadeia.

Documentos históricos guardados no Arquivo do Senado, em Brasília, mostram que a ideia original do Dia da Criança partiu do 1º Congresso Brasileiro de Proteção à Infância e do 3º Congresso Americano da Infância, que foram realizados no Rio de Janeiro em 1922 como um único evento e fizeram parte dos festejos do centenário da Independência do Brasil.

A coincidência do Dia da Criança com a data do Descobrimento da

América teve o objetivo de associar a imagem da nova geração à chegada de Colombo ao novo mundo e, assim, induzir todos os países americanos participantes do congresso no Rio a adotar a mesma data.

O objetivo, entretanto, não foi alcançado, já que cada país hoje celebra o Dia da Criança numa data diferente. O Paraguai, por exemplo, escolheu o dia 16 de agosto, que é feriado nacional. Nessa data, em 1869, as tropas brasileiras massacraram um batalhão formado por centenas de crianças guaranis num dos episódios mais sangrentos e traumáticos da Guerra do Paraguai.

Antes de 1924, no Brasil, o Dia da Criança era comemorado informalmente em 2 de outubro, data em que a Igreja Católica celebra o Dia dos Anjos da Guarda.

De acordo com o pedagogo Moysés Kuhlmann Júnior, professor da Universidade de Brasília (UnB) e autor de livros sobre a história da infância e da educação no Brasil, a preocupação com as crianças brasileiras foi particularmente acentuada no primeiro quartel do século 20:

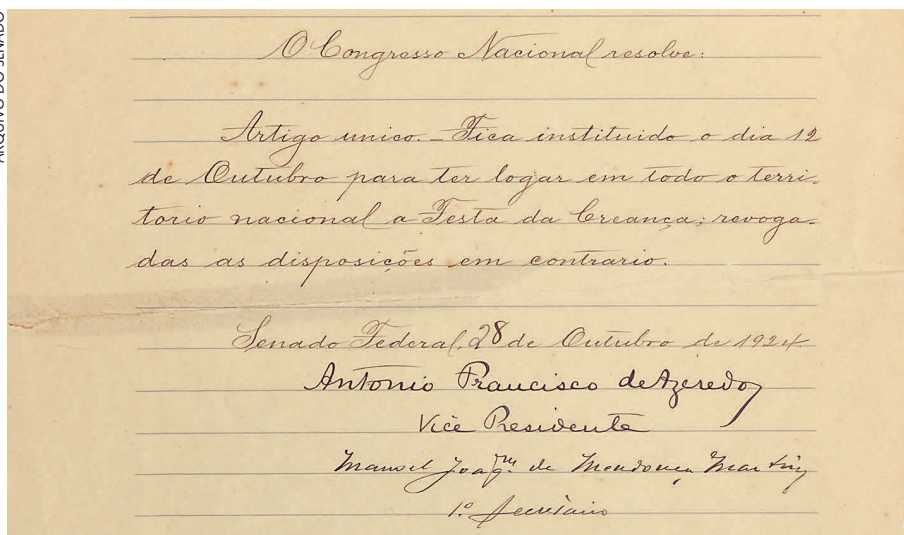
— No período que vai da abolição da escravidão e da implantação da República ao centenário da Independência, ganharam força os debates em torno da modernização do país. Juristas, médicos e intelectuais frequentaram as exposições internacionais e os congressos científicos que aconteciam na Europa desde o fim do século anterior e apresentavam modelos de progresso para as nações. O cuidado com a infância era um dos requisitos para sair do atraso e entrar na modernidade.

A preocupação com as crianças, de acordo com Kuhlmann Júnior, foi um processo ambíguo, com duas facetas bem diferentes.

Por um lado, houve a divulgação de cuidados básicos, mas até então pouco conhecidos, que beneficiaram toda a infância brasileira. A nascente pediatria explicou que a falta de higiene em casa e a alimentação inadequada provocavam doenças que contribuíam com a elevada mortalidade infantil.

Organizador dos dois congressos de 1922 e precursor das políticas de proteção à infância no Brasil, o médico carioca Carlos Arthur Moncorvo Filho produziu material educativo alertando as mães para a ameaça das moscas à saúde, criticando o uso de mamadeiras de metal e chupetas, e defendendo o consumo de leite pasteurizado, que era novidade na época.

Por outro lado, o cuidado com as crianças também teve o objetivo de



Documento do projeto de criação da Festa da Criança aprovado no Senado em outubro de 1924

manter as camadas mais pobres da sociedade longe da criminalidade e de rebeliões populares e garantir a formação da mão de obra necessária para a agricultura, que ainda era o motor da economia brasileira, e a indústria, que já se desenvolvia.

O historiador James Wadsworth, professor da Faculdade Stonehill, nos Estados Unidos, e pesquisador da assistência à infância brasileira, lembra que foi nesse momento de urbanização rápida, industrialização, imigração, epidemias, alta mortalidade infantil e agitação social e política (estouraram a Revolta da Vacina, greves operárias e rebeliões tenentistas) que surgiu o discurso de que as crianças eram “o futuro da nação”.

— Mais especificamente, as crianças pobres, por causa de sua força de trabalho potencial. Sendo o futuro da nação, elas deveriam ser cuidadas diretamente pelo Estado — ele diz. — O Estado, então, assumiu o papel de “pai” para disciplinar e educar essas crianças de modo a produzir uma mão de obra dócil, saudável e produtiva para substituir a perda do trabalho escravo e evitar a suposta influência negativa do trabalho imigrante que inundava o Brasil.

Wadsworth resume:

— Claramente, toda a preocupação da elite brasileira com a infância pobre não tinha como fim garantir o bem dessas crianças, mas, sim, preservar o status quo e proteger a futura posição social, econômica e política

dos seus próprios filhos.

Os documentos do Arquivo do Senado confirmam que, nos primeiros anos do século 20, essa foi de fato a estratégia da elite.

Em 1912, o senador Francisco Glicério (SP) contou aos colegas que visitara o Instituto de Proteção e Assistência à Infância e lhes pediu que destinassem mais verbas do Orçamento federal a essa entidade filantrópica, que era mantida no Rio pelo médico Moncorvo Filho.

— É um velho casarão adaptado à custa dos maiores sacrifícios pecuniários aos fins daquela utilíssima instituição, que educa as criancinhas para a vida social — discursou.

Existiam espalhadas pelo país entidades filantrópicas que reproduziam o modelo do instituto de Moncorvo Filho.

Glicério defendeu que o Brasil investisse menos na importação de trabalhadores europeus e japoneses e priorizasse a formação de mão de obra nacional, por meio de estabelecimentos como o Instituto de Proteção e Assistência à Infância:

— Gastamos não pequena soma com a imigração, soma de milhares



Fotos de crianças publicadas em 1924 pela revista infantil *O Tico-Tico*

O dia da creança

CONTINUAM AS ADHESÕES À FESTA QUE SE REALIZARÁ NA PROXIMA TERÇA-FEIRA

A Light fornecerá nesse dia cinco mil passagens gratuitas

O Conselho de Assistência e Protecção aos Menores continu'a a receber adesões para os festejos do "dia da creança". Dos cinemas podemos contar os seguintes: Pathé, Palais, Parisiense, Odeon, Gloria, Capitolio, Imperio, Central, Centenario, Fluminense, Patria, Guarany, Iris, os cinemas das empresas Paschoal Segreto, e Ponce & Companhia, S. Severiano Ribeiro, Elegante, Colombo, São José e Paris.

Devemos salientar o gesto de altruismo da empresa Pinfildi proprietaria do Cinema Central, que além de fornecer ao Conselho de Menores, 500 entradas para a matinée do dia 12 do corrente, promptificasse a dar entrada franca a toda a creança que se apresentar, distribuindo bonbons e balas.

Os Cnemas Elegante, Colombo e os da empresa Ponce, Pontes & Companhia, pizeram a disposição das creanças toda a matinée do dia 12 do corrente.

As firmas Cunha Graça & Companhia, Parageau & Miranda, Adeline de Magalhães & Companhia, Januario de Souza & Companhia, enviaram um grande numero de brinquedos que serão distribuidos na casa dos Expostos, Hospital Hanemannano, Serção Bourneville do Hospital Nacional de Alienados.

Os srs. França & Companhia, proprietarios da confeitaria Colombo, promptificaram-se a mandar dez kilos de biscoitos e 200 doces para serem distribuidos entre os pequenos asylados.

O director da Central do Brasil, mandou a todos os chefes das estações suburbanas, a seguinte circular:

"De ordem superior e em virtude de ser o dia 12 do corrente consagrado á "festa da creança", podeis dar providencias para que nesse dia e nos trens de suburbios e de pequeno percurso tenham livre trnsito menores até 14 annos presumiveis, no maximo, quer fazendo parte agremiações (em grupos) quer isolados. Rio de Janeiro 8 de outubro de 1926 — (a) J. Carvalho de Araujo, director."

de contos com a importação de criaturas humanas cujo estado físico é na generalidade desconhecido. Não há motivo para que neguemos auxílio para esse preparo da própria geração brasileira.

Na Mensagem Presidencial remetida ao Congresso Nacional em 1913, o presidente Hermes da Fonseca bateu na mesma tecla do trabalho. Ele pediu aos senadores e deputados que nesse ano dedicassem "atenção e carinho" ao problema da infância abandonada.

"Existem [no Rio] nuvens de pobres crianças que se perdem na vadiagem e no vício. Meninos e meninas que amanhã podem ser homens e mulheres úteis à sociedade estão destinados a uma vida de crimes, tornando-se elementos deletérios no meio da comunhão, porque não encontraram quem lhes desse a educação e os meios hábeis de ganhar honestamente a vida. É preciso que os poderes públicos olhem para esses abandonados, que ainda podem e devem ser elementos preciosos de trabalho e progresso", escreveu o presidente.

Em 1916, o senador João Luiz Alves (ES) pediu que fosse registrado nos anais do Senado um artigo do estatístico maranhense Oziel Bordeaux Rego a respeito da importância de se oferecer escola às crianças pobres, direito que ainda não existia:

"Não é uma elite de sábios que faz a fortuna das nações, mas a grande massa

Jornal *Correio da Manhã* noticia as atividades em comemoração ao Dia da Criança no Rio de Janeiro em 1926: filmes, brinquedos, biscoitos, doces e viagens gratuitas nos trens da Central do Brasil



O médico Moncorvo Filho examina criança na pandemia de gripe espanhola de 1918: pioneiro na luta pela assistência infantil

anônima, a massa que lavra nos campos, que trabalha nas oficinas, que propaga a riqueza pelo comércio e navegação. O analfabetismo é um dos maiores obstáculos ao desenvolvimento de nossa capacidade econômica e à definitiva integração do proletariado na sociedade brasileira”.

Em outro trecho do artigo, Rego afirmou que a alfabetização e a criminalidade eram inversamente proporcionais e citou casos na Europa:

“O ensino desentranha energias morais. Na Inglaterra, no País de Gales e na Escócia, ao notável progresso escolar verificado de 1841 a 1887 correspondeu auspiciosa depressão na delinquência. Enquanto o número de crianças que frequentavam escolas subia de 220 mil para 4 milhões, a cifra anual das condenações criminais minguava de 24 mil para 12 mil”.

O Arquivo do Senado guarda dados estatísticos da polícia do Rio de Janeiro que hoje são estarrecedores. Dos quase 17 mil criminosos que foram mandados para as cadeias da capital do país entre 1907 e 1915, perto de 250 tinham entre 9 e 15 anos de idade.

Em 1917, o senador Alcindo Guanabara (DF) apresentou um projeto de lei que estabelecia uma série de normas para lidar com as crianças e os adolescentes abandonados e infratores.

Uma das medidas era deixar de trancafiá-los nas cadeias, onde dividiam espaço com adultos criminosos, e passar a enviá-los provisoriamente para “depósitos de menores” e, depois de julgados, para reformatórios,

Um menor condenado

O juiz da Quarta Vara Criminal absol-
veu por legítima defesa Manoel Alves Vi-
eira, pronunciado por haver no dia 1º de
abril, às 15 horas, em um botequim na
rua Haddock Lobo ferido a tiro de re-
vólver seu desaffectedo Eurico Vieira; e
condemnou a um anno e sete mezes de
prisão um pivete de 12 annos de idade,
que penetrou na casa n. 103 da rua Barão
de Ubatuba, às 13 horas, e de lá furtou dinhei-
ro e objecto no valor de 400\$000. O juiz
o condemnou a esta pena, attendendo so-
mente á idade do pivete, visto que fi-
cou provado que elle agiu com dis-
criminação. Agora, onde irá o menor cum-
prir a pena a que foi condemnado.

Nota do jornal *A Noite* publicada em 1915
notícia prisão de "pivete de 12 anos"

onde seriam treinados para o mundo do trabalho.

Pelo projeto de Guanabara, o treinamento seria para atividades de baixa qualificação. Os meninos poderiam tornar-se cuidadores de horta, alfaiates, funileiros, carpinteiros ou encadernadores, por exemplo. As meninas, por sua vez, poderiam ser capacitadas para trabalhar como costureiras, engomadeiras, lavadeiras, cozinheiras ou criadoras de galinhas.

Na defesa do projeto, o senador argumentou que a sociedade como um todo, incluindo a elite, seria beneficiada se os jovens pobres recebessem formação profissional em vez de serem atirados às prisões:

— Se fechardes o coração à piedade, haveis ao menos de abrir os olhos ao interesse, verificando o prejuízo que todos os anos o abandono da infância vos faz inscrever na contabilidade do Estado, pelo número de criminosos que se devem sustentar, de miseráveis que se devem manter, de vadios que se devem alimentar, de prostitutas que corrompem a sociedade. Podeis, ao mesmo tempo, apreciar em algarismos o que deixais de ganhar, avaliando o que produziria o trabalho sadio e inteligente desses milhares de indivíduos que não recebem senão o mal e não podem produzir senão o mal.

O projeto do senador Alcindo Guanabara não foi aprovado. No entanto, uma década mais tarde, justamente no Dia das Crianças de 1927, por influência dos dois congressos de proteção da infância realizados no Rio de Janeiro em 1922, uma proposta com conteúdo semelhante, depois

de passar pelo Senado e pela Câmara dos Deputados, foi assinada pelo presidente Washington Luís.

Trata-se do Código de Menores, a primeira grande lei brasileira destinada a crianças e adolescentes. Entre outras mudanças, elevou a maioria penal para 18 anos (era aos 9 anos até 1922 e então passou para os 14 anos) e criou um juizado específico para decidir o destino dos menores abandonados ou delinquentes.

A lei de 1927 também proibiu o trabalho antes dos 12 anos, acabou com a roda dos expostos (roleta embutida na fachada de instituições de caridade que permitiam o abandono de bebês) e, claro, criou reformatórios com cursos profissionalizantes.

Segundo o historiador James Wadsworth, da Faculdade Stonehill, a preocupação da elite brasileira com a infância pobre na época da criação do Dia da Criança tinha componentes machistas.

— Médicos, educadores e políticos dirigiam seus programas de educação e assistência sobretudo para as mães. Esse grupo de homens pretendia ensiná-las a se tornarem mulheres e mães melhores, sem julgar necessário consultar as interessadas nem envolver os pais na criação dos filhos.

Também havia componentes eugênicos e racistas. Wadsworth lembra que Moncorvo Filho promoveu os “concursos de robustez infantil”, que escolhiam os bebês mais bonitos e saudáveis. As competições eram voltadas principalmente para famílias pobres. O historiador diz:

VINCENZO PASTORE/INSTITUTO MOREIRA SALLES



Crianças que trabalham fazendo pequenos serviços brincam de bola de gude diante da Estação da Luz, em São Paulo, por volta de 1910



Anúncio de alimento infantil publicado em 1924 na revista *O Tico-Tico*

— Os concursos apresentavam um ideal racial para a beleza, o vigor e a saúde. O fato de todos os premiados serem brancos não era uma mera casualidade. Havia um silencioso discurso a respeito da raça. Era amplamente aceita pelos grupos dominantes a crença de que a mistura de raças constituía um obstáculo ao desenvolvimento nacional e era necessário promover o branqueamento da população para eliminar as características indesejáveis.

Wadsworth entende que, mesmo com as ambiguidades, a semente plantada em 1924, na época da oficialização de 12 de outubro como o Dia da Criança, cresceu no decorrer das décadas, com a evolução da forma como a infância é vista e tratada no Brasil.

— Os esforços de bem-estar infantil do início do século 20 foram

precursores da atual luta do Brasil para fazer cumprir sua Constituição de 1988, que originou uma das leis de direitos da criança mais progressistas do mundo — ele afirma, referindo-se ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990, que mudou o foco legal das punições para os direitos.

O professor Moysés Kuhlmann Júnior, da UnB, diz que, em termos práticos, ainda há muito a avançar:

— A existência da legislação não garante que esteja tudo resolvido. O acesso à creche, por exemplo, é um direito que está previsto na Constituição, mas até hoje não é oferecido a contento pelas prefeituras.

De acordo com ele, mesmo passado tanto tempo, persistem no Brasil atual resquícios do modo como a infância era vista no início do século passado, como a estratégia de alfabetizar as crianças pobres com o intuito de apenas capacitá-las minimamente para os trabalhos menos especializados:

— Até hoje deparamos com aquela velha ideia de que as classes baixas não precisam de escola de qualidade e a educação deve fazê-las se contentar com os degraus mais baixos da sociedade.

Nos primeiros anos, as celebrações do Dia da Criança incluíam concursos de robustez infantil, visitas ao jardim zoológico, filmes gratuitos nos cinemas, desfiles de escoteiros, jogos de futebol, missas especiais, doação de roupas e brinquedos às crianças pobres e até mesmo ações de valorização do trabalho infantil.

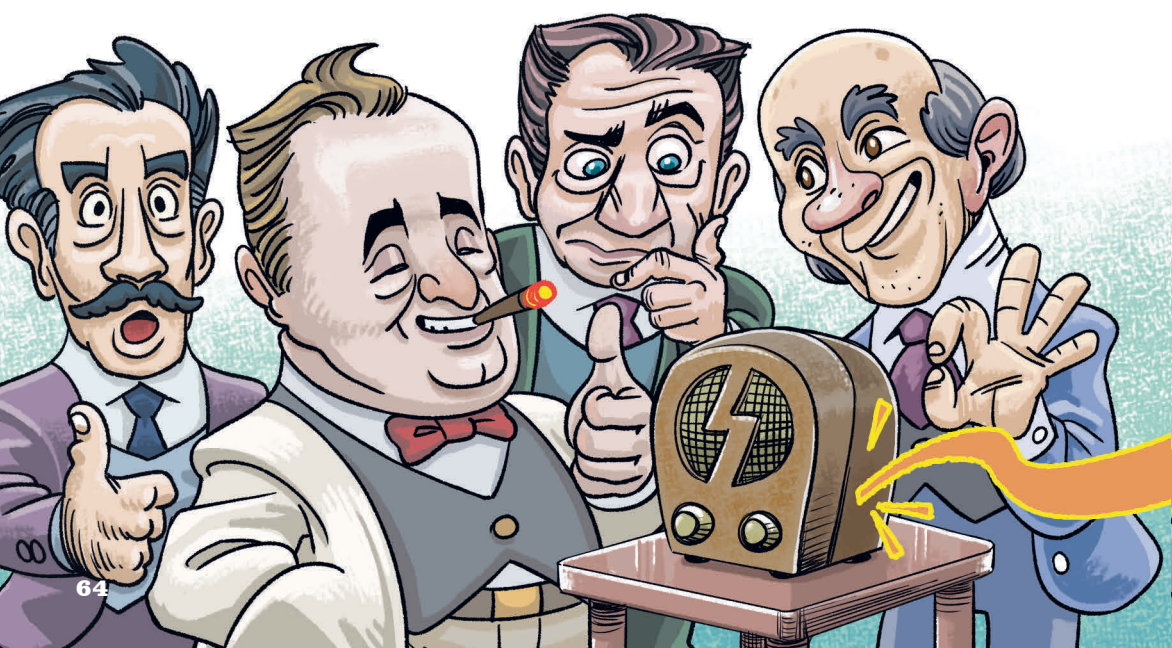
Kuhlmann Júnior diz que, na década de 1930, empresas como Nestlé e Toddy aproveitaram o Dia da Criança para promover as marcas distribuindo leite condensado e achocolatado em escolas e orfanatos.

Segundo ele, foi na década de 1960 que passou a prevalecer a associação do Dia da Criança aos presentes e a data ganhou o sentido comercial que permanece até hoje.



Alçado a ditador na Alemanha, Hitler afetou rumos da política do Brasil

Aumento dos poderes do líder nazista em 1934 influenciou a instauração da ditadura do Estado Novo em 1937, e a derrota do regime nazista em 1945 foi decisiva para a queda do governo autoritário de Vargas no mesmo ano





Documentos históricos guardados nos Arquivos do Senado e da Câmara dos Deputados, em Brasília, mostram que os rumos da política brasileira foram influenciados por Adolf Hitler (1889-1945). Ele se tornou o ditador da Alemanha nazista em 1934. Ainda que de forma involuntária e indireta, Hitler teve papel tanto na implantação quanto na derrubada do Estado Novo (1937-1945), a ditadura de Getúlio Vargas.

Os documentos da época indicam que não foram poucos os senadores e deputados brasileiros que, admiradores do governo de Hitler, defenderam a adoção de um governo igualmente autoritário no país.

Nos debates da Assembleia Nacional Constituinte encarregada de elaborar a Constituição de 1934, o deputado João Pinheiro (MG) declarou:

— Em plebiscito recente, 40 milhões de teutos [alemães] dispensaram exaltadamente os clássicos benefícios da liberdade e abraçaram com entusiasmo a ditadura imperialista de Adolf Hitler, sob a bandeira do fascismo alemão. Pergunto eu: não continua a ser a Alemanha de Hitler uma das mais altas expressões de civilização e cultura do mundo ocidental?

O plebiscito a que Pinheiro se referia ocorreu em 19 de agosto de 1934, logo após a morte do presidente Paul von Hindenburg, em 2 de agosto. Na consulta popular, os alemães decidiram que Hitler, chanceler

O ditador Adolf Hitler discursa: a democracia liberal estava em descrédito na época e o autoritarismo era visto com bons olhos por muitos.

CORREIO DA MANHÃ/
ARQUIVO NACIONAL



(primeiro-ministro) desde o ano anterior, seria também o presidente.

Com poderes supremos, o político nazista adotou o título de *Führer* (condutor, guia, líder).

De acordo com o deputado mineiro, a democracia não funcionava no Brasil porque a população não era educada, dado o sistema escolar deficiente. A solução, assim, seria adotar uma ditadura semelhante à alemã. Pinheiro disse:

— Tenhamos a coragem cívica e intelectual de proclamar que não é possível a prática de um governo democrático no Brasil dos nossos dias, porque o governo do povo pelo povo pressupõe a existência da vontade popular arregimentada, independente e consciente.

Para o deputado Álvaro Maia (AM), as ditaduras de extrema direita, como a fascista de Benito Mussolini e a nazista, eram essenciais para impedir o comunismo de tomar o poder.

Da tribuna da Constituinte, Maia leu trechos de uma carta pública escrita pelo arcebispo de Porto Alegre, que era nascido na Alemanha:

— Não foi passageiro o encanto que me produziu a carta pastoral de D. João Becker quanto à autópsia da atualidade brasileira. Escreveu: “Hitler, o grande remodelador da Alemanha, que salvou sua pátria das garras do bolchevismo, criou o Estado totalitário, apelando para o sentimento radical do arianismo e implantando a cruz suástica nas instituições públicas”.

Outro admirador do nazismo, o deputado Ferreira de Souza (RN) afirmou:

— Tinha de ser a Alemanha a barreira do mundo ocidental contra a infiltração do comunismo russo. Declaro a Vossas Excelências que, se um dia o Brasil chegar a esse ponto [ter comunistas fortes], não serei presidencialista nem parlamentarista. Serei partidário dos governos da força, serei partidário da ditadura, desde que tenhamos a felicidade de encontrar um ditador.

Ainda na Constituinte de 1934, o deputado Luís Sucupira (CE) afirmou que a Constituição que estava em elaboração deveria já prever as bases institucionais para a futura instalação de uma ditadura no Brasil:

— Sou contra a democracia liberal, porque a julgo causadora de todos os males de que padece a civilização desde que foi implantada, em 1789, com a Revolução Francesa. Devemos procurar o amparo dos nossos companheiros [deputados constituintes] para as emendas que facilitem, mais

tarde, o advento do Estado totalitário que desejamos.

O historiador e professor Fabio Koifman, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), afirma que, para entender por que Adolf Hitler despertava simpatias no Brasil, deve-se enxergar o contexto histórico da primeira metade da década de 1930:

— Hitler ainda não havia posto em prática aquela política de terror que hoje conhecemos muito bem. As Leis de Nuremberg, que permitiram a segregação e a posterior perseguição dos judeus, começaram em 1935. A Segunda Guerra Mundial, que teve o ditador nazista como grande culpado, estourou em 1939. O Holocausto, genocídio sistemático de judeus, começou no segundo semestre de 1941. Os parlamentares brasileiros não poderiam julgá-lo com base nesses acontecimentos posteriores.

Koifman explica que o fato de Hitler ser um ditador, por si só, não era considerado um motivo para reprovação geral naquele momento:

— Entendia-se que a democracia liberal havia fracassado em evitar a Primeira Guerra, o surgimento da União Soviética e o colapso mundial provocado pela crise de 1929. Além disso, o comunismo crescia no Brasil e no mundo, apoiado no crescente movimento operário e no aparente êxito da União Soviética, que, por estar isolada do comércio internacional,



REPRODUÇÃO/WIKIMÉDIA COMMONS

O chanceler Hitler e o presidente Hindenburg, líderes da Alemanha, em 1933

passou incólume pela crise de 1929. Preocupadas com tudo isso, as elites passaram a apostar em “regimes fortes”, que tivessem mão firme contra o comunismo e fossem intervencionistas na economia. Esperavam, assim, preservar seus privilégios políticos e econômicos.

De acordo com os documentos dos Arquivos do Senado e da Câmara, os parlamentares brasileiros dos anos 1930 enxergavam outras qualidades no governo nazista. O deputado Aarão Rebelo (SC), por exemplo, que defendia a revogação do direito das mulheres ao voto, disse que o Brasil deveria se inspirar na Alemanha e estimulá-las a permanecer restritas à família e ao lar.

Ao longo da década de 1920, a chamada República de Weimar concedeu inúmeros direitos às mulheres alemãs, mas uma pauta reacionária que incluía a contenção e a reversão desse tipo de avanço social ajudou a levar Hitler ao poder. Para os nazistas, o feminismo não passava de um estratagema dos comunistas para enfraquecer a sociedade e tomar o poder.

Num pronunciamento, Rebelo afirmou:

— Ainda há dias, o senhor Adolf Hitler, em discurso dirigido aos seus apaniguados, lembrou os grandes males causados pelo “feminismo”. Entre eles, destacou a desorganização da sociedade, o aumento do número dos



O ditador Vargas em desfile em homenagem aos pracinhas da FEB que lutaram na Segunda Guerra Mundial

sem-trabalho com a infiltração das mulheres nas atribuições dos homens e o relaxamento dos costumes. Até aludiu à prostituição. E concluiu dizendo que a salvação da Alemanha reside na preparação do cidadão nazista, começando pela educação doméstica confiada no lar à mulher.

Na Assembleia Nacional Constituinte, o deputado Xavier de Oliveira (CE) avaliou que os alemães agiam de forma acertada ao proteger a raça ariana e perseguir os demais grupos étnicos que viviam em seu país.

Ele apresentou uma emenda (não aprovada) para que a nova Constituição proibisse a migração de orientais e africanos para o Brasil. O deputado cearense argumentou que a ciência, para o bem das sociedades, desaconselhava a mistura da raça branca — segundo ele, majoritária no Brasil — com raças “inferiores”:

— [O cientista alemão Ernst] Kretschmer incrementou a biotipologia, baseando-a sobretudo na heredobiologia, daí nascendo a revolução política da Alemanha atual, de que Hitler é apenas o condutor, talvez inconsciente. Foram as ideias dele e de muitos outros sábios germânicos que, de seus laboratórios, provaram que é preciso defender a raça germânica.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, o deputado Teotônio Monteiro de Barros (SP) avaliou:

— Muitos dos nossos males [no Brasil] decorrem, em parte, da falta de uma consciência étnica comum. Lembra-me que, naqueles povos que têm uma consciência étnica nitidamente definida, profundamente marcada na sua existência, há sempre uma preocupação superior que paira não só sobre a vida particular dos cidadãos, mas também uma espécie de alma nacional que orienta a nacionalidade nos seus destinos. É coisa que nos tem faltado.

O deputado Góis Monteiro (AL), irmão do ministro da Guerra de Getúlio Vargas, disse admirar a Alemanha nazista por ter tolerância zero aos militares que ousassem imiscuir-se no mundo da política.

Ele fez essa observação quando criticava uma emenda que buscava dar o direito do voto aos soldados rasos:

— Na Alemanha de Hitler, o militar não vota nem é votado. Os tenentes que se manifestam [sobre política] são severamente punidos e os chefes, que não souberam evitar que seus subordinados se deixassem atrair pelo vendaval político, são convidados a deixar o Exército. Imagine-se o que irá por um regime de infantaria onde os maiores e coronéis pendam

por ideias conservadoras, os capitães sejam liberais e os tenentes sejam socialistas avançados. Surgirão, fatalmente, acontecimentos desastrosos. Decretaremos a anarquia e a dissolução hedionda para o Brasil.

O Brasil chegou a ter o seu próprio movimento fascista, a Ação Integralista Brasileira (AIB), criada por Plínio Salgado. Os integralistas vestiam um uniforme verde com a letra sigma (Σ), do alfabeto grego, bordada no braço. Salgado pretendia candidatar-se a presidente da República na eleição prevista para 1938.

O fascínio por Hitler no Parlamento brasileiro, porém, não era unânime. Da tribuna, também partiram críticas ao ditador nazista.

O deputado Miguel Couto (DF), que era médico, disse que as guerras sempre deixavam um rastro destruidor de doenças e que, no caso da Primeira Guerra Mundial, um de seus legados foi justamente o nazismo:

— As doenças são próprias do pós-guerra, tanto nos indivíduos quanto nas nações. As tropas de Cromwell difundiram a sífilis pela Inglaterra. As campanhas de Napoleão disseminaram o tifo e o glaucoma por toda a Europa. A Alemanha, depois da guerra de 1870, foi atacada pela varíola. A Grande Guerra [Primeira Guerra Mundial] contagiou o mundo inteiro com a encefalite letárgica. Nas nações, também houve o bolchevismo, o



Os ditadores Benito Mussolini, da Itália, e Adolf Hitler, da Alemanha, em 1940

Gerente — **LUIZ AYRES**
Avenida Gomes Freire, 81 e 83
Rua Gonçalves Dias, 3

Scusi, ma che succede davvero, intanto?

DIRECTOR GERENTE
JOSÉ P. LISBOA
Administração — Rua Gonçalves Dias, 8
N. 13.192

Art. 1.º Os Congressos privativamente ao presidente da República:

- a) Americanar, promulgar e fazer publicar as leis e expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução;
- b) expedir decretos, leis, não sujeitos ao processo legislativo;
- c) manter relações com os Estados estrangeiros;
- d) declarar as guerras e celebrar as relações internacionais, em conformidade com a Constituição;
- e) exercer a chefia superior das forças armadas da União, administrando-as e nomeando e demittendo os seus chefes e oficiais de maior graduação de acordo com as leis;
- f) declarar a mobilização nacional;
- g) declarar a guerra, depois de ouvido o Conselho de Segurança, e, independentemente do seu assentimento, em caso de lavada ou de ameaça de guerra, declarar a guerra ou a fazer a paz, sem referir o assunto ao Congresso;
- h) permitir, após autorização do Poder Legislativo, a passagem de forças estrangeiras pelo território nacional;
- i) declarar a União a ser mantida sob intervenção, nos termos constitucionais;
- j) declarar a suspensão de amnistia e o estado de guerra nos casos previstos na Constituição.

Parágrafo único. O Congresso federal, salvo nas exceções previstas na Constituição, não pode:

DIRETOR GERENTE
MARIO ALVES
Administração — Av. Gomes Freire, 81/82
N. 15.409
ANO XLIV

comunismo, o fascismo, o nazismo e todas as doenças em “ismo”, às quais gloriosamente temos escapado.

Para o deputado Odilon Braga (MG), a proteção da suposta pureza racial dos alemães evocada por Hitler não passava de um engodo:

— Hitler busca nas profundezas da ideologia ancestral dos germânicos, por meio da exaltação racista elevada a culto nacional, o mistério de ocultas forças que justifiquem perante a Alemanha o assalto que ele deu ao poder.

Apesar das críticas desse tipo, Getúlio Vargas percebeu o ambiente político brasileiro favorável à ditadura e sentiu-se à vontade para aplicar um autogolpe e dar início ao Estado Novo.

Em 1937, às vésperas do fim de seu mandato, ele cancelou a eleição presidencial que estava marcada para o ano seguinte, fechou o Senado e a Câmara, revogou a Constituição de 1934, impôs uma Carta autoritária e continuou no Palácio do Catete, a partir de então como ditador.

O pretexto de Vargas para o autogolpe de Estado foi proteger do Brasil do perigo comunista.

Em 1935, antes do autogolpe, o vice-presidente do Tribunal Superior de Justiça Eleitoral, Eduardo Espínola, numa das sessões preparatórias para a reabertura do Senado, que estava fechado desde a Revolução de 1930, conclamou os senadores a proteger a democracia e não seguir os passos das ditaduras europeias.

No mesmo discurso, Espínola enumerou características dos fascismos da Alemanha e da Itália que, poucos anos depois, acabariam sendo também características da ditadura do Estado Novo. O ministro citou o diplomata judeu britânico Herbert Samuel:

— Referindo-se aos golpes contra a democracia representativa, salienta o articulista [Samuel] que a ditadura não se detém: elimina pela força os seus adversários, abafa qualquer movimento que possa ameaçá-la, suprime a crítica de suas ações, engrandece os seus méritos, subtrai ao povo o conhecimento de suas falhas, desenvolve uma nova técnica para amoldar à sua feição as opiniões fluidas da geração que surge, censura os livros e só deixa conhecer os fatos históricos que podem justificar a sua doutrina. As universidades e as igrejas são forçadas a se manterem dentro da linha. Os órgãos de propaganda, como cinema, teatro, imprensa etc., dirigem-se a um só fim.



Protesto da União Nacional dos Estudantes (UNE) no Rio de Janeiro, durante a Segunda Guerra, satiriza Adolf Hitler e Benito Mussolini

Até 1939, a Alemanha não representou uma questão para o Brasil. A nação nazista, pelo contrário, era um dos maiores parceiros comerciais brasileiros. O problema apareceu quando a Segunda Guerra Mundial estourou e o país foi instado a se posicionar. No início, Vargas se manteve neutro.

O presidente usou a neutralidade como moeda política. Ele, no fim, acabou aliando-se aos Estados Unidos, à Inglaterra e à França contra a Alemanha, a Itália e o Japão. A posição foi assumida após os americanos liberarem dólares para a construção da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Volta Redonda (RJ) — que se tornou um marco da industrialização brasileira.

Como parte do acordo com os Estados Unidos, Vargas enviou a Força Expedicionária Brasileira (FEB) para o conflito na Europa. Os pracinhas brasileiros derrotaram soldados alemães em diversas batalhas no norte da Itália e contribuiu para a vitória final dos aliados.

Prestes a ser capturado pelas tropas aliadas em Berlim, Adolf Hitler se suicidou em abril de 1945.

Terminada a Segunda Guerra Mundial, não se ouviram mais louvores a Hitler nem ao nazismo. Nesse ponto, a Assembleia Nacional Constituinte

de 1946, pós-ditadura do Estado Novo, foi bastante diferente daquela de 12 anos antes. Em vez de elogiar, os parlamentares de 1946 se dedicaram a atacar o extinto regime alemão.

O deputado comunista Maurício Grabois (PCB-DF) afirmou que os parlamentares deveriam revogar o mais rapidamente possível a Constituição de 1937, imposta por Vargas:

— Foi outorgada num período em que Hitler estava conseguindo vitórias espetaculares na Europa. E argumentava-se naquele período sobre um suposto perigo comunista para o nosso povo. E a realidade está mostrando que não havia esse perigo. Como, então, podemos hoje manter essa Carta?

O deputado e escritor Jorge Amado (PCB-SP) concordou:

— Se tivéssemos de homenagear quantos concorreram para a feitura da Carta de 1937, teríamos, então, de exaltar a infame memória de Hitler e Mussolini, porquanto foram eles, mais a quinta coluna, os integralistas, os reacionários mais violentos e o próximo defunto, Oliveira Salazar [ditador de Portugal], os inspiradores desse código de castigos e limitações para o povo brasileiro.



REPRODUÇÃO/WIKIMÉDIA COMMONS

Plínio Salgado e integrantes da Ação Integralista Brasileira (AIB) no Rio de Janeiro, em 1935: fascismo à brasileira



Propaganda do
Estado Novo:
culto à figura
do ditador é
característica
dos fascismos

Na Assembleia Nacional Constituinte de 1946, os parlamentares explicaram por que Adolf Hitler, que fora importante na implantação do Estado Novo, também foi decisivo na queda da ditadura varguista. De acordo com eles, tendo o Brasil lutado na Europa ao lado das democracias para sepultar os fascismos, era contraditório que o país continuasse sendo uma ditadura.

O deputado José Claudino (PCB-RJ) resumiu:

— A batalha pela democratização do Brasil não podia ser desligada da batalha da democracia mundial, ameaçada pelo nazifascismo. Ao declarar guerra ao Eixo e enviar os soldados expedicionários, o governo do Brasil dava os mais largos passos no caminho da democracia, pois estava

tomando posição contra Hitler e Mussolini, que eram, em realidade, os artífices máximos da Carta de 1937 e do Estado Novo. Liquidar de uma vez para sempre o poderio militar do fascismo, no qual se apoiavam todos os fascismos, todas as ditaduras, toda a reação terrorista e obscurantista, eis o que era básico para a democracia brasileira.

As próprias Forças Armadas, que haviam participado da Segunda Guerra Mundial contra Adolf Hitler, encarregaram-se de derrubar o presidente Getúlio Vargas em 1945.

Poucas semanas depois, paradoxalmente, o ex-ditador se elegeu senador pelo PSD do Rio Grande do Sul. Documentos do Arquivo do Senado mostram que ele foi acusado pelos colegas senadores de ter sido, antes do alinhamento com os Estados Unidos, simpático à Alemanha de Hitler. Vargas negou a acusação dando um exemplo:

— No princípio de 1938, o Brasil, por minha determinação, deixava de considerar *persona grata* o embaixador de Hitler, Sr. Karl Ritter, que exigia do governo brasileiro o funcionamento das seções do partido nazista em nossa terra. Num gesto de violência a que estava acostumado, o governo do Reich enviou ao Brasil, de regresso do Congresso de Nuremberg, o mesmo embaixador. Fiz comunicar que não seria permitido o seu desembarque e, ao mesmo tempo, [decidi] retirar o embaixador do Brasil em Berlim. Foi o Brasil a primeira nação do mundo a enfrentar o poderio de Hitler.

O senador Getúlio Vargas também teve de explicar por que não se declarou inimigo dos nazistas logo no princípio da Segunda Guerra Mundial:

— Hitler costumava afastar da vida os chefes de Estado que não se afastavam do seu caminho. Para que minha missão pudesse ser cumprida, precisava viver e contemporizar. A linha de neutralidade rigorosa era a única defesa.

Um senador disse que a simpatia de Vargas pelos nazistas era tão grande que, na Presidência da República, ele chegou a proibir que o filme *O Grande Ditador*, sátira de Charlie Chaplin a Adolf Hitler, fosse exibido nos cinemas brasileiros. Vargas, nesse ponto, preferiu calar.

O historiador Fabio Koifman, da UFRRJ, entende que, mesmo passadas tantas décadas, é importante que hoje as pessoas conheçam a história da chegada de Hitler ao poder e sua posterior transformação em ditador:

— Políticos que não têm apreço pela democracia não devem ser apoiados nunca, seja em nome do combate ao comunismo, seja em nome do

combate à corrupção. Quando chegou ao poder, Hitler já havia publicado o livro *Minha Luta*, em que apresentou seu discurso de ódio contra os judeus e enumerou outras ideias que mais tarde colocaria em prática. Os alemães fizeram vista grossa para essas questões detestáveis e o apoiaram, considerando as promessas de reerguer a Alemanha e combater os comunistas.

Ele prossegue:

— Isso mostra que, quando a população concede poderes autoritários a alguém, ela não sabe aonde o ditador poderá chegar. A Alemanha chegou ao genocídio. Precisamos entender que até mesmo a pior democracia é sempre melhor do que qualquer ditadura.





Padre redigiu 1º projeto de lei do Brasil sobre o aborto em 1949



*Proposta
acabava com
o direito de a
mulher interromper
a gravidez decorrente
de estupro e a que
poderia levá-la à morte;
segundo autor do projeto,
o aborto desrespeitava a
moral católica dos brasileiros*



No Brasil, o primeiro projeto de lei relativo ao aborto foi apresentado ao Congresso Nacional em 1949. A proposta restringia o direito de as mulheres interromperem a gravidez. Pelo Código Penal, em vigor desde 1940, somente era permitido o aborto nos casos de gravidez por estupro e de risco de vida para a gestante. O projeto em questão retirava essas duas possibilidades, estabelecendo a proibição total do aborto no país.

A proposta foi redigida por um deputado federal, o monsenhor Arruda Câmara (PDC-PE). Na visão dele, os dois tipos de aborto legal desrespeitavam “a moral católica do povo brasileiro” e abriam a porta para “todos os outros atentados à vida do nascituro”.

Os deputados, no entanto, nem chegaram a discutir o tema. O projeto do padre foi engavetado sem passar por nenhuma comissão da Câmara.

Quem identificou o projeto de lei pioneiro foi Maria Isabel Baltar da Rocha Rodrigues, feminista, socióloga e professora da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) falecida em 2008.

De acordo com a pesquisa dela, foram 18 as propostas relativas ao aborto apresentadas à Câmara e ao Senado entre 1946 e 1983 — a maioria contrária à interrupção da gravidez.

Apenas em 1971, no auge da ditadura militar, o Senado tratou do tema pela primeira vez. A discussão foi deflagrada pelo senador governista Vasconcelos Torres (Arena-RJ), que escreveu um projeto de lei prevendo a ampliação dos casos de aborto legal.

O projeto estabelecia a legalização do aborto para três novas situações, além das duas já previstas no Código Penal: gestação resultante de incesto (sexo entre irmãos ou entre pais e filhos), risco de o bebê nascer com deficiência física ou mental e grave ameaça à saúde da mãe.

— Tais medidas contribuirão para reduzir as tristes estatísticas de mortes provocadas pela ação ineficiente, incapaz e mesmo criminosa de grande número de parteiras curiosas — argumentou o senador, referindo-se aos abortos clandestinos, executados por pessoas sem capacitação.

O documento original desse projeto, redigido em máquina de escrever, está hoje guardado no Arquivo do Senado, em Brasília.

— A sociedade vive um processo dinâmico — continuou Vasconcelos Torres. — Há sempre que reformular o que arcaico vai ficando.

O senador afirmou que a ideia central do projeto partiu de médicos

ginecologistas e obstetras. Ele fez questão de frisar que não se tratava da legalização total do aborto — devaneio, segundo ele, de indivíduos “exagerados”.

Os debates duraram exatamente um mês. Apresentado em 27 de outubro de 1971, o projeto de Vasconcelos Torres passou por duas comissões do Senado. Na Comissão de Constituição e Justiça, o relator foi José Sarney (Arena-MA). Na Comissão de Saúde, Adalberto Sena (MDB-AC). Ambas o rejeitaram. Foi engavetado em 26 de novembro, sem chegar ao Plenário.

O argumento foi o de que, como a ditadura havia criado em 1969, com o Congresso Nacional fechado por força do Ato Institucional nº 5 (AI-5), um Código Penal que ainda receberia contribuições do Senado e da Câmara, o mais sensato seria fazer mudanças no aborto legal durante esse processo.

A Código Penal da ditadura, contudo, jamais entrou em vigor. A lei criminal de 1940, com alterações, vale até hoje.

A psicanalista Margareth Arilha, que é doutora em saúde pública e pesquisadora do Núcleo de Estudos de População da Unicamp, explica que até meados dos anos 1970 o debate público sobre o aborto foi monopolizado pelos homens.

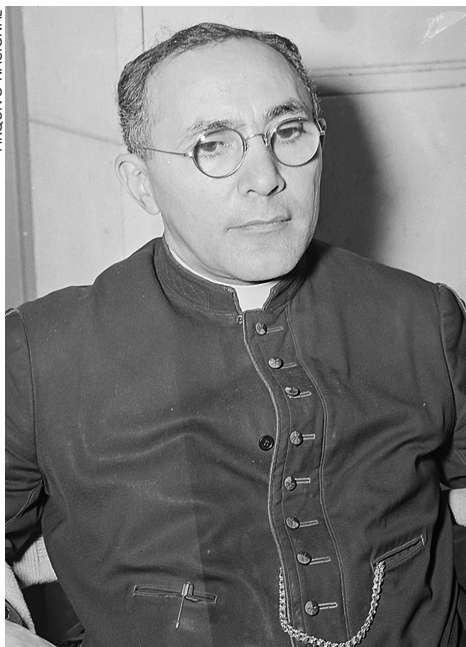
— Não se permitia a participação da mulher. Ela era mantida numa

condição de submissão e como um ser não portador de direitos e, sobretudo, de desejos. O patriarcado era ainda mais forte e hegemônico do que é hoje.

Segundo Arilha, o interesse masculino estava acima do feminino até mesmo naquele projeto de lei do senador Vasconcelos Torres:

— Ao permitir o aborto da mulher que engravidou após uma relação incestuosa, quem está sendo protegido é, na verdade, o homem que estuprou a irmã ou a própria filha. É interesse dele que o bebê não nasça. Essa é a mesma lógica que o

ARQUIVO NACIONAL



O padre e deputado Arruda Câmara, autor do projeto de lei

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 96, de 1971

Dá nova redação ao artigo 128 do Código Penal, incluindo entre os casos de abortos não criminosos os praticados por médico quando a gravidez resultar de incesto, constituir grave ameaça à saúde da gestante ou envolver risco do filho nascer, física e mentalmente, lesado.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º- O artigo 128 do Código Penal (Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940) passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 128- Não constitui crime o aborto praticado por médico:

I- quando é o único recurso para evitar a morte da gestante;

II- se a gravidez resultou de estupro, seja real ou presumida a violência, ou de incesto;

III- se a gravidez constituir grave ameaça à saúde da gestante;

IV- se a gravidez envolver elevado risco de o conceito nascer, física ou mentalmente, lesado.

Parágrafo Único- No caso dos nºs. I, III e IV, deve preceder, sempre que possível, a confirmação ou concordância de outro médico, e, nos casos do nº II, deve anteceder o consentimento da vítima, ou quando esta é incapaz, de seu representante legal ou de autorização judicial, desde que comprovada a existência de crime."

SENADO FEDERAL
Protocolo-Geral
P.L.S. 96/71
Fls. 1

Projeto de lei do senador
Vasconcelos Torres de 1971 amplia
possibilidades de aborto legal

projeto segue ao também liberar o aborto quando o bebê pode nascer com deficiência mental ou física. Afinal, os filhos gerados em relações consanguíneas têm chances mais altas de nascer com alterações genéticas.

Em 1974, o general Ernesto Geisel chegou ao Palácio do Planalto como o quarto presidente da ditadura militar e prometeu que começaria a transição de volta para a democracia de maneira “lenta, gradativa e segura”. Os movimentos sociais — os feministas entre eles — então puderam se organizar para lutar pelas demandas até aquele momento reprimidas pelos militares.

A pressão de organizações de mulheres fez o divórcio, as estratégias de planejamento familiar e o aborto entrarem com força na pauta pública.

Foi nessa conjuntura efervescente que o Senado e a Câmara dos Deputados aprovaram em 1977 a Lei do Divórcio e em 1979 a liberação da propaganda de métodos contraceptivos. A partir desta segunda lei, o governo brasileiro enfim deu início às políticas públicas de planejamento familiar.

O aborto, no entanto, não teve o mesmo respaldo. Do Senado, saíram vários discursos de repúdio à ampliação dos casos de aborto legal.

Em 1977, o senador Benedito Ferreira (Arena-GO) lamentou:

— Na pátria do catolicismo, querem legalizar o aborto. Não há crime mais hediondo e covarde do que o perpetrado contra uma criança. É muito triste que a criança, ainda no ventre de sua mãe, tenha cerceada a oportunidade que lhe é dada por Deus de vir ao mundo.

Em 1982, depois de apresentar um projeto de lei que buscava facilitar a adoção de crianças abandonadas, a senadora Laélia de Alcântara (PMDB-AC) leu um manifesto enviado pelo Movimento em Defesa da Vida apoiando sua proposta e, ao mesmo tempo, condenando o aborto:

— Pelo seu alto alcance social, cristão e humanitário, desejo dar ciência do manifesto ao Senado e ao país: “Temos como pedra de canto do nosso movimento a defesa da vida a partir do ventre materno, pois uma criança em estágio embrionário que possa vir a ter a sua vida interrompida pelo aborto é, sem sombra de dúvida, uma criança abandonada. A sede da vida, que é o ventre materno, não pode ser impunemente violada”.

No ano seguinte, o senador José Ignácio (PMDB-ES) assecurou:

— Estaremos aqui para fazer a objeção permanente a que medidas desse tipo [novas hipóteses para o aborto legal] venham a ser aprovadas e a que formas de planejamento familiar que não se enquadrem nos princípios



Antonio Scorza

Margarida não tem o que dar de comer aos dois filhos e tenta, agora, evitar um terceiro, fruto da violência de um estupro

Mulher luta por um aborto legal

Não quer o filho de um bandido

Você daria à luz um filho gerado num estupro? Quem pergunta é Margarida de Oliveira Neto – uma empregada doméstica de 30 anos – que luta na Justiça pelo direito de abortar um filho gerado ao ser violentada por um desconhecido em sua própria casa, na presença de seus dois filhos pequenos. Tudo aconteceu dia 8 de fevereiro, em Tomazinho, São João de Meriti. Desesperada, ela pede compreensão:

– Queria que as pessoas entendessem. É humilhação demais para uma mulher ser usada de tal maneira por um marginal. Que afeto posso ter por este filho?

Envergonhada e com medo de represálias – “também não tinha os Cr\$ 400 para registrar queixa, pois os ladrões levaram tudo” – Margarida só denunciou o estupro à Polícia na semana passada, para conseguir um “aborto legal”. Seu desespero aumenta a cada dia: a gestação alcança o terceiro mês e ela teme que a burocracia judicial adie uma decisão já urgente:

– Só quero que a Justiça resolva tudo logo para eu ficar livre e trabalhar.

Margarida passou o dia de ontem na cama, sofrendo cólicas. Quem apareceu para ajudar foi uma comadre do marido e também os vizinhos da vila para onde mudou-se depois do estupro. Uma conhecida procurou seu marido – “que não via desde nossa separação, há três anos” – e ele conseguiu um quarto emprestado para abrigar a família. Em fevereiro, Margarida – uma negra de traços fortes e bonitos, 10 anos a mais na certidão para poder se casar antes dos 15 – foi duplamente saqueada:

– Além da dignidade, os ladrões levaram tudo que tinha em casa.

Televisão, mesa e cadeiras, liquidificador, vitrola, ventilador, botijões de gás, roupas e mais de Cr\$ 42 mil em cosméticos para vender. Restaram a geladeira e o colchão, que terminaram vendidos para pagar esta dívida. Margarida perdeu tudo que juntou com sacrifício.

básicos de moralidade, sustentados e tutelados pela nossa formação cristã, venham a ser implantadas no país.

Em 1980, o Senado recebeu manifestos de duas assembleias legislativas (a do Pará e a de Minas Gerais) e de 37 câmaras municipais (entre elas, a do Recife) pressionando os senadores a não aprovar nenhum projeto de liberação do aborto.

Um dos projetos mais ruidosos foi o redigido pelo deputado João Menezes (MDB-PA) em 1975. O texto legalizava o aborto nas primeiras 12 semanas de gravidez. Menezes desabafou:

— Eu, que pertenço a um estado pobre, subdesenvolvido, como é o Pará, tenho sofrido de todas as maneiras a represália em torno do assunto. Venho repartindo com o senador Nelson Carneiro [autor do projeto da Lei do Divórcio] a excomunhão por aí afora.

O ousado projeto do deputado não foi aprovado.

Houve um momento em que o Senado e a Câmara discutiram juntos o aborto. Isso ocorreu em 1977, nos trabalhos da CPI da Mulher, uma comissão parlamentar de

Jornal Última Hora mostra em 1983 dificuldade para mulher se submeter a aborto legal

inquérito das duas Casas destinada a investigar a discriminação das mulheres brasileiras e propor medidas contra a desigualdade entre os gêneros.

A CPI mista, criada a pedido de Nelson Carneiro (MDB-Guanabara), ouviu mulheres sobre diversos assuntos. Uma delas foi a socióloga Maria Alice da Silva, que defendeu a ampliação do aborto:

— Eu exigiria que, no Código Penal, se confiasse aos médicos, que fazem um sério juramento em nome de Hipócrates, a concessão de um atestado àquela mulher de que ela não tem condição psicológica para aquela gestação e o filho lhe pudesse ser retirado. Mas tudo isso deve ser feito com muita técnica, sem malícia, sem objetivo de exploração da mulher, sem objetivo apenas de enfoque eleitoral, mas com o objetivo único de preservar a condição maior da mulher de ser dona e detentora do seu ventre.

A psicanalista e feminista Carmem da Silva, participante da CPI, criticou a sociedade brasileira por “reservar-se o arbítrio sobre o ventre feminino e seus frutos” e, desse modo, “comprometer a saúde e até a vida da mãe e do filho”. Ela afirmou:

— Calcula-se que 2 milhões de abortos são realizados anualmente no Brasil. Como é possível fazer o levantamento de uma atividade clandestina? Talvez ela não o seja tanto. A penalização do aborto seria mera hipocrisia, acobertando uma indústria rendosíssima que, por ser clandestina, funciona em condições às vezes desumanas.

Prosseguiu a psicanalista:

— Quanto às mulheres pobres, recorrem a métodos caseiros ou submetem-se a perigosas manobras em mãos leigas. O INPS [Instituto Nacional de Previdência Social] calcula em 500 mil o número de atendimentos de sequelas de abortos malfeitos, que resultam em hemorragias e infecções. Sei de pacientes humildes que foram sadicamente curetadas a sangue frio, “para aprender”.

Ela concluiu:

— Quando as feministas reivindicam o aborto livre, não é porque o considerem, em si, desejável. Sabem-no inevitável e querem defender a saúde das mulheres. O aborto é sempre um fracasso, talvez o mais traumático, e qualquer mulher o sente como tal. Sua penalização não o evita. Serve, isto sim, para culpabilizar a mulher. A concepção é feita a dois, mas a contracepção, quase sem exceção, corre sob exclusiva responsabilidade feminina. E os riscos também.

REQUERIMENTO

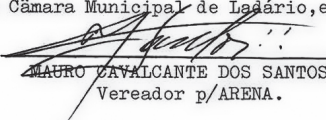
Exm^o. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Ladário

PL 177/75

O Vereador abaixo assinado, requer a V.Ex^{as}., ouvido o plenário, seja remetido expediente à Câmara de Deputados Federais, solicitando dos Srs. Parlamentares, através da Mesa e de suas lideranças, no sentido de expedirem VOTO CONTRÁRIO, visando à rejeição do Projeto de Lei de autoria do Deputado JOÃO MENEZES, e que oficializa a prática do aborto.

Outrossim, se aprovada a presente matéria, propõe no sentido de serem distribuídas cópias entre as Câmaras Municipais do nosso Estado, a fim de que elas reforcem o nosso pedido junto àquela Casa de Leis.

Sala das Sessões de Câmara Municipal de Ladário, em 27 de setembro de 1978.-


MAURO CAVALCANTE DOS SANTOS
Vereador p/ARENA.

JUSTIFICATIVA

Sr. Presidente,
Srs. Vereadores.

Há pouco dias ouvimos pela Televisão, a existência na Câmara dos Deputados, de um Projeto de Lei, de autoria do Deputado João Menezes, que oficializa e regulamenta a prática do aborto.

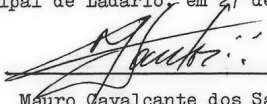
Ao ouvirmos esta nota, fato que ignorávamos por completo, ficamos perplexos, estarrecidos, por vermos a intenção perniciososa e materialista com que está sendo encarada, por parte de alguns parlamentares, a família brasileira.

Há pouco tempo, tivemos aprovada a Lei do Divórcio; agora se delineia a Lei do Aborto, na pura imitação de costumes exóticos de outros povos, ferindo e ofendendo a nossa tradição e a nossa moral de povo cristão. Como as coisas vão, amanhã teremos o consentimento legal do homossexualismo, conforme ocorreu na Inglaterra, e assim por diante.

A prática do aborto, Sr. Presidente, é um crime, é o infanticídio intra-uterino, fere frontalmente os nossos costumes de povo humaníssimo e cristão, espiritualista, crente na moral da vida fora da matéria.

E' o que temos a justificar sobre o nosso requerimento.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Ladário, em 27 de setembro de 1978.-


Mauro Cavalcante dos Santos
Vereador p/Arena.

Ofício de 1978 em que vereador de Ladário (então MT, hoje MS) pede à Câmara que não aprove projeto do deputado João Menezes que amplia os casos de aborto legal

Aos senadores e deputados da CPI da Mulher, a jornalista Regina Coelho disse que a existência de clínicas clandestinas de aborto no Brasil poderia ser facilmente comprovada por qualquer pessoa:

— Você pode telefonar para clínicas na zona sul e na zona norte do Rio de Janeiro. Fiz essa experiência porque não acreditei que fosse assim. A recepcionista atende e pergunta: “Pois não? Quantos meses? A senhora sabe quanto é? Não traga cheque. Em dinheiro. Venha às 6h. Não coma antes”. Existe, é real. Se isso fosse regulamentado, deixaria de ser crime e funcionaria de uma maneira mais eficiente. Diminuiria até o complexo de culpa.

Ela se queixou do baixo nível das discussões no país em torno do feminismo e citou o caso da célebre feminista norte-americana Betty Friedan, que pouco antes estivera no Brasil:

— Ela chamou a atenção do povo brasileiro para o fato de que as mulheres estavam morrendo nos morros, nas favelas, por terem feito aborto. Foi um choque para todo mundo, e infelizmente Betty Friedan foi mostrada pela imprensa como aquela mulher feia e velha, aquela feminista que tem raiva dos homens. Nada disso! Ela nos prestou um serviço imenso.

A CPI da Mulher foi presidida pelo senador Gilvan Rocha (MDB-SE), que era médico e contou sua própria experiência profissional:

— Nossa legislação é hipócrita porque o Código Penal prevê penas tanto para a mulher que se submete ao aborto como para o médico, mas nenhuma para o agente indutor. Dou meu depoimento pessoal: na minha clínica privada, tenho observado que as mulheres que se submetem a um aborto são induzidas pelo marido. São levadas a esse moderno patíbulo induzidas por uma força maior, com ameaças de abandono, de sanções econômicas etc.

A advogada e feminista Romy Medeiros da Fonseca avaliou que, às portas do século 21, os parlamentares brasileiros legislavam como se ainda estivessem no começo do século 20, época em que se dizia que a vocação da mulher era ser mãe e dona de casa.

Criticando o mundo político do Brasil, ela prosseguiu:

— Só agora a mulher começa a compreender que os direitos políticos que lhe foram outorgados desde 1932 [quando as mulheres obtiveram o direito ao voto no país] serviram-lhe apenas para eleger os homens, [mesmo] sendo elas representantes de metade do eleitorado brasileiro. Nas últimas eleições, em 1974, apenas uma mulher foi eleita para a Câmara dos Deputados.

A LEI IGNORA A REALIDADE

Maria Carneiro da Cunha

Apesar de suas ambigüidades, pelo princípio inalienável, intransmissível, irrevogável, a lei brasileira de 1963, que proíbe o aborto, não é apenas uma lei que ignora a realidade, mas também a realidade que ignora a lei.

Alguns dados estatísticos mostram que, em 1963, mais de 100 mil abortos foram realizados no Brasil. Isso significa que, em média, mais de 100 mil mulheres abortaram por ano.

Esses dados mostram que a lei brasileira de 1963, que proíbe o aborto, não é apenas uma lei que ignora a realidade, mas também a realidade que ignora a lei.

Alguns dados estatísticos mostram que, em 1963, mais de 100 mil abortos foram realizados no Brasil. Isso significa que, em média, mais de 100 mil mulheres abortaram por ano.

Esses dados mostram que a lei brasileira de 1963, que proíbe o aborto, não é apenas uma lei que ignora a realidade, mas também a realidade que ignora a lei.

Alguns dados estatísticos mostram que, em 1963, mais de 100 mil abortos foram realizados no Brasil. Isso significa que, em média, mais de 100 mil mulheres abortaram por ano.

Esses dados mostram que a lei brasileira de 1963, que proíbe o aborto, não é apenas uma lei que ignora a realidade, mas também a realidade que ignora a lei.

Alguns dados estatísticos mostram que, em 1963, mais de 100 mil abortos foram realizados no Brasil. Isso significa que, em média, mais de 100 mil mulheres abortaram por ano.

Esses dados mostram que a lei brasileira de 1963, que proíbe o aborto, não é apenas uma lei que ignora a realidade, mas também a realidade que ignora a lei.

Alguns dados estatísticos mostram que, em 1963, mais de 100 mil abortos foram realizados no Brasil. Isso significa que, em média, mais de 100 mil mulheres abortaram por ano.

Esses dados mostram que a lei brasileira de 1963, que proíbe o aborto, não é apenas uma lei que ignora a realidade, mas também a realidade que ignora a lei.

Alguns dados estatísticos mostram que, em 1963, mais de 100 mil abortos foram realizados no Brasil. Isso significa que, em média, mais de 100 mil mulheres abortaram por ano.

Esses dados mostram que a lei brasileira de 1963, que proíbe o aborto, não é apenas uma lei que ignora a realidade, mas também a realidade que ignora a lei.

Alguns dados estatísticos mostram que, em 1963, mais de 100 mil abortos foram realizados no Brasil. Isso significa que, em média, mais de 100 mil mulheres abortaram por ano.

Alguns dados estatísticos mostram que, em 1963, mais de 100 mil abortos foram realizados no Brasil. Isso significa que, em média, mais de 100 mil mulheres abortaram por ano.

Esses dados mostram que a lei brasileira de 1963, que proíbe o aborto, não é apenas uma lei que ignora a realidade, mas também a realidade que ignora a lei.

Alguns dados estatísticos mostram que, em 1963, mais de 100 mil abortos foram realizados no Brasil. Isso significa que, em média, mais de 100 mil mulheres abortaram por ano.

Esses dados mostram que a lei brasileira de 1963, que proíbe o aborto, não é apenas uma lei que ignora a realidade, mas também a realidade que ignora a lei.

Alguns dados estatísticos mostram que, em 1963, mais de 100 mil abortos foram realizados no Brasil. Isso significa que, em média, mais de 100 mil mulheres abortaram por ano.

Esses dados mostram que a lei brasileira de 1963, que proíbe o aborto, não é apenas uma lei que ignora a realidade, mas também a realidade que ignora a lei.

Alguns dados estatísticos mostram que, em 1963, mais de 100 mil abortos foram realizados no Brasil. Isso significa que, em média, mais de 100 mil mulheres abortaram por ano.

Alguns dados estatísticos mostram que, em 1963, mais de 100 mil abortos foram realizados no Brasil. Isso significa que, em média, mais de 100 mil mulheres abortaram por ano.

Esses dados mostram que a lei brasileira de 1963, que proíbe o aborto, não é apenas uma lei que ignora a realidade, mas também a realidade que ignora a lei.

Alguns dados estatísticos mostram que, em 1963, mais de 100 mil abortos foram realizados no Brasil. Isso significa que, em média, mais de 100 mil mulheres abortaram por ano.

Esses dados mostram que a lei brasileira de 1963, que proíbe o aborto, não é apenas uma lei que ignora a realidade, mas também a realidade que ignora a lei.

Alguns dados estatísticos mostram que, em 1963, mais de 100 mil abortos foram realizados no Brasil. Isso significa que, em média, mais de 100 mil mulheres abortaram por ano.

Esses dados mostram que a lei brasileira de 1963, que proíbe o aborto, não é apenas uma lei que ignora a realidade, mas também a realidade que ignora a lei.

Alguns dados estatísticos mostram que, em 1963, mais de 100 mil abortos foram realizados no Brasil. Isso significa que, em média, mais de 100 mil mulheres abortaram por ano.

Reportagem de 1981 do jornal feminista *Mulherio* defende a ampliação do aborto legal

Afastadas do Poder Legislativo, deixam de atuar na elaboração das leis de melhoria da sua condição. Os partidos são dirigidos por homens e não estão interessados em assegurar a participação feminina nos seus diretórios.

A relatora da CPI foi a deputada Lygia Lessa Bastos (Arena-RJ), que expôs sua opinião a respeito do aborto:

— Não se pode conceder à mulher o arbítrio do aborto. Assim pensam todos quantos, como esta relatora, acreditam na existência da alma, têm fé nos desígnios de Deus e confiam nos valores éticos que presidem uma vida consciente. A esta relatora, por suas convicções religiosas, repugna a legalização do aborto como tese.

Ela, entretanto, esclareceu que sabia separar as suas convicções íntimas do seu trabalho político:

— Tem que se pensar [o aborto] de modo não preconceituoso em face de uma motivação como a eugenésica, que se agregou rapidamente à legislação sueca, em 1963, para se interromperem os efeitos sabidos da talidomida [remédio] sobre o feto; ou em casos como o do engravidamento de uma criança ou de uma débil mental. Enfim, como representantes do povo brasileiro, devemos acompanhar com atenção as experiências que, nas principais nações, estão em curso para encontrar a melhor solução da lei em face do aborto.

O relatório final da CPI da Mulher, apresentado em 1977, recomendou ao Senado e à Câmara que aprovassem projetos de lei de “amenização do crime de aborto”.

A recomendação não foi acatada. O Código Penal de 1940 até hoje permite o aborto exclusivamente nos casos de estupro e de risco à vida da grávida. Em 2012, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que também é legal interromper a gestação quando o feto tem anencefalia (ausência parcial do encéfalo e do crânio).

A socióloga Jacqueline Pitanguy, coautora do livro *Feminismo no Brasil* (Editora Bazar do Tempo), lembra que uma bancada feminina minimamente consistente enfim surgiu no Poder Legislativo em 1987, na Assembleia Nacional Constituinte, e que isso trouxe efeitos positivos:

— A presença dessas mulheres no Parlamento, chamadas pejorativamente de “bancada do batom”, foi fundamental para que não houvesse retrocessos no aborto legal. Grupos católicos e evangélicos, diante do avanço do feminismo, agiram tentando introduzir na Constituição a proibição do aborto. Não conseguiram. Isso foi uma vitória, pois permite que o aborto

ARQUIVO NACIONAL

Luta pelo aborto



Um grupo de feministas esteve ontem na 4ª Vara Criminal pedindo ao juiz Alberto Motta Moraes a liberdade do médico Carlos Roberto Cardoso da Silva, preso pela prática de aborto

O juiz Motta Moraes criticou a atitude das feministas numa clínica em Jacarepaguá. O juiz explicou que não relaxaria a prisão porque “o aborto é um ato criminoso contra o direito de quem vai nascer”. Página 9

Reportagem do jornal *Última Hora* de 1980 sobre grupo feminista que pediu a juiz que libertasse médico preso por fazer operação de aborto no Rio de Janeiro



Protesto em São Paulo em 2024 contra projeto de lei que restringe possibilidades de aborto legal

seja regulado por leis ordinárias e decisões judiciais.

Foi em 1989, logo depois da promulgação da Constituição, que se criou o primeiro serviço brasileiro dedicado ao aborto legal, no Hospital Jabaquara, em São Paulo. O serviço foi implantado pela prefeita Luiza Erundina. Outros serviços abriram depois em diferentes cidades do país. Até então, na prática, as hipóteses de aborto permitidas pelo Código Penal não passavam de “lei para inglês ver”.

Pitanguy, que foi presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e hoje é coordenadora da ONG Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação (Cepia), entende que, apesar da conquista, a situação das mulheres brasileiras em relação ao aborto não é confortável:

— Os serviços de aborto legal existentes não são suficientes diante do tamanho do território e da população do Brasil. Muitos médicos se recusam a realizar o aborto permitido pela lei. Além disso, frequentemente surgem projetos de lei que buscam promover retrocessos no campo do aborto legal e restringir o direito de decisão das mulheres sobre o próprio corpo.

De acordo com ela, há grupos conservadores que, se pudessem, baixariam uma lei igual à prevista em 1949 no projeto do deputado e padre Arruda Câmara, proibindo completamente a interrupção da gravidez no Brasil.





Brasil demorou a criar Banco Central por resistência de bancos e governos

Primeiros projetos de criação de uma instituição do tipo no país remontam à década de 1910, mas ela só foi criada em 1964; bancos fizeram lobby contra a fundação de um órgão regulador desse mercado





Em 1964, logo após o golpe militar, o Congresso Nacional foi palco de discursos catastrofistas sobre o futuro do Banco do Brasil. Documentos históricos do Arquivo do Senado, em Brasília, mostram que alguns parlamentares entenderam que um projeto de lei que era patrocinado pelo governo e estava na pauta de votação desidrataria ou até mesmo destruiria o maior banco do país.

O deputado Fernando Gama (PTB-PR), ex-funcionário do Banco do Brasil, alertou:

— O que pretende [o projeto]? Pretende transferir para um órgão criado pela lei todas as atribuições que o Banco do Brasil vem tendo há quase um século e meio. O banco terá que ceder [ao novo órgão] seus funcionários, que conhecem efetivamente os problemas interioranos deste país, [comprometendo] o atendimento financeiro que vem dando por intermédio de suas 520 agências.

O deputado Henrique Turner (PDC-SP), que também havia trabalhado no banco, concordou:

ARQUIVO/BANCO CENTRAL



Construção do edifício-sede do Banco Central, em Brasília, que ficou pronto em 1981

— A mensagem ou o substitutivo que o governo acaba de enviar a esta Casa retira do Banco do Brasil a competência da execução da política monetária. Isso é uma espada sobre a cabeça do funcionalismo daquele estabelecimento e sobre a sobrevivência da própria instituição. Nesse sentido são as inúmeras manifestações que tenho recebido de várias agências do Banco do Brasil em São Paulo.

O projeto de lei em questão determinava a criação do Banco Central. Para que a nova instituição surgisse, o governo teria que retirar do Banco do Brasil algumas de suas atribuições.

Apesar do futuro sombrio descrito nos discursos, o projeto foi aprovado pelo Senado e pela Câmara dos Deputados a toque de caixa e a lei de criação do Banco Central (Lei 4.595) foi assinada pelo presidente da República, o general Humberto Castello Branco, em 31 de dezembro de 1964.

Trata-se de uma instituição essencial, pois protege a saúde econômica do país. O Banco Central controla a quantidade de moeda em circulação e o crédito geral disponível no mercado, conforme cada conjuntura, de modo a manter a inflação estável e previsível, impedir ataques especulativos, evitar depressões econômicas e estimular o crescimento sustentado.

Com esses mesmos objetivos, o órgão busca cumprir a meta de inflação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional, utilizando a taxa básica de juros como seu principal instrumento. Essa, no entanto, é uma incumbência mais recente, adotada em 1999.

Além do poder aquisitivo interno da moeda brasileira, o Banco Central defende o seu valor internacional. É ele que tem a guarda das reservas do Brasil em moeda estrangeira.

Outra missão é regular e fiscalizar os bancos comerciais, de modo a garantir a solidez do sistema bancário e a segurança dos clientes.

— O Banco Central, acima de tudo, não é banco. Tem apenas essa designação, mas nenhuma das operações bancárias o Banco Central pratica em essência — resumiu na época o deputado Raymundo Padilha (UDN-RJ).

Embora tenha décadas de existência, o Banco Central é uma instituição relativamente nova. O Brasil foi um dos últimos países do mundo a organizar esse tipo de instituição.

Nos debates de 1964, quando ainda era aliado da ditadura militar, o deputado federal Ulysses Guimarães (PSD-SP) apoiou o projeto do

governo e afirmou:

— Mesmo nações que recentemente adquiriram sua independência já trataram de criar seus bancos centrais, como Gana, Malásia, Tunísia, Sudão, Nigéria, Marrocos e Guiné. Em 1938, somente Brasil, Venezuela e Irlanda não possuíam banco central. Hodiernamente [atualmente], restou o Brasil, de vez que os outros dois já colocaram a serviço do crédito e da moeda o imprescindível mecanismo regulador.

O governo brasileiro sabia da importância dos bancos centrais pelo menos desde 1917, quando o então presidente do Banco do Brasil defendeu publicamente que o país passasse a contar com um banco estatal de emissão de moeda — poderia cumprir esse papel uma nova instituição ou o próprio Banco do Brasil.

Logo depois, em 1920, a Conferência Internacional de Finanças de Bruxelas recomendou aos países que criassem bancos centrais para acelerar

REPRODUÇÃO

BANCO DO BRASIL

SOCIEDADE ANONYMA

Sede: RUA 1.ª DE MARÇO, 66 -- Rio de Janeiro

Capital realizado	100.000:000:000	Patrimônio em ouro depositado na Caixa de Amortização e no Exterior, a 8d . . .	352.736:666:510
Fundo de reserva em 30-6-29 . . .	164.138:927:228		



Opera simultaneamente em 74 praças do paiz, possui mais de 2.000 correspondentes em todo o territorio nacional e saca sobre as principais praças do estrangeiro.—Devido á sua extensa rede de filiaes é o Banco que melhores condições offerece ao commercio para os serviços de cobranças e transferencias de fundos. — Desconto de duplicatas, promissórias, etc. — Caução de títulos e aberturas de contas devedoras sob garantias diversas. — Serviço de guarda de títulos, documentos, recebimentos de juros, de dividendos, etc. — Carteira de cambio reguladora do mercado. — Abre todas as classes de contas correntes, emite letras a premio, etc. — Total dos depositos em conta corrente em 30/6/29 Rs. 1.603.582:145\$823

Endereço telegraphico para Matriz e Agencias: "SATELLITE"
(Comunicações pneumaticas) directas com a Repartição Geral dos Telegraphos, Western Telegraph Co. e All America Cables

Anúncio antigo do Banco do Brasil: instituição teve atribuições de banco central

A CREAÇÃO DO BANCO CENTRAL

A exposição do ministro Souza Costa perante a Comissão de Finanças da Câmara—O ante-projecto enviado á Câmara dos Deputados

"A circumstancia de um paiz não possuir, integralmente, em ouro metal, uma determinada porcentagem sobre a circulação monetaria, não pôde e não lhe deve constituir entrave para a criação de um aparelho que, disciplinando o seu meio circulante e controlando o credito, ponha a economia nacional ao abrigo dos inconvenientes da desordem nesses sectores" — palavras do ministro da Fazenda.

Correio da Manhã noticia anteprojeto de criação do Banco Central redigido pelo governo Getúlio Vargas em 1937; proposta não vingou

a recuperação econômica do mundo pós-Primeira Guerra Mundial.

De 1918 em diante, diferentes projetos de criação do Banco Central foram discutidos no Congresso. Nenhum prosperou até 1964.

O atraso de quase 50 anos pode ser atribuído justamente à resistência do Banco do Brasil, que em 1920 deixou de ser um mero banco comercial (ainda que estatal) e passou a gradativamente acumular diferentes funções de banco central.

O economista Marcelo Lourenço Filho, autor de uma dissertação de mestrado na Universidade de São Paulo (USP) que trata da história do pensamento econômico brasileiro sobre o Banco Central, afirma:

— O Banco do Brasil conseguiu assumir aos poucos o protagonismo dentro da economia brasileira. O surgimento do Banco Central tiraria muito do seu prestígio e o transformaria numa peça menor da engrenagem econômica do país. Isso era algo que o Banco do Brasil não queria.

O lobby do Banco do Brasil foi forte nos debates parlamentares de 1964. Uma das ideias levantadas foi a de que o banco fosse hipertrofiado e assumisse todas as funções que caberiam à nova instituição, eliminando a necessidade de criação do Banco Central.

O deputado Franco Montoro (PDC-SP) manifestou a posição oficial do Partido Democrata Cristão, favorável a essa ideia:

— Existem pelo mundo numerosos bancos centrais que, além das atividades monetárias que lhes são próprias, praticam operações bancárias

PROJETO DE LEI DO SENADO

N.º 21, de 1954

(Do Sr. Senador Alberto Pasqualine)

Institui o sistema federal de Bancos de Estado e dá outras providências.

CAPÍTULO I

DO BANCO CENTRAL

Art. 1.º Fica criado o Banco Central do Brasil, entidade autárquica, que terá as finalidades e a organização previstas na presente lei.

Art. 2.º O Banco Central do Brasil terá sua sede central na Capital da República, podendo ter sedes regionais nas capitais dos Estados e Territórios e agências e sucursais, onde se fizerem necessárias, dentro ou fora do País.

SEÇÃO I

Dos objetivos

aquisição da terra, de meios de produção e de trabalho e para satisfação de suas necessidades fundamentais;

d) manter estável o poder aquisitivo da moeda, prevenindo ou corrigindo os surtos inflacionários de origem interna ou externa, as depressões econômicas e, de um modo geral, os desequilíbrios resultantes das flutuações conjunturais;

e) assegurar estabilidade do valor externo da moeda;

f) ajustar os meios de pagamento às necessidades reais da economia nacional.

Art. 4.º O Banco Central do Brasil realizará suas finalidades, operando diretamente, ou através de bancos filiados e orientando, de modo geral, a política da moeda e do crédito e a atividade bancária no país.

Projeto de criação do Banco Central apresentado no Senado em 1954: outra proposta que não prosperou

comuns sem que se tenha notícia de perturbações no seu funcionamento. É que eles, como acontece com o Banco Central da Austrália, separam as duas atividades em dois departamentos distintos. Não nos custará fazer o mesmo, criando no Banco do Brasil, como se tem sugerido, uma diretoria monetária e uma diretoria bancária.

Outra ideia ventilada para proteger o prestígio do Banco do Brasil foi simplesmente retirar-lhe todo o caráter comercial e metamorfoseá-lo em banco central. O senador Mem de Sá (PL-RS) avaliou que essa seria uma péssima solução:

— A alternativa de liquidar as operações de banco comercial, rural e industrial do Banco do Brasil para transformá-lo em banco central seria inconveniente aos interesses nacionais, visto que privaria o governo de um organismo aparelhado para exercer importante ação direta de suplementação da rede bancária privada, na distribuição seletiva de crédito às atividades econômicas.

Os parlamentares favoráveis à criação do Banco Central, por sua vez, garantiram que, quando a nova instituição fosse fundada, não haveria o

menor risco de o Banco do Brasil perder prestígio, definir e muito menos fechar.

O deputado Pedro Aleixo (UDN-MG) disse:

— Quanto aos que temem o esvaziamento do Banco do Brasil, não é possível deixar de reconhecer a legitimidade do seu temor. Nada deve ser feito que ponha em risco sua estrutura financeira e sua capacidade de continuar prestando serviços à comunidade. Entre esses serviços, uma grande parte jamais poderia ser transferida para outras instituições públicas ou privadas. Nada disso, porém, justificaria que, por excesso de cuidado ou insuficiência de imaginação, mantivéssemos um estado de coisas que comprovadamente tem sido responsável por parte do desequilíbrio financeiro aqui e alhures.

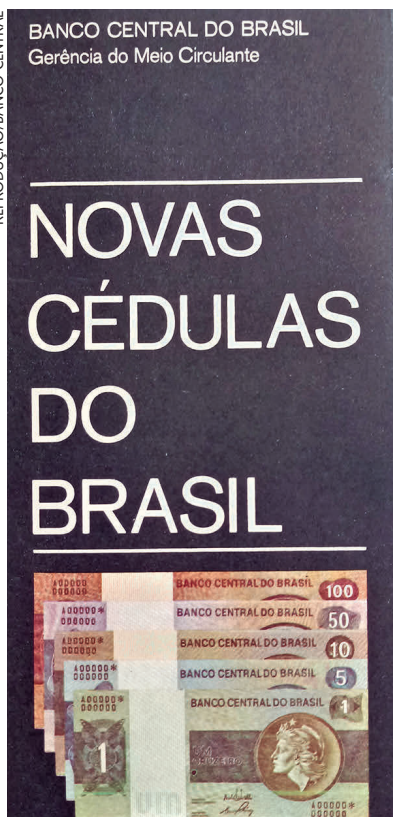
O colega Ulysses Guimarães acrescentou:

— O Banco do Brasil, muito ao revés, será tonificado na sua situação genuína, congênita e específica de banco, tendo praticamente o monopólio dos depósitos. Para discordar da opinião que foi manifestada desta tribuna de que isso iria trazer como consequência o fechamento de agências, eu digo que o governo não nos dá essa notícia. Não se iria encaminhar no sentido da ruína do Banco do Brasil.

Impaciente, o deputado Abel Rafael (PSD-MG) foi mais incisivo:

— Trazer à discussão o nome do Banco do Brasil, as transformações que ele vai sofrer, para torpedear a criação do Banco Central é um crime contra o Brasil. O Banco do Brasil não pode ser um tabu contra o progresso financeiro do país. O Banco do Brasil tem realizado muito, mas nós aqui não temos sistema financeiro, sistema bancário. Nós temos bancos, diretores de bancos, gerentes de bancos. Sistema financeiro, nós não temos.

REPRODUÇÃO/BANCO CENTRAL



Folheto de 1970: Banco Central tem o monopólio da emissão da moeda nacional

A reforma bancária, ora ainda em discussão na Câmara dos Deputados, interessa, na verdade, tanto à economia privada quanto às finanças públicas. Representa ela aspiração que, de longa data, se vem impondo a todos os espíritos seriamente preocupados com a frequência das crises monetárias e a desorganização do crédito nacional.

Sem dúvida, o ponto cardeal da reforma é a criação de um Banco Central — banco dos bancos — empreendimento já várias vezes tentado entre nós, e que foi parcialmente coroado de êxito com a criação, em 1945, da Superintendência da Moeda e do Crédito, que vem prestando relevantes serviços, mas não tem as atribuições nem pode ter a amplitude de ação de um banco central. Seu fim é preparar a organização deste e desempenhar-lhe outras funções até que seja instalado. A Carteira de Redescontos do Banco do Brasil vem suprindo também entre nós as falhas decorrentes da inexistência de um Banco Central — verdadeiro elemento catalizador da economia nacional.

Na Mensagem Presidencial de 1948, o presidente Eurico Gaspar Dutra pede ao Congresso que aprove a criação do Banco Central

O economista Marcelo Lourenço Filho explica que, além do Banco do Brasil, houve outros atores que ajudaram a retardar a criação do Banco Central em quase 50 anos:

— Primeiro, os diferentes governos, que compensavam os seus déficits orçamentários emitindo moeda livremente. No fundo, não lhes interessava um Banco Central que separasse o financiamento do Estado das questões de política monetária. Depois, os empresários, sobretudo os industriais, que se beneficiavam do ambiente de expansão do crédito liderado pelo Banco do Brasil.

De acordo com ele, os bancos privados também se opuseram à novidade:

— Diversas casas bancárias se aproveitavam da liberalidade institucional decorrente da ausência de um banco central. Muitas delas certamente não existiriam se a instituição estivesse em funcionamento, impondo regras mínimas para o setor bancário.

Os documentos históricos do Arquivo do Senado reforçam essa explicação. A respeito da resistência dos bancos, o deputado Abel Rafael discursou em 1964:

— Uma grande indústria nesta nação é fundar um banco. Quem

quiser ficar rico muito depressa, faça uma pequena sociedade, junte 50 milhões e funde um banquinho. Em três tempos, encampa outro, encampa mais outro e acaba como o senhor Magalhães Pinto [então dono do Banco Nacional e governador de Minas Gerais]. Os homens que estão influenciando nas discussões desta Casa são banqueiros. Quando se levanta um projeto para discipliná-los, aí muitas forças se erguem. Os grandes tubarões não querem que o Banco Central saia.

Quanto à má vontade dos próprios governos federais em relação à criação do Banco Central, o senador Mem de Sá afirmou:

— É preciso livrar o Brasil da política inconsciente e irresponsável que o tem desgraçado na economia. Não há quem negue que o arbítrio e a discricionariedade do presidente da República, exercidos através do ministro da Fazenda e do presidente do Banco do Brasil, ambos de sua confiança pessoal e demissíveis a seu nuto [desejo], levaram nossa política monetária e creditícia à situação anárquica, se não caótica, que penosamente agora tentamos superar.

De acordo com o deputado Ulysses Guimarães, era mais cômodo para o governo “fabricar recursos clandestina e descomedidamente” do que recorrer aos “meios naturais de obtenção de recursos”, como os empréstimos

REPRODUÇÃO/PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA



Criação do Banco Central foi ideia compartilhada entre o esquerdista João Goulart e o direitista Castello Branco

e o aumento de impostos.

Nas palavras do deputado Raymundo Padilha, a liberdade que o presidente da República tinha para ordenar a emissão de moeda para cobrir as contas públicas o tornava um “ditador potencial”.

Em 1947, o senador Andrade Ramos (PSD-DF) disse que as emissões sem freios eram responsáveis diretas pela “contínua alta dos preços”, pela “desconfiança no degradado valor da moeda” e pela “queda das cotações dos títulos da dívida pública”.

A criação do Banco Central não foi recomendada apenas pela Conferência Internacional de Finanças de Bruxelas, de 1920. Pouco tempo depois, o Brasil recebeu duas expedições financeiras inglesas, uma em 1923 e 1924 (a Missão Montagu) e outra em 1931 (a Missão Niemeyer), que também bateram nessa tecla.

O interesse dos ingleses era que a economia brasileira se tornasse sólida o suficiente para que o governo conseguisse obter novos empréstimos em Londres e tivesse capacidade para honrá-los.

Em 1937, o governo Getúlio Vargas submeteu à Câmara dos Deputados um projeto de criação do Banco Central, mas ele foi logo engavetado por causa do autogolpe que instaurou a ditadura do Estado Novo (1937-1945) e fechou o Congresso.

Dez anos depois, na condição de senador, Vargas (PSD-RS) explicou aos colegas parlamentares por que não criara o Banco Central no período do Estado Novo:

— Durante anos, meu governo também pensou no Banco Central. E esteve quase pronto esse Banco Central. Não o criou única e exclusivamente porque, com a guerra [Segunda Guerra Mundial] próxima e conhecendo as consequências inevitáveis dessa situação, não poderia responder pelo equilíbrio orçamentário. E um Banco Central só funciona bem quando o Orçamento [federal] está equilibrado. Fora daí, passa a ser um organismo mais nocivo e contraproducente do que eficiente e benéfico.

O que Vargas fez no governo foi adotar uma postura gradualista. Em 1945, ele criou a Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), subordinada ao Ministério da Fazenda, que tinha como objetivo “exercer o controle do mercado monetário e preparar a organização do Banco Central”.

O economista Thiago Gambi, professor de história econômica na Universidade Federal de Alfenas (Unifal), avalia:

— Não se pode dizer que o Brasil simplesmente ignorou as recomendações de criar um banco central. O que o país fez foi montar um arranjo institucional próprio, que, por um tempo, conseguiu dar resposta aos seus problemas e suprir as funções que caberiam a um banco central. Essa é outra razão que explica a criação tardia do nosso Banco Central.

Às vésperas de o Banco Central ser fundado, as atribuições que no futuro seriam suas eram repartidas entre a Sumoc, o Banco do Brasil, a Carteira de Redescoto, a Carteira de Câmbio e a Caixa de Mobilização Bancária. O protagonismo, de qualquer forma, era do Banco do Brasil.

Para muitos parlamentares, essa fragmentação era um problema.

— Na política financeira do Brasil, manda a Sumoc, manda o Banco do Brasil, manda o Ministério da Fazenda, manda o Ministério do Planejamento, todo mundo manda, e não há planejamento algum, porque não há organização financeira — criticou o deputado Abel Rafael.

RAPHAEL RIBEIRO/BCB



A arquitetura do prédio do Banco Central é inspirada na Cruz de Cristo gravada em uma moeda da época da Colônia

— Em matéria de crédito e de moeda, não existe uma orientação, porque há vários órgãos simultaneamente falando, opinando, decidindo e, pior do que isso, conflitando nas suas opiniões. É uma Babel. Daí a dificuldade que sentimos nesta Casa, pois, quando queremos situar a responsabilidade em determinado órgão, ela se dilui, torna-se aguada — concordou o deputado Ulysses Guimarães.

Assim que assumiu o poder, em 1961, o presidente João Goulart lançou como bandeira de governo as Reformas de Base. Entre elas, estava a reforma bancária, que previa a criação de um banco central. Segundo ele, o controle exercido sobre os bancos pela futura instituição garantiria a democratização do crédito.

Goulart enviou o anteprojeto de reforma bancária ao Congresso em março de 1963, mas o texto não teve tempo para ser aprovado. Exatamente um ano depois, veio o golpe de Estado, e as Reformas de Base foram sumariamente engavetadas.

Apesar de discordar de Goulart em quase todas as questões de Estado, a ditadura militar também enxergava a necessidade de um banco central e, ainda em 1964, remeteu um anteprojeto semelhante ao Congresso.

O marechal Castello Branco encampou a ideia por causa de seu ministro da Fazenda, o economista Octavio Gouvêa de Bulhões, que fora diretor da Sumoc e era um defensor histórico da criação do Banco Central.

O Congresso, que não havia levado à votação final nenhum dos projetos de lei apresentados nos anos anteriores, foi forçado a aprovar sem demora a proposta da ditadura. O Ato Institucional nº 1 (AI-1) dizia que, se um projeto do governo não fosse votado em 30 dias na Câmara e outros 30 dias no Senado, o texto seria automaticamente aprovado.

O projeto do Banco Central chegou ao Senado no fim de outubro de 1964 e, após discussões, pareceres e aprovações apressuradas, foi aprovado no fim de novembro.

A nova instituição começou a funcionar em março de 1965. Mas não com plenos poderes. Ela nasceu com o Banco do Brasil fazendo-lhe sombra.

O Banco Central só passou a deter 100% das funções que lhe deveriam caber duas décadas mais tarde, em 1986, quando o governo enfim retirou do Banco do Brasil a chamada conta-movimento, seu último instrumento de poder monetário.

O edifício-sede do Banco Central, em Brasília, foi inaugurado em 1981. A sua icônica arquitetura foi inspirada na Cruz de Cristo gravada no dobrão de 1725, uma moeda dos tempos coloniais.



Brizola liderou resistência armada e evitou golpe militar em 1961

Como governador, líder trabalhista organizou reação militar no Rio Grande do Sul que garantiu a posse do presidente João Goulart; quando golpe foi efetivado, em 1964, ele buscou refúgio político no exterior



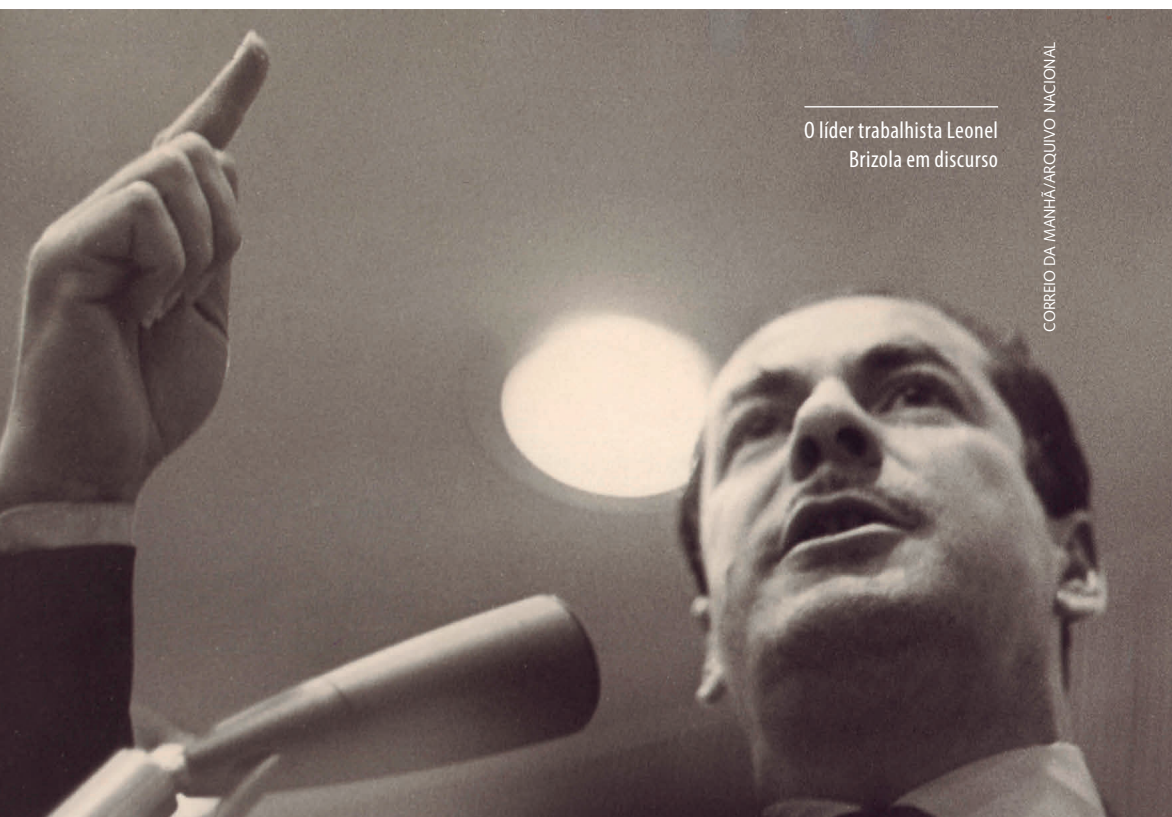


Leonel Brizola ostentava um currículo político invejável. No Rio Grande do Sul, foi prefeito de Porto Alegre, deputado estadual, deputado federal e governador. No Rio de Janeiro, deputado federal e duas vezes governador. Ele disputou a Presidência da República em duas ocasiões. Na primeira, ficou em terceiro lugar. Candidatou-se a vice-presidente do país e acabou em segundo lugar. Criou uma agremiação política que existe até hoje, o Partido Democrático Trabalhista (PDT).

Brizola fez parte da vida pública brasileira em toda a segunda metade do século 20. O currículo político só não foi mais extenso porque ele, inimigo dos generais que tomaram o poder em 1964, passou os primeiros 15 anos da ditadura militar no exílio.

O Brasil perdeu a voz indignada e combativa de Brizola em 21 de junho de 2004, quando ele morreu, vítima de enfarte, aos 82 anos de idade.

Dos muitos episódios que protagonizou, o que o levou definitivamente aos livros de história foi a Campanha da Legalidade, em 1961. Não fosse essa iniciativa de Brizola, é provável que João Goulart (mais conhecido como Jango) jamais tivesse chegado à Presidência da República.



O líder trabalhista Leonel
Brizola em discurso

Logo após a renúncia do presidente Jânio Quadros, os três chefes das Forças Armadas decidiram vetar a posse de Jango, o vice, por considerá-lo excessivamente de esquerda e aliado dos comunistas — o mundo vivia o auge da Guerra Fria.

Governador gaúcho, Brizola imediatamente deflagrou em Porto Alegre uma reação armada, a Campanha da Legalidade, que garantiu, no fim, o cumprimento da Constituição e a posse do vice, impedindo o golpe de Estado.

Documentos da época guardados hoje no Arquivo do Senado, em Brasília, confirmam o papel central de Brizola.

Num discurso, o senador Lima Teixeira (PTB-BA) resumiu:

— Leonel Brizola, numa das horas mais difíceis para a nacionalidade, quando estivemos a braços com uma das nossas maiores crises político-militares, deu-nos um exemplo edificante com a sua atitude desassombrada. Só não enveredamos pelo caminho errôneo das soluções extralegais graças a esse ilustre governador. Se ainda hoje continuamos nesta Casa [no Senado], devemos, em grande parte, à atuação de Sua Excelência. O governador Leonel Brizola alertou e preparou o povo riograndense para defender a legalidade, quaisquer que fossem as circunstâncias, se porventura tivéssemos descambiado para uma solução que não a democrática.

Leonel Brizola era casado com Neusa Goulart, irmã de Jango. Os dois políticos gaúchos pertenciam ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), sigla ligada aos trabalhadores urbanos e aos sindicatos.

Diante do veto dos comandantes militares a Jango, Brizola se entrincheirou no Palácio Piratini, sede do governo do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, onde seu principal instrumento foi a voz. De lá, num estúdio de rádio improvisado, fez pronunciamentos transmitidos em todo o Brasil denunciando o golpe de Estado e convocando a população a não permitir a quebra da legalidade.

O Arquivo do Senado conserva trechos de um desses discursos radiofônicos:

— Povo de Porto Alegre, meus amigos do Rio Grande do Sul! Não desejo sacrificar ninguém, mas venham para a frente deste palácio, numa demonstração de protesto contra essa loucura e esse desatino. Venham. E, se eles quiserem cometer essa chacina, retirem-se, mas eu não me retirarei e aqui ficarei até o fim. Poderei ser esmagado. Poderei ser destruído.



Brizola segura metralhadora na Campanha da Legalidade

Poderei ser morto. Não importa. Ficará o nosso protesto, lavando a honra desta nação.

O governador conseguiu o apoio de militares de seu estado e também da população gaúcha, que pegou em armas e se dispôs a enfrentar as tropas federais que tentassem sufocar a resistência.

Do comando da Aeronáutica, partiram ordens — não cumpridas — para que o Palácio Piratini fosse bombardeado.

Ao fim de uma semana de crise e incerteza, Brizola teve sucesso. Cientes de que o Brasil mergulharia numa guerra civil se o governador gaúcho continuasse resistindo, os militares resolveram aceitar Jango. Mas com uma condição: que ele, uma vez no Palácio do Planalto, não tivesse plenos poderes.

Desejando também evitar um banho de sangue e ao mesmo tempo

garantir a posse do vice-presidente, um grupo de políticos liderados pelo mineiro Tancredo Neves articulou a adoção do parlamentarismo no Brasil. Jango seria, sim, presidente, mas a maior parcela do poder ficaria nas mãos de um primeiro-ministro.

Para Brizola, contudo, o desfecho da crise política não foi plenamente satisfatório. Ele defendia que Jango só aceitasse tomar posse com plenos poderes, tal qual mandava a Constituição, sem fazer nenhuma concessão aos golpistas. O novo presidente da República, que era mais conciliador que seu cunhado e correligionário, topou a saída parlamentarista.

Na prática, olhando em retrospectiva, o que Brizola fez em 1961 foi retardar em quase três anos o golpe de Estado que deu início à ditadura militar.

Os militares, no entanto, não ficaram apaziguados. Unidos a empresários e políticos de direita, eles voltaram a conspirar em 1963, depois que a população brasileira, num plebiscito, optou por retomar o presidencialismo, acabar com a figura do primeiro-ministro e conferir plenos poderes a Jango.

Esse grupo não via com bons olhos as chamadas Reformas de Base,

SERGINHO NEGLIA



O gaúcho Leonel Brizola discursa em campanha eleitoral na década de 1990

que eram o grande programa de governo de Jango. Entre os projetos prometidos pelo presidente, estava a reforma agrária.

Nesse tempo, Brizola já sonhava ser presidente da República. De olho nesse objetivo, concorreu a deputado federal pela Guanabara (a cidade do Rio de Janeiro, antes o Distrito Federal, tornou-se o estado da Guanabara logo após a transferência da capital federal para Brasília). Ele entendia que teria mais projeção nacional sendo representante dos cariocas na Câmara, e não dos gaúchos. Acabou sendo o deputado mais votado do Brasil.

Em 1964, no famoso discurso proferido diante da Central do Brasil, no Rio de Janeiro, Jango anunciou medidas para tirar do papel as Reformas de Base. Assumindo uma posição radical, o deputado Brizola também discursou e defendeu a eleição imediata de uma Assembleia Constituinte para elaborar uma Constituição nova, que facilitasse a execução das reformas.

No meio da multidão, viam-se cartazes com os dizeres “Cunhado não é parente, Brizola presidente”.

A fala de Brizola repercutiu no Senado. O senador Daniel Krieger (UDN-RS) o acusou de pregar uma “revolução”. Em sua defesa, saiu o senador Arthur Virgílio (PTB-AM), que afirmou:

— Ouvi o discurso do deputado Leonel Brizola no comício, da primeira à última palavra, e posso dizer que ele fez, de fato, uma crítica candente ao Congresso. Declarou que o povo não mais deve esperar votação de medidas por parte dos membros das duas Casas. E como o povo é, na democracia, o poder soberano, a decisão a ele deveria ser entregue por

"Povo de Porto Alegre, meus amigos do Rio Grande do Sul! Não desejo sacrificar ninguém, mas venham para a frente deste Palácio, numa demonstração de protesto contra essa loucura e esse desatino. Venham, e se eles quiserem cometer essa chacina, retirem-se, mas eu não me retirarei e aqui ficarei até o fim. Poderei ser esmagado. Poderei ser destruído. Poderei ser morto. Eu a minha esposa e muitos amigos civis e militares do Rio Grande do Sul. Não importa. Ficará o nosso protesto, lavando a honra desta Nação. Aqui resistiremos até o fim. A morte é melhor do que vida sem honra, sem dignidade e sem glória. Aqui ficaremos até o fim. Podem atirar. Que decolem os jatos! Que atirem os armamentos que tiverem comprado à custa da fome e do sacrifício do povo! Joguem essas armas contra este povo. Já fomos dominados pelos trustes e monopólios norte-americanos. Estaremos aqui para morrer, se necessário. Um dia, nossos filhos e irmãos farão a independência do nosso povo! Um abraço, meu povo querido! Se não puder falar mais, será porque não me foi possível! Todos sabem o que estou fazendo! Adeus, meu Rio Grande querido! Pode ser este, realmente, o nosso adeus! Mas aqui estaremos para cumprir o nosso dever".



Manifestação do povo gaúcho a favor da posse de Jango em 1961

meio de uma Constituinte. É uma opinião, uma tese. Qual ameaça pode haver nessa opinião, nessa tese, para as instituições democráticas? Falou, porventura, o deputado Leonel Brizola aconselhando o povo a que se armasse, como fez o presidente da UDN, deputado Bilac Pinto?

Virgílio prosseguiu:

— Embora o deputado Leonel Brizola dê ênfase às teses que defende, embora fale com muito vigor, nunca o escutei insultar os seus adversários, nunca o ouvi pregar a revolução sangrenta. Ele prega o inconformismo. E também o faço e assim continuarei. Não aceito a ordem social, econômica e jurídica que aí está. Prego o inconformismo das nossas classes proletárias. Quero que o trabalhador não aceite a condição abjeta de vida a que o atiraram. Quero que o camponês não admita a condição de pária. Prego o inconformismo. Estarei pregando a revolução? Estarei me transformado em revolucionário?

Duas semanas e meia depois do comício da Central do Brasil, o golpe militar foi deflagrado e Jango, derrubado. Brizola ainda tentou articular um movimento de resistência semelhante à Campanha da Legalidade, mas dessa vez não teve sucesso. Jango preferiu capitular a correr o risco de mergulhar o país numa guerra civil.

Inimigo declarado dos militares golpistas, Brizola perdeu o mandato

na Câmara e, para não ser preso, exilou-se com a família no Uruguai. De lá, combateu a ditadura recém-instalada organizando guerrilhas armadas com companheiros que haviam permanecido no Brasil. As ações fracassaram.

Anos mais tarde, em 1980, o senador Jarbas Passarinho (PDS-PA), que integrou a ditadura, lembrou os planos do ex-governador gaúcho:

— O movimento de 1964 tinha indiscutível vocação democrática e, entretanto, desviou-se, dado o reagrupamento imediato das esquerdas após a vitória das armas. Havia uma oposição ilegal tentando a contrarrevolução no Brasil, comandada no Uruguai, sediada no seu treinamento em Cuba e revelada, confessada, faz pouco aqui no Brasil pelo senhor Leonel Brizola.

O senador Paulo Brossard (PMDB-RS) o interrompeu:

— Nobre senador Jarbas Passarinho, tive a fortuna de conhecer um homem chamado Raul Pilla, mestre que disse isto: “O ofício do exilado é conspirar”. Que os exilados conspirassem, é natural. Agora, que um governo todo-poderoso, que tinha todos os poderes que tinha o governo Castello Branco, se divorciasse do caminho da lei, para percorrer aquilo que ele mesmo havia chamado “os perigosos atalhos do arbítrio”, vai uma



Governador Leonel Brizola vistoria os postos de fortificação no Palácio Piratini na Campanha da Legalidade, em 1961



O vice-presidente Jango e o governador Brizola

grande diferença.

Com a instauração de uma ditadura também no Uruguai anos mais tarde, Brizola se refugiou nos Estados Unidos. Depois disso, foi para Portugal.

O nome de Brizola foi frequentemente citado pelos senadores mesmo durante os 15 anos de exílio. Em 1976, Jarbas Passarinho, nesse momento senador pela Arena, discursou:

— Creio que alguns historiadores chamados brasilianistas, que se têm voltado com profundidade ao estudo da história do Brasil, têm a tendência de admitir que essa revolução [o golpe de 1964] foi uma contrarrevolução, apenas porque se preparou para impedir um golpe que possivelmente viria, partido do senhor Leonel Brizola, que era uma espécie de *enfant terrible* [indivíduo imprudente que causa problemas] do grupo que cercava o senhor João Goulart àquela época.

O senador Eurico Rezende (Arena-ES) afirmou em 1978:

— Veio a revolução de 1964 e arrancou o país do caos. Faço referência à tentativa da bolchevizadora revolução pernambucana urdida pelo ex-governador Miguel Arraes com a colaboração decisiva do senhor Leonel Brizola, que estavam comprometidos na tarefa sinistra de lesa-pátria através

da importação do comunismo cubano. Se não é a vigilância das Forças Armadas, de mãos dadas com o poder civil, este país estaria hoje dividido em Brasil do Norte e Brasil do Sul, assim como ocorreu no Vietnã e na Coreia.

De acordo com o historiador Américo Freire, não passa de “bobagem” a versão de que Brizola estava prestes a dar um golpe de Estado e foi impedido pelos militares.

— Brizola, de fato, pressionou Jango a adotar políticas sociais mais radicais, mas ele não tinha ascendência sobre o presidente. Era Jango que mandava, e ele tinha um perfil conciliador, bem menos incisivo que o de seu cunhado. Eles discordavam em muitas coisas — diz Freire, que é professor do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas e organizador do livro *A Razão Indignada: Leonel Brizola em dois tempos (1961-1964 e 1979-2004)*, da Editora Civilização Brasileira.

O historiador prossegue:

— Pode-se dizer que Brizola estava, sim, interpelando a ordem institucional daquele momento, mas não conspirando para promover uma ruptura política.

Brizola nasceu numa família pobre de Carazinho (RS) em 1922. Trabalhou desde criança. Foi, por exemplo, engraxate e ascensorista. Em Porto



Leonel Brizola discursa em convenção do PTB

Alegre, organizou a ala jovem gaúcha do PTB e se formou em engenharia civil na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Ele governou o estado entre 1959 e 1963. Entre os legados de seu mandato no Rio de Grande do Sul, ficaram muitas escolas públicas e um programa de reforma agrária. Os problemas sociais eram algo que o incomodavam.

Em 1961, o senador Guido Mondim (PRP-RS) citou num discurso que 2 mil escolas públicas haviam acabado de ser inauguradas em seu estado num mesmo dia:

— Realização do governador e engenheiro Leonel Brizola, em cumprimento ao programa traçado durante sua campanha eleitoral. Perguntarão os nobres colegas: “Onde o governo gaúcho encontrou recursos?”. Criou-se a taxa de educação, isto é, cobra-se um adicional de até 20% sobre os impostos estaduais para aplicação no ensino primário. Foram contratadas nada menos que 12.370 professoras novas. No desenvolvimento desse plano, esperamos ver 1,3 milhão de crianças matriculadas em 1962. Portanto, nenhuma criança gaúcha sem escola!



CORREIO DA MANHÃ/ARQUIVO NACIONAL

O governador Brizola e a escritora e ex-empregada doméstica Carolina Maria de Jesus em 1961



O governador Leonel Brizola fala no Congresso Nacional em audiência da qual também participa o senador Fernando Henrique Cardoso

Em 1962, o senador Lima Teixeira leu para os colegas uma carta em que Brizola sugeria ao Senado ideias para um projeto de reforma agrária em âmbito nacional, incluindo a fixação de um limite para o tamanho da propriedade rural nas mãos de uma única pessoa e também a criação de leis trabalhistas para o campo.

Na carta, Brizola disse que pensou essas ideias juntamente com cooperativas rurais e trabalhadores sem terra tendo como objetivos “a dignidade da pessoa humana” e “a valorização do homem através do trabalho de sentido social e cristão”.

Nacionalista, o governador do Rio Grande do Sul denunciava os abusos cometidos pelo “capital estrangeiro” e determinou a encampação (apropriação) de duas empresas americanas que prestavam serviços públicos no estado — uma de energia elétrica e outra de telefonia.

O governador chegou a criar duas revistas em quadrinhos genuinamente gaúchas, *Piazito* e *Lupinha*, por considerar que os populares gibis americanos, como os de Walt Disney, eram perniciosos para as crianças brasileiras.

O exilado Leonel Brizola só pôde retornar ao Brasil em 1979, após o general João Baptista Figueiredo assinar a Lei da Anistia. O Brasil estava no processo de abertura política.

O senador Agenor Maria (MDB-RN) ficou inconformado diante do amplo espaço dedicado pela imprensa às movimentações de Brizola:

— Já se prega a volta de Brizola e já se diz que vai fundar o PTB. Pelo amor de Deus, o que querem dizer Brizola e PTB hoje, depois de 15 anos? Depois de uma revolução que foi feita para dar ao povo brasileiro a estabilidade? Repugna-me abrir os jornais e ler a volta de homens que já, sinceramente, fazem parte do passado deste país. Sim, fazem parte do passado. O presente é outro.

O senador Orestes Quércia (MDB-SP) discordou:

— Nenhum democrata brasileiro pode deixar de saudar o retorno de patriotas como Leonel Brizola. Seu retorno, nas asas desta anistia capenga e canhestra, que deixa tantos à margem e não liquida com o aparato repressivo, não deixa de ser uma conquista das forças democráticas. Brizola volta para reorganizar o Partido Trabalhista Brasileiro, que tem em sua tradição momentos significativos de defesa das reivindicações populares.

Brizola entrou no Brasil por Foz do Iguaçu (PR), onde foi recebido por quase 2 mil pessoas. O senador Leite Chaves (MDB-PR) foi um dos políticos que lhe deram as boas-vindas:

— A despeito da boa vontade, não conseguiram os jornais transmitir a vibração daquela massa humana, aquele calor estabelecido entre os que o esperavam e o ex-governador Leonel Brizola, que, com a esposa, regressava de longo, duradouro e sofrido exílio. O exílio é terrível. O exílio é pior do que a prisão. É muito mais doloroso porque é o arrancar da pátria. Somente as consciências maduras e os valores consagrados são capazes de resistir ao exílio e nele se engrandecer.

A ditadura sabia que Brizola não havia desistido do sonho de se tornar presidente da República. Para enfraquecê-lo, logo agiu para que ele não conseguisse recriar o PTB, seu velho partido, que fora dissolvido após o golpe de 1964.

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) entregou o PTB à ex-deputada Ivete Vargas, que também havia solicitado o registro. Ela era ligada ao general Golbery do Couto e Silva, um dos nomes mais fortes da ditadura. A Brizola, então, restou criar o seu próprio partido, o PDT.

Uma das razões, aliás, para que a ditadura não permitisse eleições diretas para presidente em 1985 foi o temor de que o vencedor fosse Leonel Brizola ou outro nome da oposição tido como radical.

Brizola é, até hoje, o único político a ser democraticamente eleito governador de dois estados diferentes. Ele também esteve à frente do Rio de Janeiro de 1983 a 1987 e de 1991 a 1994.

No primeiro mandato no Rio de Janeiro, tal qual havia feito no governo gaúcho, deu ênfase à educação. Sua grande vitrine foi o Centro Integrado de Educação Pública (Ciep).

Projetados pelo arquiteto Oscar Niemeyer, os Cieps foram escolas públicas que ofereciam aulas em tempo integral, além de atendimento médico e odontológico. Foi essa ação que deu início ao debate público no Brasil sobre o ensino integral.

No segundo mandato no Rio de Janeiro, Brizola foi o governante brasileiro pioneiro em políticas públicas para a igualdade racial. Ele criou a Secretaria de Defesa e Promoção das Populações Negras e a confiou ao histórico militante Abdias Nascimento.

— Quando dizem “pega ladrão”, a polícia corre atrás do negro, deixando o branco inteiramente à vontade — criticou Brizola na campanha eleitoral para o governo do estado em 1990, numa época em que a sociedade brasileira ainda não reconhecia a existência do racismo estrutural.

Quase uma década antes, o PDT havia sido o primeiro partido do país a incluir a defesa dos negros e dos indígenas como prioridade em



Leonel Brizola visita o túmulo de Getúlio Vargas, em São Borja (RS), na década de 1990

seu estatuto e a criar uma secretaria dedicada exclusivamente às questões raciais.

No início dos anos 1980, Darcy Ribeiro, o vice de Leonel Brizola no Rio de Janeiro, descreveu a ideologia dos trabalhistas como “socialismo moreno”, isto é, o socialismo adaptado à realidade brasileira. Numa audiência pública no Congresso Nacional nessa época, o governador disse:

— O Brasil não terá caminho, neste período histórico, fora de uma visão de democracia social. E, quando falamos em democracia social, falamos em socialismo, em liberdade, em busca de uma sociedade igualitária, mais justa, mais aberta, mais democrática, mais livre.

Na mesma ocasião, ele garantiu que não era mais o radical dos anos anteriores ao golpe de 1964:

— Nós, que viemos daqueles tempos, ampliamos nossos conhecimentos, reestudamos muitas questões, fizemos avaliações mais profundas e também mudamos. O importante é que tenhamos mudado para melhor, porque essa mudança nos tem aproximado mais ainda do nosso povo. Os tempos mudaram muito. Aqueles tempos foram muito confusos. O povo brasileiro, na sua unidade, recém surgiu. A primeira plataforma nacional de base popular recém se formulava, era embrionária. O ambiente nacional era envenenado de desconfiança. A própria classe média não se sentia abrangida e segura com a plataforma popular e, numa atitude de desconfiança, engrossou o intervencionismo autoritário de direita.

O historiador Américo Freire, da Fundação Getúlio Vargas, resume:

— Quando voltou do exílio, Brizola já não era aquele trabalhista revolucionário. Ele chegou como um trabalhista reformista, inspirado na social-democracia europeia.



Polarização, fake news e reforma agrária alimentaram derrubada de Jango

Primeiros meses de 1964 foram marcados por intensos embates entre direita e esquerda e acusações de golpismo; militares e civis direitistas deram golpe de Estado que implantou ditadura



Documentos históricos do Arquivo do Senado, em Brasília, mostram que os três primeiros meses de 1964 no Brasil foram de pura instabilidade política.

— Fala-se muita coisa neste momento. Fala-se em golpe de Estado, em revolução, em uma série de acontecimentos que conturbariam de maneira definitiva a ordem jurídica do Brasil — discursou o senador Leite Neto (PSD-SE). — Essas afirmações não são feitas por irresponsáveis, mas por homens de alta projeção nacional e elevado gabarito moral, os quais conheço de perto e julgo incapazes de inquietar o país por levandade.

— O povo brasileiro, como povo, não deseja a ditadura. São as exceções que a desejam. Provocado, o povo vem reagindo positivamente na direção das instituições democráticas para preservá-las. Até quando? Não sei — não escondeu sua preocupação o senador Aurélio Vianna (PSB-Guanabara).

Quando chegou ao fim, aquele turbulento primeiro trimestre de 1964 levou consigo a democracia brasileira. Em 31 de março, o golpe de Estado foi dado pela direita, que derrubou o presidente João Goulart (PTB) e implantou uma ditadura civil-militar que durou 21 anos.

De janeiro a março, os senadores aliados de Jango (como o presidente era mais conhecido) e os da oposição subiram diariamente à tribuna para acusar uns aos outros de tentar destruir a democracia.

Os governistas (pertencentes em especial ao PTB e a setores do PSD) temiam um golpe de Estado de caráter direitista, enquanto os adversários do presidente da República (pertencentes majoritariamente à UDN e a outra ala do PSD) o acusavam de orquestrar a instalação de uma ditadura comunista no país.

Do grupo governista, o senador Aurélio Vianna disse:

— O presidente está agindo acertadamente. Medidas estão sendo tomadas, como o controle do preço do livro didático e a decretação dos novos salários mínimos para as diversas regiões. Alguns me disseram: “Já vêm tarde”. Acredito que não, que é tempo de conter aqueles que desejam o estrangulamento das liberdades do Brasil, o aniquilamento do sistema democrático de governo. Nenhum povo pensa em revolução quando tem a sua casa, o pão cotidiano farto e acessível, o medicamento e a escola para o seu filho.

O líder do governo no Senado, Arthur Virgílio (PTB-AM), foi mais específico:

— O que dizer das pregações subversivas do senhor [deputado federal] Armando Falcão [PSD-CE], que ocupa, sem qualquer sanção, uma cadeia superior a 300 emissoras de rádio espalhadas por este país a dizer aos fazendeiros que se armem para lutar?

O senador ainda citou o governador da Guanabara, Carlos Lacerda, que alimentava o sonho de disputar pela UDN a eleição presidencial de 1965. Lacerda fora um dos pivôs do suicídio de Getúlio Vargas e tentara impedir as posses de Juscelino Kubistchek e Jango. Virgílio afirmou:

— A União Democrática Nacional acusa o senhor [deputado federal] Leonel Brizola [PTB-RS] de subversivo, mas faz de um golpista irremediável seu candidato à Presidência da República. Dessa atitude, tira-se apenas uma ilação: é a UDN que quer a ditadura neste país.

Do grupo oposicionista, o senador Adolpho Franco (UDN-PR) discursou:

Tanque em rua do Rio de Janeiro na época do golpe de 1964



Bancos Fechados Até 2.^a-Feira



Magalhães Pinto
Lança Manifesto
LEIA NOTÍCIAS NA PÁGINA 2

Última Hora
LEIA NOTÍCIAS NA PÁGINA 2



General Mourão
Exige Renúncia
LEIA NOTÍCIAS NA PÁGINA 2

Expectativa e Intranquilidade em Todo o País

SUBLEVAÇÃO EM MINAS PARA DEPOR JANGO

Jango:—O Golpe Está Condenado



O governo federal, porém, não se dá por vencido e continua a lutar para manter a ordem e a estabilidade no Brasil. O presidente Jango, em Minas Gerais, pede ao governador Magalhães Pinto e ao governador de São Paulo, Jânio Quadros, para que mantenham a ordem e a estabilidade no Brasil. O presidente Jango, em Minas Gerais, pede ao governador Magalhães Pinto e ao governador de São Paulo, Jânio Quadros, para que mantenham a ordem e a estabilidade no Brasil.

Os jornais de todo o Brasil noticiaram a intenção de Jango de depor o presidente da República, Jânio Quadros, e a possibilidade de uma sublevação em Minas Gerais. O governador Magalhães Pinto, em Minas Gerais, pede ao governador de São Paulo, Jânio Quadros, para que mantenham a ordem e a estabilidade no Brasil. O presidente Jango, em Minas Gerais, pede ao governador Magalhães Pinto e ao governador de São Paulo, Jânio Quadros, para que mantenham a ordem e a estabilidade no Brasil.

Correio da Manhã

SEGUNDO BITTENCOURT — PAULO BITTENCOURT

RIO DE JANEIRO, QUARTA-FEIRA, 3 DE ABRIL DE 1964

MAZZILLI É O NÔVO PRESIDENTE

Tomada do Forte

Vitória

A ação não violenta com o apoio de Jango, Jânio Quadros, o governador de Minas Gerais, e o governador de São Paulo, Jânio Quadros, para que mantenham a ordem e a estabilidade no Brasil. O presidente Jango, em Minas Gerais, pede ao governador Magalhães Pinto e ao governador de São Paulo, Jânio Quadros, para que mantenham a ordem e a estabilidade no Brasil.

Congresso declara vaga Presidência

ARTUR COSTA NOVO CHEFE DO EXÉRCITO

Tropas do Paraná vão para o RS

Os jornais *Última Hora* e *Correio da Manhã* noticiam respectivamente em 1º e 2 de abril de 1964 o desenrolar do golpe

Os papéis históricos do Arquivo do Senado apontam as chamadas Reformas de Base como um dos principais combustíveis da crise. Assim como JK teve como mantra político o Plano de Metas, Jango adotou como bandeira as Reformas de Base, entre as quais a bancária, a educacional e a eleitoral. De longe, a reforma mais polêmica desse grupo era a agrária.

Embora se urbanizasse e se industrializasse, o Brasil ainda era majoritariamente rural. De acordo com o Censo de 1960, da população total de 70 milhões, 40 milhões de brasileiros viviam no campo.

Na Mensagem Presidencial que enviou ao Congresso Nacional em 1964, Jango advertiu que, caso os latifúndios improdutivos não fossem

desapropriados, divididos e entregues aos camponeses sem terra, o Brasil poderia submergir numa “convulsão talvez sangrenta”.

A Constituição de 1946 previa que terras improdutivas só poderiam ser desapropriadas mediante indenização antecipada e em dinheiro. Jango desejava retirar esse trecho da Constituição para, entre outras mudanças, prever o pagamento em títulos públicos.

— A verdade é que nunca nenhum governo deu ênfase maior ao encarar o problema da reforma agrária e talvez por isso nunca nenhum governo terá recebido oposição tão férrea como o do presidente João Goulart — afirmou Arthur Virgílio.

— Vossa Excelência acha patriótico, racional e inteligente desapropriarem-se terras ao lado das ferrovias e das principais rodovias? — questionou o senador Pedro Ludovico (PSD-GO), referindo-se a outro ponto da reforma agrária desejada pelo presidente.

— Acho — respondeu Virgílio

— Pois eu não acho — devolveu Ludovico. — Em geral, todas essas áreas já estão ocupadas, já estão aproveitadas. Quer dizer que o governo vai tirar uma pessoa para pôr outra.

— Não!



Trabalhadores das Ligas Camponesas: reforma agrária foi um dos combustíveis da crise que levou à derrubada de Jango

— Além disso, essas terras são caras. Muitas pessoas já as compraram a 100 mil ou 200 mil cruzeiros o alqueire. Será que o governo vai pagar pelo preço histórico? Isso seria um roubo, uma lesão ao trabalho, ao suor do indivíduo.

— Ninguém vai tocar na fazenda que tem o seu rebanho a produzir leite, a produzir carne — explicou Virgílio. — Ninguém vai tocar na terra que tem plantação de milho, plantação de arroz ou outra qualquer. Só será desapropriado o latifúndio improdutivo, o latifúndio antissocial, o latifúndio anti-humano.

A oposição argumentava que não estava exatamente contra a ideia de reforma agrária, mas apenas contra a estratégia traçada por Jango.

— Sou partidário da atualização da nossa estrutura agrária, que é realmente arcaica — disse o senador Filinto Müller (PSD-MT). — Mas entendo que as reformas devem ser precedidas de estudo meticuloso. Do contrário, medidas apressadas, sem profundidade, transformar-se-ão num



Presidente João Goulart discursa no comício realizado na Central do Brasil em 13 de março de 1964

mal para o país, destruindo até mesmo as precárias bases sobre as quais repousa ainda hoje a nossa economia.

— Desejaria que essas reformas se realizassem não em termos de posições extremadas, em que uns saíssem vencedores e outros, vencidos — afirmou o senador Wilson Gonçalves (PSD-CE). — Desejaria uma conjugação de forças, não obstante heterogêneas, que pudessem chegar a um ponto de vista comum, que representasse a grande média do pensamento das aspirações do povo brasileiro. A nossa tradição na vida pública é a de realizar as grandes reformas no interesse popular sem exagero, sem estardalhaço, com o propósito de realmente servir à pátria.

O senador Mem de Sá (PL-RS) apresentou uma alternativa:

— O governador do Maranhão acaba de fazer uma proposta, dizendo que no seu estado a terra é abundante. Duas terças partes do território, se não me falha a memória, estão em condições excelentes para a realização de um projeto de reforma agrária. Evidentemente, não seria a solução para o Brasil, mas seria uma experiência. Não creio que nestes próximos dois anos de governo [o mandato de Jango, não fosse o golpe, terminaria no início de 1966], com os recursos que temos à disposição, seja possível fazer mais do que aproveitar esse grande oferecimento.

O Arquivo do Senado conserva um telegrama de março de 1964 em que a Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul pede aos senadores que barrem a reforma agrária de Jango. Os fazendeiros dizem que, “temerosos de futuras desapropriações”, não poderão “sequer realizar melhorias” em suas propriedades, pedem “tranquilidade para poder produzir cada vez mais e melhor” e avisam que poderão adotar “justas reações” para “defender de qualquer maneira seus legítimos direitos”.

Na avaliação do senador Aurélio Vianna, a proposta vinha sendo deturpada pelos adversários de Jango como estratégia política:

— Que faz a reação? Apoiar este programa? Não. Transmuta-o, alterando-o propositadamente e apresenta ao povo um programa que não é esse. Porque o que ela não quer é reforma de tipo nenhum. Ela quer é o status quo.

Nos ataques a Jango, o “perigo comunista” era frequentemente mobilizado pela oposição.

— Neste momento, está o governo empenhado em facilitar a comunização do Brasil. Uns se dizem comunistas, e outros, marxistas, como se

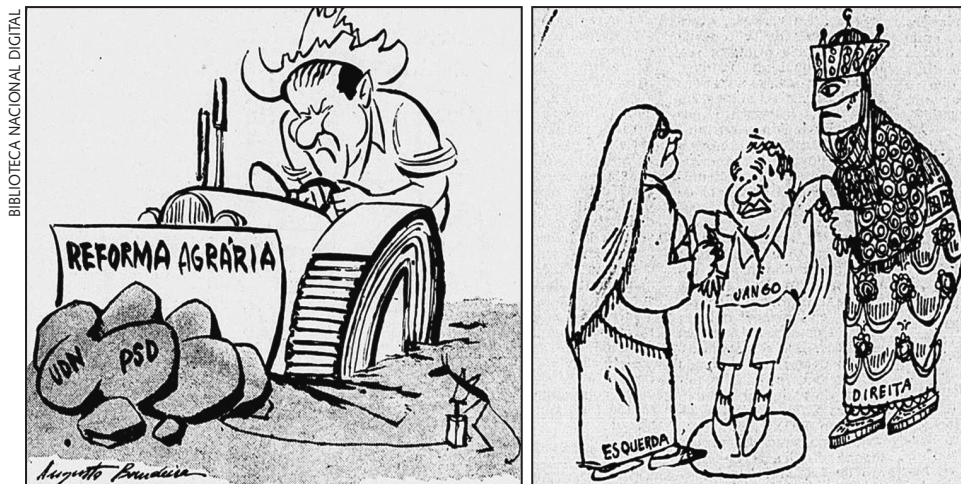
fossem coisas diferentes. É uma confusão para enganar o povo e os mais simples — acusou o senador Padre Calazans (UDN-SP).

— Quando a democracia ruir no Brasil, como resultado da luta feroz que contra ela se desfecha, e quando em seu lugar se implantar uma “democracia popular” de inspiração soviética, não tenham dúvida as massas obreiras do campo e da cidade a respeito da política econômica que lhes será imposta. Nem haverá mais greves nem sindicatos escolhendo diretores da empresa e lhes ditando normas — advertiu o senador Mem de Sá.

Os governistas respondiam que não eram comunistas.

— O que me revolta é que vivem chamando os nacionalistas de comunistas. Nacionalistas, para eles, foram só os franceses, os americanos, os ingleses, os italianos — queixou-se o senador José Ermírio de Moraes (PTN-PE).

— Será marxismo dizer que temos uma minoria encastelada no privilégio a gozar, a usufruir, a ganhar até para o luxo e para o esbanjamento, enquanto ao derredor de si multidões sofrem a agonia da fome, das doenças, das incertezas e das angústias? — questionou o senador Arthur Virgílio. — Será marxismo voltar as vistas para o campo, para o interior brasileiro, e sentir pena da situação do camponês explorado? Será marxismo olhar para as fábricas e acompanhar o esforço do operário que ajuda a construir a grandeza deste país e tendo em retribuição apenas a fome e



Charges de Augusto Bandeira e Jaguar publicadas em jornais em 1963 mostram que reforma agrária de Jango enfrentava resistência e ele tentava se equilibrar entre a esquerda e a direita

uma interrogação sobre o que será o amanhã? Será marxismo isso? Ou será cristianismo?

— É lamentável que, depois do golpe de 1937 e dos sacrifícios que a ditadura [do Estado Novo] nos impôs, ainda estejamos, depois da Segunda Grande Guerra, a nivelar as esquerdas com o propósito de confundir a opinião do povo — indignou-se o senador Josaphat Marinho (PST-BA). — Como dizia João Mangabeira, a esquerda é como um arco-íris, que varia do violeta ao vermelho. Por isso, acrescentava, esquerda foi Marx no *Manifesto Comunista* como o papa Leão XIII na encíclica *Rerum Novarum*. Essas discriminações é que precisam ser feitas, porque há entre as forças de esquerda aqueles que não aceitam nenhum movimento extremista, pois se situam, como eu e tantos que aqui se encontram, clara e rigorosamente dentro da esquerda democrática.

Apesar de acusarem Jango de fomentar o comunismo no Brasil, alguns adversários do presidente chegaram a admitir que não passava de fake news o rótulo de comunista que nele se tentava colar. O senador Padre Calazans discursou:

— Não creio que o senhor João Goulart seja comunista. Não é nem pode ser comunista quem é um grande latifundiário, talvez o maior do Brasil, uma das maiores fortunas do Brasil, que se dá ao luxo de pagar na hora as fazendas que compra. O senhor João Goulart é um grande *viveur*

REPRODUÇÃO/YOUTUBE - HOJE NA HISTÓRIA 18



Marcha da Família com Deus pela Liberdade, no Rio: adversários de Jango reagem ao comício da Central do Brasil

Reforma Agrária

Senhores Membros do Congresso Nacional:

No quadro das reformas básicas que o Brasil de hoje nos impõe, a de maior alcance social e econômico, porque corrige um descompasso histórico, a mais justa e humana, porque irá beneficiar direta e imediatamente milhões de camponeses brasileiros, é, sem dúvida, a Reforma Agrária.

O Brasil dos nossos dias não mais admite que se prolongue o doloroso processo de espoliação que, durante mais de quatro séculos, reduziu e condenou milhões de brasileiros a condições sub-humanas de existência.

Para atender velhas e justas aspirações populares, ora em maré montante que ameaça conduzir o País a uma convulsão talvez sangrenta, sinto-me no grave dever de propor ao exame do Congresso Nacional um conjunto de providências a meu ver indispensáveis e já agora inadiáveis, para serem, afinal, satisfeitas as reivindicações de 40 milhões de brasileiros.

Assim é que submeto à apreciação de Vossas Excelências, a quem cabe privativamente a reformulação da Constituição da República, a sugestão dos seguintes princípios básicos para a consecução da Reforma Agrária:

— A ninguém é lícito manter a terra improdutiva por força do direito de propriedade.

— Poderão ser desapropriadas, mediante pagamento em títulos públicos de valor reajustável, na forma que a lei determinar:

- a) todas as propriedades não exploradas;*
- b) as parcelas não exploradas de propriedade parcialmente aproveitadas, quando excederem a metade da área total.*

Na Mensagem
Presidencial enviada
ao Congresso em
1964, Jango explica
sua proposta de
reforma agrária

[festeiro] para ser comunista. Acredito, sim, que ele alicia os marxistas e os deixa agir à vontade para que, quando tudo estiver para pegar fogo, ele surja como aquele que precisa salvar a nação da heresia comunista.

O senador Arthur Virgílio saiu mais uma vez em defesa de Jango:

— O senhor presidente é possuidor de terras. Nunca escondeu isso de ninguém. Não esconde a sua fortuna, como outros, atrás de testas de ferro. Apesar de possuir fazendas no Rio Grande do Sul, em Mato Grosso, em Goiás e em Santa Catarina, nem por isso se desvincula de sua luta histórica por um novo país e vem sendo o grande impulsionador da transformação rural brasileira. É o mérito de um Joaquim Nabuco, dono de escravos, combatendo a oposição [à abolição da escravatura no Império]. É o mérito

de um homem que está lutando contra as próprias regalias e os próprios privilégios.

A radicalização política se acentuou em 13 de março, no célebre comício que o presidente fez diante da estação ferroviária Central do Brasil, no Rio de Janeiro, em que defendeu as Reformas de Base diante de uma multidão estimada em 150 mil pessoas.

Uma parte da oposição interpretou o evento como uma forma antidemocrática de mobilizar a sociedade. O senador João Agripino (UDN-PB) resumiu:

— Não creio que o presidente da República queira nenhuma das reformas. Acredito, sim, que queira apenas incompatibilizar o Congresso com a opinião pública. Não nego que o Congresso resiste às reformas, até mesmo aquelas que eu e muitos outros consideramos justas e necessárias.

De acordo com historiadores, diversos outros fatores alimentaram o golpe de 1964, entre os quais o apoio que Jango deu a soldados rasos em conflito com superiores, contrariando as Forças Armadas, o pedido de estado de sítio apresentado pelo presidente no ano anterior e negado pelo Congresso, e o apoio dos Estados Unidos aos golpistas — os americanos mandaram navios de guerra para o Brasil, que voltaram no meio do caminho porque Jango não resistiu à deposição.

O historiador Daniel Aarão Reis, professor da Universidade Federal Fluminense (UFF) e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), diz que o “perigo comunista” era evocado na política brasileira desde a Revolução Russa, em 1917:

— Líderes políticos e religiosos acionaram esse argumento de forma radical durante todo esse tempo. Muitos ainda o fazem. A denúncia do comunismo é um instrumento importante para a coesão histórica das forças conservadoras no Brasil.

Em 1964, tanto os militares quanto os civis que derrubaram o presidente classificaram a manobra de “revolução” — alguns até mesmo de “revolução democrática”. Reis explica que o termo apropriado é “golpe”:

— Foi um golpe de Estado porque destituíram um presidente eleito [como vice] e interromperam o fluxo democrático legal. As revoluções ocorrem quando se operam transformações radicais nas estruturas políticas, econômicas, sociais e culturais. No Brasil, houve algumas mudanças, é claro, mas não estruturais. O golpe de 1964 não pode ser comparado à

Revolução Francesa ou à Revolução Cubana, por exemplo. O uso de “revolução” pelos vencedores é compreensível porque essa palavra tinha muito prestígio na época e um sentido altamente positivo, mais ou menos como “democracia” hoje.

O historiador Daniel Faria, professor da Universidade de Brasília (UnB), acrescenta que os protagonistas e os apoiadores da derrubada de Jango por vezes recorreram também às expressões “contragolpe” e “golpe preventivo”:

— Ouviu-se muito a “teoria dos dois demônios”. Haveria tanto o demônio da esquerda quanto o da direita, um tão forte quanto o outro, e o Brasil precisaria fazer a escolha. Era uma tese falsa. Não existia correlação de forças entre os dois lados. Havia, claro, uma esquerda política, movimentos sociais, sindicatos, movimento estudantil, mas a esquerda revolucionária era muito pequena, quase inexpressiva, e definitivamente Jango não fazia parte dela. A extrema esquerda, aliás, criticava o presidente acusando-o de reformista e conciliador. Além de tudo, se de fato havia um golpe comunista prestes a ser executado, por que não foi antecipado para impedir a derrubada de Jango? Porque ele simplesmente não existia.

Faria diz que, com o objetivo de convencer a opinião pública brasileira a respeito do “perigo comunista”, os defensores do golpe de 1964 colocaram debaixo do mesmo guarda-chuva vermelho todos aqueles que se situavam num campo ideológico diferente do seu, incluindo até mesmo os direitistas simpatizantes das reformas sociais. O historiador exemplifica:

— Pôde-se rapidamente perceber que o golpe não foi contra o comunismo. Depois de inicialmente cassar o mandato de esquerdistas mais radicais, a ditadura militar logo retirou os direitos políticos de personalidades que passavam longe desse perfil, como os ex-presidentes Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros. A ditadura cassou até o mandato dos governadores direitistas Adhemar de Barros, de São Paulo, e Carlos Lacerda, da Guanabara, que participaram ativamente do golpe.

O professor da UnB entende que, mesmo passado tanto tempo daqueles eventos de 1964, os brasileiros de hoje precisam conhecer e entender o golpe de Estado que deixou o país sem democracia durante 21 anos:

— Trata-se de um passado muito atuante no nosso presente. O Brasil em que vivemos agora é em grande medida um produto da ditadura em termos econômicos, culturais, sociais e até políticos. O autoritarismo, que já existia antes da ditadura e foi reforçado por ela, é uma das características

mais marcantes da nossa sociedade. Nos últimos anos, passamos a ver pessoas saindo às ruas para defender o AI-5 [a norma mais repressiva da ditadura], exigir intervenção militar, pedir o fechamento dos Poderes Legislativo e Judiciário, exaltar torturadores. A ditadura, embora distante no passado, tem sido muito mobilizada no presente. Alguns fazem isso por má-fé, mas muitos fazem isso por ignorância, desconhecimento. É importante conhecer o golpe e a ditadura para desmistificá-los.

A socióloga Joana D’Arc Fernandes Ferraz, professora da UFF e integrante da diretoria do Grupo Tortura Nunca Mais, concorda que persiste uma visão deturpada a respeito da ditadura:

— Há quem diga que aquele foi um período em que a população tinha segurança, em que não havia corrupção e que a economia ia muito bem. Não foi bem assim. As notícias que fossem negativas para o governo não eram publicadas por força da censura. O famoso milagre econômico ocorreu à custa do empobrecimento da população e do aprofundamento das desigualdades sociais e deixou como legados nos anos 1980 uma dívida externa impagável e uma inflação galopante da qual nos lembramos até hoje. Além disso, aquela efervescência de sindicatos, camponeses e estudantes que exigiam não apenas democracia política, mas também democracia social, foi silenciada. Na ditadura, não só deixamos de ganhar novos direitos, como perdemos muitos dos que já tínhamos, como os direitos de

Jango conversa com generais, entre os quais Castello Branco (à direita), o primeiro presidente da ditadura

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SP



ir e vir, de livre expressão do pensamento e de escolher os governantes, sem contar todos os abusos e violências.

Daniel Aarão Reis também avalia que é necessário manter o golpe de 1964 claro na lembrança do Brasil atual:

— Até algum tempo atrás, ouvíamos muita gente dizer que a democracia brasileira já havia se consolidado. Temos visto, como nos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023, que, na realidade, ela não está consolidada. Precisamos compreender que a democracia não se consolida jamais. É, por excelência, um regime instável e daí vêm a sua força e a sua fraqueza. Precisamos estar sempre vigilantes e protegê-la. A boa reflexão sobre o golpe e a ditadura nos leva a valorizar a democracia. É lamentável que até hoje não tenhamos um museu sobre a ditadura como têm os chilenos. Quando fechamos os olhos para um passado ditatorial, fornecemos a água que move o moinho das forças autoritárias.

Em dezembro de 2013, em sessão solene, o Congresso devolveu simbolicamente o mandato de João Goulart na Presidência da República. Foi anulada a sessão de 2 de abril de 1964 na qual o presidente do Parlamento, senador Auro de Moura Andrade (PSD-SP), declarou vaga a Presidência, o que tornou possível o afastamento de Jango do poder — apesar de ele estar em território nacional, no Rio Grande do Sul.



**Antes do Plano
Real, inflação no
Brasil chegou a
2.500% ao ano**



*Em 1994, plano econômico do presidente
Itamar Franco criou a atual moeda e enfim
acabou com o descontrole de preços no Brasil
que vinha desde meados da década de 1980*



O Plano Real, de 1994, finalmente criou uma moeda forte para o Brasil e pôs fim a um histórico de hiperinflação persistente. Esse plano econômico foi deslançado em fevereiro daquele ano, quando o presidente Itamar Franco enviou para votação no Congresso Nacional a medida provisória (MP) que criou a Unidade Real de Valor (URV), uma espécie de moeda fictícia que antecedeu o real.

A conclusão do plano se deu na virada de junho para julho, quando Itamar mandou para os senadores e deputados a MP que implantou o real — a moeda brasileira mais duradoura desde 1942.

A situação era tão grave que, nos oito anos anteriores ao Plano Real, o país teve quatro moedas diferentes e chegou a registrar, segundo o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), um aumento anual de preços de quase 2.500%. Como comparação, a inflação de 2023 foi de 4,6%.

Documentos da época guardados hoje no Arquivo do Senado, em Brasília, mostram que muitos senadores manifestaram otimismo e esperança quanto às chances de sucesso do Plano Real, enquanto alguns, descrentes, prognosticaram que a inflação, após cair no primeiro momento, logo voltaria com força total.

Integrante do segundo grupo, o senador Henrique Almeida (PFL-AP) discursou:

— Apesar de todas as expectativas formadas em torno do plano de estabilização econômica, o fato é que o Brasil está no limite de sua resistência. Tudo indica que a adoção da URV não impulsionará o crescimento. Em minha opinião, como todos os outros planos, este é um pacote traumático, causador de incertezas e estimulador de remarcação de preços.

O senador Pedro Teixeira (PP-DF) foi ainda mais incisivo e atacou o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, que comandou a equipe responsável por desenhar e executar o Plano Real:

— Abjuro essa política liberaloide, retórica e demagógica do ministro, que é feita de promessas sedimentadas na mitologia de um capitalismo dito democrático, tudo a serviço do sistema financeiro internacional e dos subsistemas dos países submissos a ele, entre os quais estamos nós. Um crime de lesa-pátria a merecer uma CPI! O plano não vai dar certo, senhor Fernando Henrique, e seu sonho será apenas mais um crime que se cometeu contra o povo brasileiro.

Antes de as cédulas e moedas de real começarem a circular, em julho

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 62 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos dos Senhores Ministros de Estado da Justiça, da Fazenda, do Trabalho, da Previdência Social e Chefes do Estado-Maior das Forças Armadas, das Secretarias de Planejamento, Orçamento e Coordenação e da Administração Federal da Presidência da República, o texto da Medida Provisória nº 434, de 27 de fevereiro de 1994, que "Dispõe sobre o Programa de Estabilização Econômica, o Sistema Monetário Nacional, institui a Unidade Real de Valor - URV e dá outras providências".

Brasília, 28 de fevereiro de 1994.

Itamar Franco

Mensagem Presidencial de Itamar Franco ao Congresso Nacional em 1994 trata da criação da URV, espécie de moeda fictícia que antecedeu o real

de 1994, o pacote econômico era conhecido como Plano FHC.

Na direção oposta, o senador Maurício Corrêa (PSDB-DF) manifestou confiança no Plano Real:

— O presidente Itamar Franco ficará registrado na história como o homem que fez a transição do imobilismo, da descrença, para um país novo, de expectativas. Ele consertará a nossa economia e se credenciará como um dos grandes presidentes desta República.

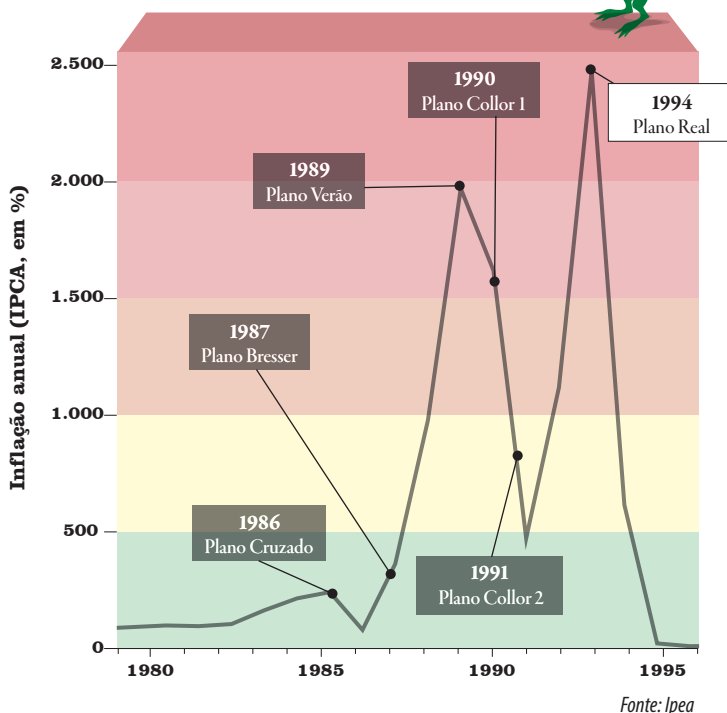
O senador Albano Franco (PSDB-SE) seguiu a mesma linha do colega. Lembrando que 1994 era um ano de eleição presidencial, ele afirmou:

— Seria mais cômodo para o presidente e seu ministério simplesmente se entregarem à administração do cotidiano, deixando a recuperação da moeda para o próximo governo. Mas decidiram enfrentar o problema e, neste final de mandato, correr os riscos inerentes a um plano de estabilização. Itamar demonstrou mais uma vez sensibilidade humana. Afinal, a inflação é responsável pelo estado de miséria e dilaceração social a que estão submetidas imensas parcelas do povo brasileiro.

Nos tempos da hiperinflação, os empregados do comércio usavam a todo momento as máquinas de etiquetar preços, substituindo os valores antigos por novos mais altos. Foi na época do Plano Real que começou a se espalhar pelo Brasil a tecnologia da leitura de código de barras.

Anos de hiperinflação

Ao longo de 15 anos, entre 1980 e 1994, a inflação no Brasil esteve fora de controle, sem que os planos econômicos conseguissem vencê-la em definitivo



O senador Eptácio Cafeteira (PPR-MA) resumiu o drama:

— A moeda perde o valor todo dia, tanto que faz parte do noticiário econômico de todas as televisões e rádios o preço do dólar, que às vezes muda três vezes: de manhã, na hora do almoço e de noite, na hora do fechamento do comércio. Quando a moeda não tem valor, basta dormir fora do banco para valer menos. Não quero defender nenhum supermercado ou loja, mas isso naturalmente leva o comerciante a adaptar a sua mercadoria ao preço da moeda, senão ele não pode repor o seu estoque.

Nos discursos, os senadores descreveram comportamentos típicos dos brasileiros daqueles tempos pré-Plano Real. Jutahy Magalhães (PSDB-BR) disse:

— Para não ver evaporar-se o seu dinheiro, o brasileiro teve que se transformar num financista. Falo da classe média. Abrindo qualquer jornal na seção de assuntos econômicos, temos uma ideia do intrincado cipoal de

opções que é oferecido aos investidores. Na verdade, não se trata de investimento no sentido tradicional do termo porque, em geral, não se busca lucro. O que mais deseja o aplicador médio é perder o menos possível. Mesmo os cidadãos mais modestos tiveram que desenvolver um mecanismo de defesa, e esse foi o dos depósitos em cadernetas de poupança.

Ele prosseguiu:

— Tenho que incluir outro segmento, o dos marginalizados, o dos excluídos, o dos que, por não terem emprego nem salário, foram condenados à miséria mais hedionda. Por fim, temos os mais ricos, que se beneficiam do processo inflacionário e da especulação nele embutida.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) citou o seu próprio caso:

— Eu, por exemplo, tenho meu dinheiro na poupança e até tenho conta ativa no “fundão” do Banco do Brasil. Se a inflação é X, o meu dinheiro ali está aumentando. Mas o cidadão, o operário que recebe no fim do mês e paga mensalmente com o que recebe, esse paga a inflação do bolso dele.

O senador Gerson Camata (PSDB-ES) levou para os colegas uma entrevista publicada na revista *Veja* com o bilionário empresário Luciano Benetton, dono da multinacional de roupas que leva o seu sobrenome:

— O industrial italiano faz uma crítica, dizendo que o único país organizado em vias de desenvolvimento que tem uma inflação de 30% ao mês é o Brasil, que o primeiro mundo não consegue entender por que não conseguimos acabar com essa inflação e que a maneira de acabar com ela é simples, mas não queremos, porque a inflação tem sócios.

O senador Ronan Tito (PMDB-MG) concordou com a avaliação de Benetton:

— Se no regime inflacionário há aqueles que pagam, por outro lado há também aqueles que ganham. E quem são os sócios da inflação? São os monopólios que a transferem para o preço, os comerciantes que remarcam. Com isso, realimentam a inflação. E há os banqueiros. Peguem os balanços dos bancos e vejam se um deles, só um deles, perdeu dinheiro em todo este tempo de inflação.

Em fevereiro de 1994, às vésperas de o governo mandar para o Congresso a primeira das duas MPs do Plano Real, o senador Nabor Júnior (PMDB-AC) pôs a hiperinflação brasileira em termos concretos e práticos:

— O pãozinho francês de 50 gramas, que é a alimentação básica da

Necessariamente,
o melhor não é o mais caro.



ITAUTEC 486 SX 33

4Mb RAM, Cache 256kb, Drive 1.44,
HD 214 Mb, Monitor SVGA mono,
Teclado, Mouse, DOS e
Windows em português.

À vista

1.670 URVs

C/ monitor color à vista 1.890 URVs

UPGRADE PARA PENTIUM



Caxias Fone: (054) 223.1466

Av. Rio Branco, 503 cj. 33

Porto Alegre fone: (051) 332.2499



Anúncio comercial publicado em jornal em 1994 mostra preço em URV

população brasileira, na semana passada custava CR\$ 38 [cruzeiros reais] e hoje está sendo comprado a CR\$ 58. Não podemos admitir que isso ocorra num tempo democrático e fundado nos direitos sociais.

A hiperinflação brasileira teve suas origens em 1979, quando explodiu a segunda crise internacional do petróleo, provocando uma subida dos preços do produto. Os Estados Unidos, fortemente dependentes do petróleo importado, passaram a ter uma inflação considerável. Para contê-la, o Federal Reserve (banco central americano) aumentou as taxas de juros no país. Isso acabou afetando o mundo todo e provocou uma recessão generalizada.

As dívidas que países da África e da América Latina tinham com bancos dos Estados Unidos subiram exponencialmente, porque estavam financiadas aos juros ingleses, por sua vez vinculados aos juros americanos, e se tornaram impagáveis. O México, em 1982, decretou moratória (calote da dívida externa).

De acordo com o economista Pedro Paulo Zahluth Bastos, professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e coordenador do Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica, o Brasil havia contraído a dívida externa na ditadura militar para financiar tanto as empresas estatais que orientavam a economia nacional quanto a indústria privada.

O dinheiro dos bancos americanos contribuiu com o 2º Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), na segunda metade da década de 1970.

— Os Estados Unidos fizeram pressão sobre a ditadura militar para que o Brasil não se transformasse num segundo México, pois, dado o tamanho da dívida brasileira, isso quebraria o sistema financeiro americano. Por orientação do Fundo Monetário Internacional [FMI], o Brasil e os demais países do sul global adotaram políticas de corte de gastos públicos, para terem dinheiro para o pagamento dos juros da dívida, e realizaram fortes desvalorizações cambiais, para assegurar superávit comercial, mas isso provocou inflação. Foi por essa razão que o descontrole inflacionário dos anos 1980 ocorreu ao mesmo tempo no Brasil, na Argentina, na Bolívia, no Equador.

O economista explica que esse mesmo tipo de hiperinflação afetou os países derrotados na Primeira Guerra Mundial, como a Alemanha, que tiveram que desvalorizar suas moedas para fazer frente às dívidas de guerra estabelecidas pelo Tratado de Versalhes.

Zahluth Bastos diz que as orientações do FMI ainda tiveram como efeito indesejado o colapso do setor produtivo brasileiro nos anos 1980, prejudicando o emprego. Elas também reduziram a arrecadação tributária e dificultaram ainda mais o pagamento da dívida. Ele continua:

— Na época, criou-se o discurso de que a alta inflação surgiu porque o Brasil era irresponsável nos gastos públicos. Isso colou, mas não é verdade. A alta inflação surgiu por causa da política econômica orientada para gerar grandes superávits comerciais de modo a pagar o serviço da dívida e proteger os bancos americanos. Foi isso que interrompeu o nosso ciclo de crescimento econômico.

Os documentos do Arquivo do Senado mostram que em 1994 houve especulações a respeito de um possível golpe de Estado decorrente da hiperinflação. Quando o Plano Real foi lançado, fazia apenas nove anos que a ditadura militar havia chegado ao fim.

Da tribuna do Plenário, o senador Affonso Camargo (PPR-PR) leu uma reportagem de jornal em que o presidente da Confederação das Associações Comerciais do Brasil, Guilherme Afif Domingos, candidato derrotado na eleição presidencial de 1989, afirmava que, na tentativa de baixar a inflação, o presidente da República seguinte poderia “atropelar a democracia e governar sem o Congresso”. O senador disse:

— Afif declarou que a permanência da inflação no patamar de 30% ao mês será fatal para a democracia e que a história mostra que a inflação neste século gerou totalitarismo [como o fascismo na Itália e o nazismo na Alemanha].

O senador Pedro Simon pediu a palavra para dizer que o risco de um golpe de Estado, embora pequeno, não poderia ser desprezado:

— O senhor Armando Falcão [ministro da Justiça na ditadura militar], durante 15 minutos na TV Manchete, pregou o golpe. Sabemos que essas vivandeiras existem, à espera do caos, do que é pior. É natural que numa sociedade haja 3% de birutas, de pessoas excepcionais, que vivem essa realidade. A imensa maioria é democrata e defende um regime de paz. Mas, se não nos prepararmos, se a imensa maioria dos democratas for desorganizada, irresponsável, uma minoria desorganizada terminará avançando.

O senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), que ocupou diferentes ministérios na ditadura militar, procurou tranquilizar os colegas e disse que não haveria golpe:

— O ex-ministro Armando Falcão não comanda tropa, não tem qualquer tipo de relacionamento nem mesmo com o Clube Militar. E quem é o Afif Domingos, nosso ex-colega de Congresso Nacional, para poder dizer que o golpe vai ser dado? Já participei de quatro movimentos dessa natureza na minha vida militar. Ganhei dois e perdi dois. Não estou ávido de desempatar.

Para tentar derrotar a hiperinflação, os dois primeiros presidentes do período democrático tentaram de tudo.

Os planos econômicos do presidente José Sarney incluíram o congelamento de preços, com a convocação aos cidadãos para que denunciassem às autoridades os comerciantes que remarcassem os preços ou escondessem as mercadorias. Eles ficaram conhecidos como “fiscais do Sarney”.

Os planos de Fernando Collor de Mello, por sua vez, incluíram o confisco temporário do dinheiro que a população tinha depositado nos bancos.

As experiências foram traumáticas. No caso dos congelamentos, os preços de fato baixaram inicialmente, mas logo em seguida dispararam de novo, num violento efeito rebote.

No caso do confisco bancário, os brasileiros se sentiram traídos, pois

Collor havia dito que seria o candidato Luiz Inácio Lula da Silva quem faria isso se vencesse a eleição presidencial de 1989.

O Plano Real que o ministro Fernando Henrique Cardoso prometia não teria nada disso.

— Este é o primeiro plano no Brasil feito às claras, sem pacote, sem feriado bancário. Estou torcendo e rezando para que dê certo — disse o senador Gerson Camata.

— A concepção do plano é boa? — perguntou o senador Ronan Tito, para ele mesmo responder logo em seguida. — Diria até que é mais do que boa. É ótima. Depois de tantas mágicas, as margens de manobra foram diminuindo. Fica difícil, para mim, questionar um plano que respeita contratos, que não sequestra poupança e que, afinal de contas, não comete os desatinos que os planos ou os pacotes anteriores cometeram. Afinal, agrediram a população, caíram em cima da cabeça da população brasileira.

Alguns dos integrantes da equipe econômica de Fernando Henrique haviam participado da elaboração do Plano Cruzado, no governo Sarney, como os economistas André Lara Resende e Pêrsio Arida. Na avaliação do

PLANO ECONÔMICO

Itamar diz que real é conquista do povo

Presidente conclama os empresários para não aumentarem os preços dos produtos

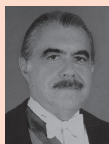
Brasília - O presidente Itamar Franco disse ontem, ao lançar oficialmente o real, que a nova moeda irá mudar, "de forma definitiva", o curso da história do Brasil. Reunido no salão oval do Palácio do Planalto com 24 dos seus 27 ministros - Marinha, Exército e Transporte foram representados por interinos -, Itamar conclamou os empresários a não aumentarem os preços de seus produtos e prometeu usar todos os "recursos constitucionais" para evitar abu-

ARQUIVO PIONEIRO



Otimismo: Franco afirma que moeda será sólida

As estratégias contra a hiperinflação



Não deram certo

José Sarney

Plano Cruzado (1986)

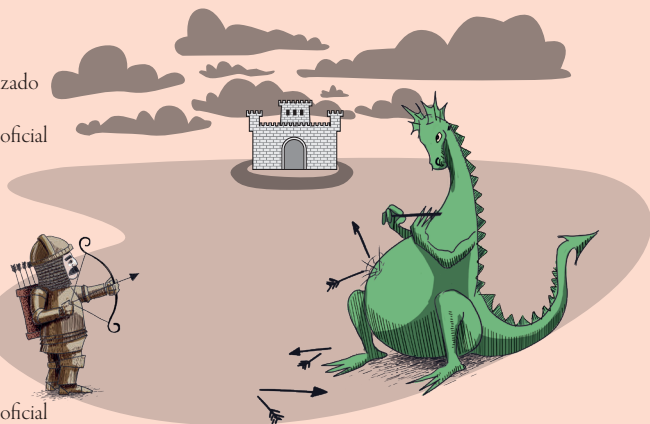
- corte de três zeros da moeda e transformação do cruzeiro no cruzado ($\text{Cr\$ } 1.000 = \text{Cz\$ } 1$)
- congelamento da taxa de câmbio oficial
- congelamento de preços

Plano Bresser (1987)

- congelamento de preços

Plano Verão (1989)

- corte de três zeros da moeda e transformação do cruzado no cruzado novo ($\text{Cz\$ } 1.000 = \text{NCz\$ } 1$)
- congelamento da taxa de câmbio oficial
- aumento das taxas de juros



Não deram certo

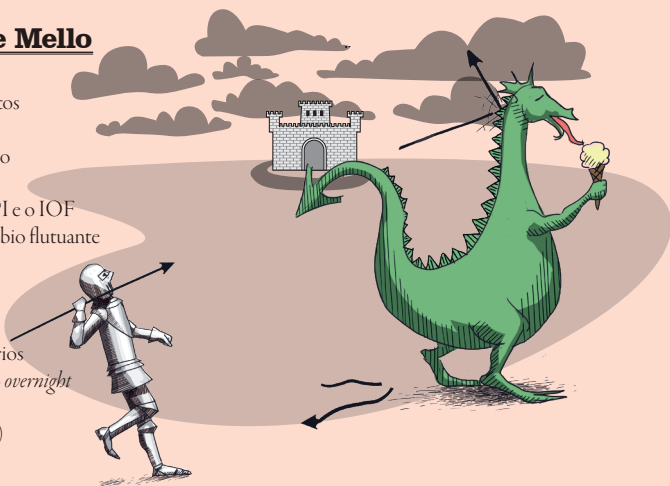
Fernando Collor de Mello

Plano Collor 1 (1990)

- retenção (confisco) dos depósitos bancários por 18 meses
- transformação do cruzado novo no cruzeiro ($\text{NCz\$ } 1 = \text{Cr\$ } 1$)
- criação de impostos como o IPI e o IOF
- implantação do regime de câmbio flutuante
- abertura comercial gradual da economia brasileira

Plano Collor 2 (1991)

- congelamento de preços e salários
- extinção das aplicações do tipo *overnight* (para resgate no dia seguinte)
- criação da taxa referencial (TR) de juros, usada até hoje

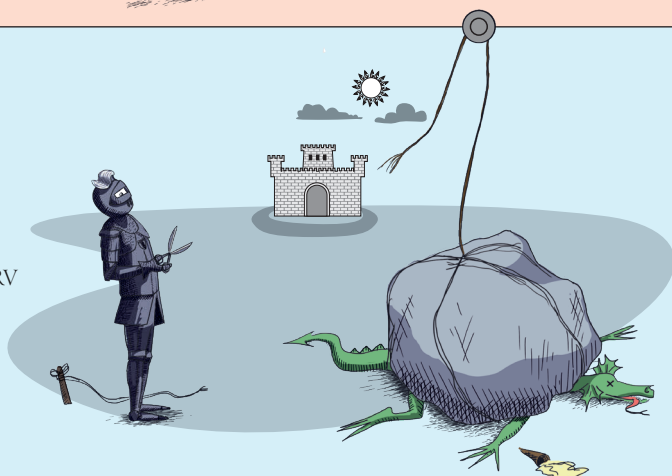


Deu certo

Itamar Franco

Plano Real (1994)

- adoção temporária da Unidade Real de Valor (URV)
- substituição da URV e do cruzeiro real pelo real ($\text{CR\$ } 2.750 = \text{US\$ } 1 = 1 \text{ URV} = \text{R\$ } 1$ no dia 1º de julho)



Fonte: Banco Central e Vanessa Martins Goulart/UFRJ

senador Esperidião Amin (PPR-SC), isso era positivo, pois eles, mais do que ninguém, saberiam evitar os erros do passado:

— Hoje [28 de fevereiro de 1994] é o dia do nascimento de outro plano. Há oito anos, nascia o Plano Cruzado. Boa parte da paternidade é a mesma. Comentam alguns que algumas barbas encaneceram, outros fios azularam. E, de uma forma ou de outra, os pais, oito anos depois da última paternidade, devem ser mais responsáveis.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) fez uma recomendação ao governo:

— Combater a inflação, erradicar esse problema endêmico é prioritário, ainda mais em função das consequências altamente regressivas para a população. Mas esperamos que o governo ataque concomitantemente o problema da miséria, tome medidas com igual vigor para melhorar a distribuição da riqueza. É preciso assegurar a cada pessoa uma renda mínima, o direito à cidadania, que lhe viabilize pelo menos tomar o café da manhã, almoçar e jantar para ir à escola com força e energia para aprender, desenvolver-se e obter remuneração a mais adequada possível no mercado de trabalho.

O Senado teve participação no Plano Real não apenas discutindo e votando as MPs do governo. Pertencia à Casa o artífice da estabilização econômica. Fernando Henrique era senador, eleito pelo PMDB de São Paulo, desde 1983. Ele havia se licenciado do Senado para assumir, no governo Itamar, primeiro o Ministério das Relações Exteriores e depois o Ministério da Fazenda.

O senador Affonso Camargo discursou:

— Sentimo-nos aliviados quando assumiu o Ministério da Fazenda o nosso colega Fernando Henrique Cardoso, cujas qualidades não preciso aqui enumerar, e percebemos que Sua Excelência recebeu carta branca do presidente Itamar Franco para administrar os problemas da economia brasileira, além da promessa de que, a princípio, apenas elealaria sobre economia.

Bem menos otimista, Eptácio Cafeteira preferiu lembrar que o ministro não era economista, mas sociólogo:

— A impressão que tenho é que a boa fé, a boa vontade e o caráter do nosso companheiro Fernando Henrique Cardoso desaparecem diante da falta de conhecimentos técnicos para tomar medidas que possam segurar

esta inflação. Diria até que a “paulada” que promete dar na inflação não vai ser mais do que uma batida de toalha molhada.

O ministro respondia que o importante era estar rodeado de economistas competentes.

Antes de Fernando Henrique, o presidente Itamar Franco teve três diferentes ministros da Fazenda. Um dos motivos para a escolha do senador para assumir o combate ao descontrole inflacionário foi o seu bom trânsito político com os senadores e deputados decorrente da longa experiência no Senado.

A partir do anúncio oficial do Plano Real, em dezembro de 1993, Fernando Henrique compareceu algumas vezes ao Senado, tanto ao Plenário quanto à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), para explicar aos parlamentares os mecanismos da nova moeda e a necessidade de aprovar as duas MPs.

— Estamos convictos de que, dentro de poucos meses, no momento do real, a inflação cairá a zero — assegurou ele numa dessas audiências públicas.

— O aspecto mais dramático da inflação brasileira não é que ela esteja impedindo o crescimento econômico, o que também ocorre. Mas ela, sobretudo, assegura a desigualdade social, garante um padrão de concentração de renda. Fico irritado quando certas pessoas dizem que não estou olhando para o social. Isso é demagogia. Para eu poder olhar para o social para valer, tenho que criar as condições de sustentabilidade do crescimento. Não existe programa de combate à fome sem isso. Dizem também que o programa não olha para o emprego. Como não olha para o emprego? Estamos criando as condições para que haja investimento — afirmou o ministro em outra audiência.

— Vou dizer com franqueza aos membros do Senado, Casa à qual pertença: preciso de apoio. Não estou pedindo quase nada. Será que o Congresso, que votou o Plano Verão e votou o Plano Collor, não pode agora dar esse mínimo ao país? — pediu Fernando Henrique.

O senador Almir Gabriel (PSDB-PA) avaliou:

— O fato de o ministro e a equipe econômica do governo virem a este Senado debater revela o dado mais importante desse plano, que é o seu conteúdo democrático. O governo, via ministro Fernando Henrique Cardoso, pretende que o plano de estabilização econômica tenha a adesão



GETÚLIO GURGEL/ACERVO PRES. F. H. CARDOSO

Fernando Henrique Cardoso em evento sobre o real

e a participação da sociedade brasileira.

A Unidade Real de Valor, prevista na medida provisória de fevereiro, era uma espécie de moeda fictícia e transitória que tinha o mesmo valor do dólar norte-americano. Por ser uma moeda forte, o dólar serviu de âncora para a URV. Nunca existiram cédulas dela. A URV não substituiu o cruzeiro real, mas conviveu com ele por quatro meses.

Os preços no Brasil passaram a aparecer nas duas moedas. Os valores expressos em cruzeiros reais (uma moeda “podre”), por força da hiperinflação, continuaram crescendo diariamente, mas os respectivos valores expressos em URVs (uma pseudomoeda forte) pouco ou nada mudaram com o passar do tempo. O mesmo valeu para os salários, que apareciam tanto em cruzeiros reais quanto em URVs.

Até então, os empresários, os consumidores e até o poder público só agiam no dia a dia contando com a inevitabilidade dos aumentos galopantes, o que acabava retroalimentando e perpetuando a inflação. O grande objetivo da URV foi preparar a mentalidade do Brasil para um ambiente novo em que os preços não mudassem incessantemente.

Em 1º de março, o primeiro dia, 1 URV equivalia a CR\$ 647,50. Em 30 de junho, o último dia, correspondia a CR\$ 2.750.

Houve críticas à âncora cambial. O senador Eduardo Suplicy ponderou:

— Atrelar a URV ao dólar de forma rígida pode representar a dolarização da economia brasileira, de maneira apenas um pouco diferente da que realizaram a Argentina e outros países, que perderam significativamente a autonomia de sua política monetária e cambial. A dolarização implica ficar atrelado às decisões do Tesouro e do Banco Central americanos. Gera, além disso, perda de competitividade internacional e, portanto, dependência de financiamentos externos, obtidos muitas vezes em condições adversas de prazo e custo. O pior está na dificuldade de reverter o processo uma vez iniciado.

Incisivo, o senador Magno Bacelar (PDT-MA) se disse indignado:

— Nunca ao longo da minha vida política assisti a uma promoção tão

PIONEIRO
DIÁRIO DE INTEGRAÇÃO REGIONAL

CAXIAS DO SUL
ANO 46
Nº 5.791

R\$ 0,40 -
CR\$ 1.100,00

REAL

tomazoni
kubas EXPRESS

COPA 94
Última rodada com surpresas

Dallas - A última rodada do grupo D do mundial nos EUA, disputada ontem, apresentou surpresas. A Nigéria ganhou da Grécia por 2 a 0 e garantiu o 1º lugar. Em Dallas, a Argentina perdeu para a Bulgária, também por 2 a 0, e terminou a 1ª fase em 3º lugar. A vitória assegurou a 2ª colocação aos búlgaros. Nas oitavas-de-final, a Argentina enfrenta a Romênia em Los Angeles. A Nigéria, em Boston, joga com a Itália. A Bulgária atua contra o México. Diego Maradona está fora da Copa por causa da confirmação do doping.
Páginas 18 a 21 e contracapa

Suspensos exames de Aids em Caxias

Caxias do Sul - A falta de auxiliares de laboratório no Centro de Orientação e Apoio Serológico (Coas) de Caxias do Sul está impedindo a realização de exames gratuitos para detecção do vírus HIV, causador da Aids. A assistente social do Coas, Regina Soares, relata que os exames estavam suspensos desde fevereiro, pela falta do material adequado no Instituto de Pesquisas Biológicas do Estado. As duas funcionárias encarregadas da tarefa foram afastadas por serem auxiliares médicas e não terem direito aos adicionais nos salários.
Página 2

INDICADORES

PRORR
R\$ 223 4190

Dólar - fechamento ontem

Paralelo	2.550,00/2.700,00
Turismo	2.560,00/2.610,00
Comercial	2.712,00/2.750,00

Sexta-feira

Preço/pça	47,6097%
TR	46,8753%

DISQUE REAL - 0800 99 23 45

O golpe contra a inflação

Caderno Especial e páginas 14 e 15

grande, a tanto subterfúgio para dolarizar a economia do nosso país.

Pedro Simon, que era o líder do governo no Congresso, disse que não se tratava da dolarização do Brasil e acrescentou:

— Não temos de ligar o nosso destino ao dólar. O atrelamento não pode ser definitivo. Quando o programa der certo e eventualmente o valor da nossa moeda diminuir, tomaremos providências no sentido de desvinculá-la do dólar. Creio que será feito isso.

Em 1º de julho, quando o país já estava devidamente acostumado com a URV, o cruzeiro real foi substituído pelo real, moeda prevista na segunda medida provisória do Plano Real. A URV também deixou de existir. Naquele dia, 1 URV equivalia a R\$ 1.

Nos debates das medidas provisórias no Congresso, um parlamentar propôs uma emenda para que as importâncias em dinheiro fossem grafadas com o símbolo BR\$, numa referência direta ao Brasil. Ele argumentou que os Estados Unidos usavam US\$ para sua moeda (US significa United States). A emenda não foi aprovada.

O lançamento do real não coube a Fernando Henrique Cardoso. Confiando nos bons resultados que o plano produziria, ele deixou o Ministério da Fazenda na virada de março para abril, ainda na fase da URV, para se candidatar à Presidência da República pelo PSDB. Quem lançou o real foi seu sucessor no ministério, Rubens Ricupero.

Muitos senadores não aprovaram a saída do ministro Fernando Henrique em plena transição do cruzeiro real para o real.

Numa audiência pública, o senador Eduardo Suplicy perguntou aos economistas que assessoravam Fernando Henrique:

— Se sair o ministro, que cara terá o Plano FHC? Os membros da equipe hoje têm segurança de qual será a fórmula tomada pelo plano de estabilização com a saída do ministro daqui a 15 dias, se ocorrer? Essa pergunta é importantíssima para a sociedade brasileira.

O economista Edmar Bacha respondeu:

— Atravessaremos esse [Rio] Rubicão quando a ele chegarmos. Sua Excelência tem declarado que não é candidato.

O senador Magno Bacelar se indignou:

— Sua Excelência não engana mais ninguém com a mídia que tem utilizado. O programa [Plano Real] é o pré-lançamento de sua candidatura e o país já tem consciência disso.

PLANO ECONÔMICO

Já está tudo pronto para chegada do real

ECONOMIA

17

Amanhã o país vai viver a maior troca de moedas já feita em sua história

CIDA DAMASCO
Agência RBS



Porto Alegre - O Brasil desmencadeia amanhã a maior e mais complexa operação de

troca de moedas da história de todos os países. Ontem, já haviam desembarcado nos cofres dos bancos aproximadamente R\$ 8 bilhões e mais R\$ 2 bilhões deverão chegar até amanhã. Só no estado, R\$ 321 milhões deverão ser distribuídos na arrancada do plano e R\$ 452 milhões ficarão sob a guarda do Banco Central.

O plano de estabilização, montado por Fernando Henrique e depois conduzido pelo ministro Rubens Ricupero, tem fôlego suficiente para permitir uma travessia razoavelmente tranquila até o próximo governo. Mas, para mostrar resultados duradouros e consistentes, o novo presidente da República terá de providenciar medidas complementares. Reformas estruturais, centralizadas no inchado e ineficiente setor público, são indispensáveis para impedir a volta da inflação a curto prazo.



Ricupero: travessia tranquila até próximo governo

FAÇA A CONTA CERTA

R\$ 0,01	CR\$ 27,50
R\$ 0,05	CR\$ 135,50
R\$ 0,10	CR\$ 275,00
R\$ 0,50	CR\$ 1.375,00
R\$ 1,00	CR\$ 2.750,00
R\$ 5,00	CR\$ 13.750,00
R\$ 10,00	CR\$ 27.500,00
R\$ 50,00	CR\$ 137.500,00
R\$ 100,00	CR\$ 275.000,00

Combustível está mais caro hoje

Caxias do Sul - Os combustíveis tiveram seus preços reajustados mais uma vez desde a zero hora de hoje. A gasolina comum custa hoje CR\$ 1.480 e a aditivada CR\$ 1.510 cada litro. O álcool comum passou para CR\$ 1.170 e o aditivado para CR\$ 1.200 o litro, enquanto o diesel comum está custando CR\$ 911 e o aditivado CR\$ 934. O percentual de aumento para Caxias do Sul foi de 4,02%, um pouco superior à média nacional, que ficou em 3,89%. A diferença se deve ao custo do transporte dos combustíveis até a Serra gaúcha. Este foi último reajuste de junho.

Rubens Ricupero, que substituiu Fernando Henrique no Ministério da Fazenda, aparece em reportagem sobre o lançamento do real

O senador Ney Maranhão (PRN-PE) pediu:

— Ministro Fernando Henrique Cardoso, acima de sua candidatura está o Brasil. Não saia do ministério, senão o barco irá ao fundo e o plano econômico não dará certo. O povo acredita em Vossa Excelência!

Assim que Fernando Henrique oficializou a candidatura presidencial, as críticas ao plano aumentaram, partindo principalmente daqueles que seriam seus adversários na eleição. Pedro Simon analisou os ataques:

— Sejam sinceros. Não vamos querer que o senhor Luiz Inácio Lula da Silva, o senhor Leonel Brizola, o senhor Orestes Quécia, o senhor Esperião Amin e outros candidatos estejam por aí a endeusar o plano, a dizer que ele é fantástico e daí a pouco achem que o Fernando Henrique

vai ganhar. A crítica é normal. E digo que não estou vendo nos presidenciais um sentido de bater para destruir ou para fazer com que o plano não dê certo. Hoje sabemos que, para o ano que vem, ele terá mais ou menos garantidas a sua ação e a sua administração.

Tanto na véspera da criação da URV quanto na da implantação do real, o Brasil assistiu a aumentos desenfreados de preços, praticados por quem quis se aproveitar do momento de mudança para lucrar mais e por quem estava escaldado com os planos econômicos anteriores e dessa vez não desejava ter novas surpresas desagradáveis.

Os senadores se indignaram.

— Constatamos, de forma insofismável, a existência de inflação em URV. Minha preocupação é a de que, com o anúncio da entrada em vigor do real em 1º de julho, ocorram ainda remarcações muito mais acentuadas nos preços dos produtos, principalmente daqueles que compõem a cesta básica do trabalhador brasileiro — discursou Nabor Júnior.

— Começamos a entender que há muita gente neste país que não quer realmente que a inflação acabe. Há bancos e empresas que vivem desse tipo de especulação. Há setores do comércio que são irresponsáveis, impatrióticos — disse Gerson Camata.

— Eu disse ao ministro Fernando Henrique que ele tinha que agir e, se for o caso, colocar na cadeia, porque esses setores estão roubando. Aliás, está nos jornais de hoje que o ministro declarou que aumentar em URV é roubar. É isto que tem gente fazendo: roubando! É fundamental que o governo tome providências — cobrou Pedro Simon.

— Será preciso ter muita cadeia neste país. Será preciso reservar alguns estádios de futebol para prender os que abusaram violentamente e cometeram crimes contra a economia popular. O ideal seria não anunciar as prisões [com antecedência]. Seria melhor agir durante a noite — sugeriu o senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE).

O temor dos senadores era que, por causa desse combustível extra jogado na inflação, o Plano Real acabasse naufragando. Não foi, felizmente, o que ocorreu. Os preços em real rapidamente se ajustaram à nova realidade. A estabilização econômica foi um sucesso.

Conforme havia projetado a equipe econômica do governo, a inflação começou a despencar de imediato. Em junho de 1994, último mês do cruzeiro real, inflação mensal medida pelo IPCA foi de 47,5%. Em julho,

primeiro mês do real, ficou em 6,8%.

E a queda continuou. Em todos estes anos desde o início do Plano Real, a inflação mensal quase nunca passou de 1,5%. Alguns meses chegaram a registrar inflação zero e até deflação. O Brasil ganhou uma moeda estável.

O economista Pedro Paulo Zahluth Bastos, da Unicamp, explica que um pacote semelhante ao Plano Real dificilmente poderia ter surgido e dado certo nos anos 1980:

— Em 1994, vivíamos um contexto muito específico. O governo Collor já havia promovido a abertura financeira e comercial do Brasil para o mundo. Com a abertura financeira e a redução dos juros nos Estados Unidos, os dólares voltaram a entrar no Brasil e a moeda nacional se valorizou. Dadas a facilitação da compra de produtos importados e a valorização cambial, o preço das mercadorias caiu em termos reais. Como os juros no mundo voltaram a ficar muito baixos, o Brasil pôde renegociar a dívida externa em condições mais favoráveis. O controle da inflação naquele momento não ocorreu apenas no Brasil, mas em todos aqueles países que haviam sido tragados pela crise dos anos 1980.

Um dos efeitos colaterais, dada a entrada de produtos importados a preços competitivos, foi o enfraquecimento da indústria nacional, que nunca mais conseguiu voltar aos patamares anteriores aos da década de 1980, com reflexos no desemprego.

Por outro lado, o fim do descontrole crônico de preços permitiu que o poder público deixasse de voltar todas as suas atenções para o pagamento de uma dívida externa impagável, o combate à inflação e o pagamento da dívida externa e começasse a olhar outras áreas, como a social.

De acordo com os papéis históricos do Arquivo do Senado, os brasileiros logo se deram conta de que o real tinha chegado para ficar. Dois meses após o lançamento da nova moeda, o senador Eduardo Suplicy discursou:

— O povo brasileiro dá extraordinário valor ao fato de que os preços estão crescendo menos do que em junho último. A cesta básica diminuiu desde 1º de julho, quando estava em torno de R\$ 107. Hoje encontra-se em torno de R\$ 99. Mas ainda bem acima dos R\$ 85 de março último.

O senador Maurício Corrêa afirmou:

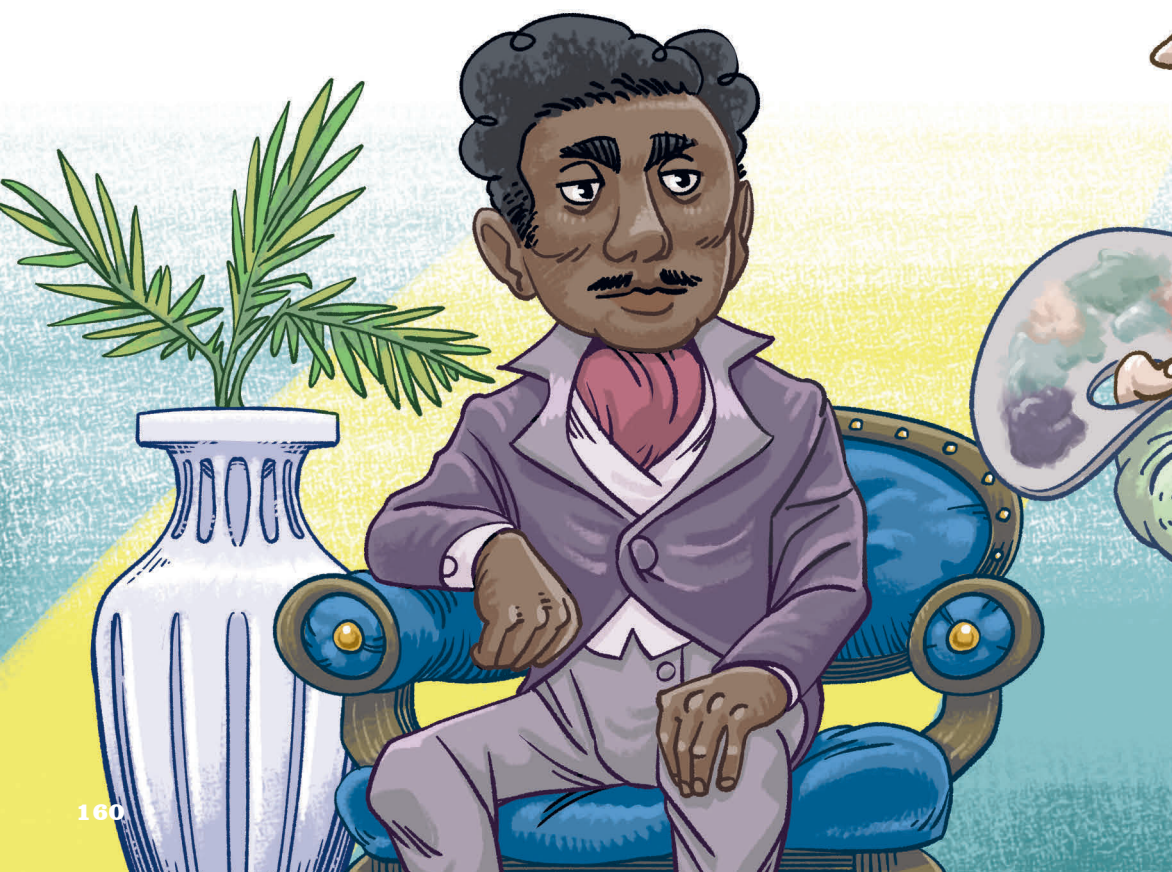
— Ontem li no *Correio Braziliense* os resultados de uma pesquisa

segundo a qual o índice de aceitação do governo Itamar Franco está em 71%. As pesquisas davam 44% em outubro do ano passado e março deste ano. Além disso, 68% dos brasileiros acreditam que o Brasil caminha bem e que a política está dando certo. Esse reflexo de Brasília transpira para o Brasil inteiro. É o que a nação está sentindo.

Na eleição de outubro de 1994, três meses após o lançamento do real, Fernando Henrique Cardoso foi o vencedor das eleições presidenciais logo no primeiro turno.



Os senadores negros que a história mostrou como brancos



*Segundo o senador e defensor da
igualdade racial Abdias Nascimento,
parlamentares negros do Império e
da República foram “embranquecidos”
por biógrafos, por retratistas e pelos
próprios políticos*



Quando o ativista do movimento negro Abdias Nascimento (PDT-RJ) tomou assento no Senado, em 1991, senadores e jornalistas afirmaram que se tratava de um marco histórico, pois enfim surgia um senador negro no Brasil, o primeiro a quebrar a exclusividade branca na instituição.

O próprio Abdias, porém, fez questão de desmentir o suposto pioneirismo.

O Arquivo do Senado, em Brasília, guarda o discurso inaugural que ele proferiu no Plenário, em novembro daquele ano. Abdias contou aos colegas que, após fazer uma longa e minuciosa pesquisa histórica, localizou 22 senadores negros antes dele, “aí incluídos pretos, mulatos, pardos, filhos de primeira e segunda geração”. Não foi uma tarefa simples.

— Tive de usar de uma sagacidade de pesquisador à beira da astúcia, indo a dezenas de fontes, cruzando vários dados, cotejando muitas informações, para chegar a esse número. Isso porque aqueles 22 senadores não assumiram etnicamente a sua condição de afro-brasileiros, muito menos as causas da negritude.

Entre os senadores com sangue africano, Abdias localizou Rodrigues Alves e Nilo Peçanha, que também foram presidentes da República, e



O candidato presidencial Tancredo Neves e os ativistas do movimento negro Lélia Gonzalez e Abdias Nascimento em 1984

Tancredo Neves, que morreu antes de receber a faixa presidencial.

Ele encontrou senadores negros até mesmo no Império, período em que a escravidão vigorava. Entre eles, destacam-se o Barão de Cotegipe e Zacarias de Gois e Vasconcelos, que foram primeiros-ministros do Brasil.

Segundo Abdias, o equívoco dos colegas e da imprensa, descrevendo-o como o primeiro senador negro do Brasil, era compreensível:

— Por um processo de autorrejeição da própria identidade, [os 22 senadores] omitiram-na em seus currículos e assentamentos no Senado. Biógrafos e historiadores tentaram mascarar identidades, driblar genealogias, omitir ascendências, dissimular traços e características étnicas. Retratistas, pintores e fotógrafos, por ordem dos senadores ou de seus familiares ou mesmo por moto próprio, falsificaram, europeizaram fisionomias, criaram cabelereiras, procurando esconder o “estigma” africano dos retratados.

Ele continuou:

— Talvez eu seja o primeiro, sim, a assumir orgulhosamente sua etnia, sua cultura e religião, suas origens africanas e, sobretudo, a luta coletiva do povo africano em nosso país.

Um dos últimos nomes daquela lista de 22 foi Tancredo Neves (MG), senador no fim dos anos 1970 e no início dos anos 1980.

— Seria leviano afirmar que nas veias do mineiro Tancredo de Almeida Neves corria também o nobre sangue africano? — perguntou Abdias, para ele próprio responder. — Creio que não, levando em consideração seus traços fisionômicos, assim como de muitos de seus familiares, conforme testemunha seu primo [negro] D. Lucas Moreira Neves, cardeal primaz do Brasil e arcebispo da Bahia.

Abdias Nascimento esteve cara a cara com Tancredo Neves na campanha eleitoral em 1984, quando lhe entregou um documento com as demandas do movimento negro, e inclusive votou nele para presidente da República em 1985. Como deputado federal, Abdias fez parte do Colégio Eleitoral que elegeu Tancredo.

Nos tempos da escravidão, pela lista de Abdias, foram seis os senadores negros: Manuel de Assis Mascarenhas (RN), Visconde de Jequitinhonha (BA), Francisco Otaviano (RJ), Visconde de Inhomirim (RN) e os já citados Barão de Cotegipe (BA) e Zacarias de Gois e Vasconcelos (BA).

Eles foram nomeados senadores vitalícios por D. Pedro II em diferentes momentos a partir de 1850. Já fazia tempo que a Câmara dos Deputados

tinha parlamentares com sangue africano. Todos os seis senadores negros tinham sido deputados gerais anteriormente.

Abdias afirmou que senadores negros foram decisivos na derrubada da escravidão:

— Para fazer jus aos senadores afro-brasileiros que me antecederam, é preciso destacar aqueles que, mesmo escondendo a sua identidade de origem, lutaram pelo fim do abominável regime de escravidão. O Visconde de Jequitinhonha foi [como deputado] um dos primeiros parlamentares a condenar a importação de africanos escravizados e propôs o fim do tráfico negreiro, sendo um precursor da propaganda abolicionista.

Ele prosseguiu:

— Desta tribuna, Torres Homem [o Visconde de Inhomirim], filho de uma quitandeira, condenou a escravidão como sistema desumano, jurídico e anticristão. Durante a discussão da Lei do Ventre Livre, demoliu a argumentação dos escravagistas sobre a propriedade dos africanos na condição de bens semoventes, considerando-a uma “doutrina absurda e execrável”.

Nem todos os senadores negros, porém, foram exemplares na luta contra a escravidão. Abdias classificou Zacarias como “ambíguo”:

— Embora negro e abolicionista, por questão meramente partidária ele combateu o projeto da Lei do Ventre Livre.

Houve um senador negro que atuou contra a própria raça. O Barão de Cotegipe foi descrito por Abdias como “o maior escravocrata que o Parlamento conheceu”:

— Ruy Barbosa o chamou de “mulato envergonhado”. Mesmo sendo negro, lutou tenazmente contra a abolição e procurou retardá-la ao máximo. Insistiu até a sanção da Lei Áurea na indenização aos senhores escravocratas, defendendo projeto de sua autoria para essa finalidade.

A historiadora Ana Flávia Magalhães Pinto, que é diretora-geral do Arquivo Nacional e professora da Universidade de Brasília (UnB), afirma que o Brasil imperial tinha uma população de negros nascidos livres muito maior do que se costuma supor:

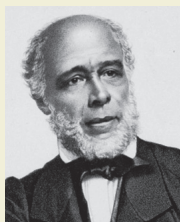
— O subdimensionamento se deve a uma matriz de memória que reduz a presença negra nesse período à imagem do escravizado. Na contramão disso, hoje há estudos sobre liberdade negra na sociedade escravista que apontam que os sujeitos negros proeminentes foram bem mais numerosos do que conseguimos imaginar, embora bem menos numerosos do

Os senadores negros do Império

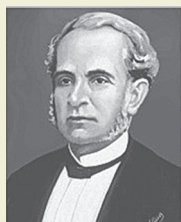
De acordo com Abdias Nascimento, houve pelo menos seis parlamentares negros no Senado imperial



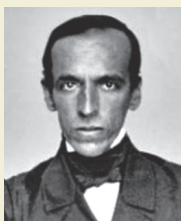
Manuel de Assis Mascarenhas
Rio Grande do Norte
1850-1866



Visconde de Jequitinhonha
Bahia
1851-1870



Barão de Cotegipe
Bahia
1856-1889



Zacarias de Gois e Vasconcelos
Bahia
1864-1877



Francisco Otaviano
Rio de Janeiro
1867-1889



Visconde de Inhomirim
Rio Grande do Norte
1868-1875

que tinham potencial para ser.

Autora de pesquisas sobre a população negra livre no Império, a historiadora explica que as figuras negras da elite imperial, incluindo os senadores, optavam por silenciar em relação à própria identidade racial:

— Em termos políticos, a afirmação desse pertencimento, mais que desencorajada, era constrangida. Que vantagem havia em explicitar algo que não era tratado como virtude? Personagens de destaque da política brasileira até tiveram a ascendência africana destacada em debates públicos, mas sobretudo como forma de ataque. Isso explica por que, embora todos vissem ou soubessem o óbvio, eles preferiram sustentar uma espécie de pacto de silêncio.

Na República, foram 16 os senadores negros antes de Abdias Nascimento. De acordo com ele, o primeiro foi Manuel Vitorino (BA), que, após



Visconde de
Inhomirim,
senador crítico
da escravidão

deixar o Senado, seria o vice do presidente Prudente de Morais.

Depois dele, veio Rodrigues Alves (SP), que em 1902, no intervalo entre seus dois mandatos no Senado, tornou-se presidente do Brasil.

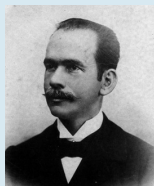
— Os biógrafos de Rodrigues Alves se penduram na nacionalidade portuguesa do seu pai para ignorar a sua negritude, à qual se referem eufemisticamente como “morenice”, legado de sua mãe afro-brasileira, Isabel Perpétua, conhecida como Nhá Bela — criticou Abdias.

No discurso de 1991, o senador também destacou o presidente Nilo Peçanha (RJ), que ocupou um assento no Senado antes de chegar ao Palácio do Catete, em 1909:

— Brígido Tinoco, numa literária e afetuosa biografia, saúda o seu

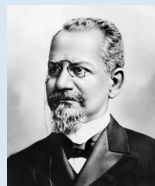
Os primeiros senadores negros da República

De acordo com Abdias Nascimento, houve pelo menos 16 parlamentares negros antes dele no Senado republicano



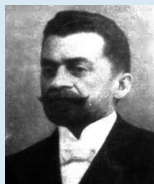
Manuel Vitorino

Bahia
1892-1894



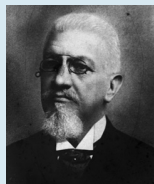
Rodrigues Alves

São Paulo
1893-1899 e 1916-1917



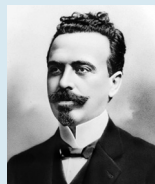
Severino Vieira

Bahia
1895-1898 e
1906-1911



Francisco Glicério

São Paulo
1902-1916



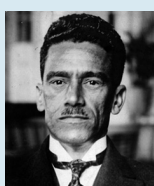
Nilo Peçanha

Rio de Janeiro
1903-1904, 1912-1914
e 1921-1924



João Mangabeira

Bahia
1930



Fernando Melo Viana

Minas Gerais
1946-1955



Fernandes Távora

Ceará
1947-1963



Mozart Lago

Distrito Federal
1951-1955



Otávio Mangabeira

Bahia
1959-1960



Antônio Balbino

Bahia
1963-1971



Virgílio Távora

Ceará
1971-1978 e
1983-1988



Nelson Carneiro

Rio de Janeiro
1971-1995



Tancredo Neves

Minas Gerais
1979-1983



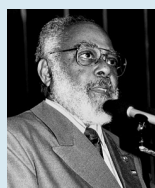
Waldon Varjão

Mato Grosso
1980-1982



Laélia de Alcântara

Acre
1981 e 1982-1983



Abdias Nascimento

Rio de Janeiro
1991-1992 e 1997-1999

nascimento com uma constatação: “moreninho como o pai”. Outro perfilador de Nilo o descreve como “um homem simples, de tez pigmentada”. Um terceiro fala do “menino pobre do Morro do Coco”.

Abdias contou aos colegas que certa vez pretendeu escrever um livro sobre “os grandes africanos que ajudaram a construir este país” e procurou um descendente de Nilo Peçanha.

— Resultado: fui repreendido por esse membro da família, que não admitia sequer a mestiçagem do “menino do Morro do Coco”, considerando tal versão uma infâmia.

Além de um aguerrido militante, Abdias Nascimento era um intelectual estudioso das questões raciais. Ele escreveu o livro *O Genocídio do Negro Brasileiro: processo de um racismo mascarado*, de 1978. Recorrendo aos

seus estudos sobre o racismo brasileiro, o senador explicou:

— A atitude desse familiar de Nilo não é de estranhar quando consideramos que ele viveu numa época não tão remota em que a intelectualidade e a liderança política do país cultivavam uma preocupação constante, beirando a histeria, com a suposta inferioridade da nossa população “mestiça”, tingida pela “mancha negra” do sangue africano “infectado”.

Abdias prosseguiu:

— Após a abolição, horrorizados com o espectro da maioria africana que naquele momento ganhava

MUSEU DA REPÚBLICA



Nilo Peçanha, que foi senador e presidente da República, com seu cachorro Jicky

juridicamente a cidadania, trataram de embranquecer o país, “limpar o sangue”. A população brasileira precisava “fortalecer-se com a ajuda dos valores mais altos das raças europeias”, segundo Arthur de Gobineau. Desde Sílvio Romero e Oliveira Viana até Joaquim Nabuco, todos concordavam que a massiva imigração europeia e a política da mestiçagem socialmente compulsória iriam, na expressão deste último, “contribuir para elevar o teor ariano do nosso sangue”.

O senador citou outros dois intelectuais do fim do século 19 e do início do século 20:

— José Veríssimo exultou: “A mistura de raças é facilitada pela prevalência do elemento superior. Por isso mesmo, mais cedo ou mais tarde, ela vai eliminar a raça negra daqui”. João Pandiá Calógeras declarava por volta de 1930: “A mancha negra tende a desaparecer num tempo relativamente curto em virtude do influxo da imigração branca, em que a herança de Cam se dissolve”. A maior preocupação era o tempo que levaria para eliminar de nosso meio o elemento africano: 100 anos, 200, 300?

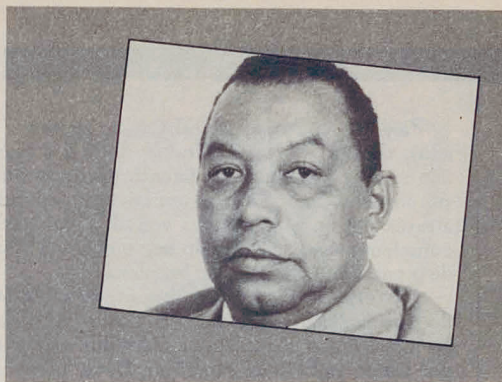
Abdias lembrou que o pensamento racista e o desejo branqueador apareceram explicitamente na Constituição brasileira de 1934, que, no artigo 138, incumbiu o poder público de estimular a eugenia, descrita pelo senador como “a engenharia biológica objetivando eliminar os tipos genéticos indesejáveis, que foi levada às últimas consequências na Alemanha [nazista] daquela época”.

A República também teve os senadores negros Severino Vieira (BA), Francisco Glicério (SP), os irmãos João Mangabeira (BA) e Otávio Mangabeira (BA), Fernando Melo Viana (MG), Fernandes Távora (CE) e seu filho Virgílio Távora (CE),

Francisco Glicério com a filha e a mulher:
filho de uma ex-escravizada, ele foi
republicano e abolicionista no Império
e deputado e senador na República



REPRODUÇÃO



VALDON VARJÃO

Ex-garimpeiro, 56 anos, tabelião em Barra do Garças (estado de Mato Grosso, no centro-oeste) e autodidata, Valdson Varjão (PDS) — o primeiro senador negro do Brasil — é contra o racismo e partidário da integração.

“Comigo isoladamente até que não há o de que reclame. Entrosei-me talvez mais do que outros companheiros que estão aqui há mais tempo. Quando entro no plenário, sou bem recebido e me sinto como se fosse um elemento há muito integrado no meio dos parlamentares do Congresso. O problema da discriminação, portanto, não surgiu para com a minha pessoa. Aliás, eles dizem que não sou negro, sou mulato, um descendente da raça negra. Ser negro, para mim é um orgulho.

Senador Valdson Varjão aparece em edição de 1982 da revista *Cadernos do Terceiro Mundo* sobre o racismo

Mozart Lago (DF), Antônio Balbino (BA) e Nelson Carneiro (RJ), além de Tancredo Neves.

Fecham a lista Valdson Varjão (MT) e Laélia de Alcântara (AC), que foram, no início dos anos 1980, os dois últimos senadores negros antes de Abdias Nascimento. Os três chegaram ao Senado como suplentes.

Abdias, na realidade, se equivocou quando informou que nenhum dos 22 senadores negros que o antecederam se apresentou como afro-brasileiro nem assumiu as causas da negritude.

Os papéis históricos do Arquivo do Senado revelam que Varjão e Laélia foram os únicos da lista que não se calaram e se posicionaram de forma contundente contra o racismo.

Nelson Carneiro até fez pronunciamentos contra o racismo no início dos anos 1970, mas contra o racismo na África do Sul, que vivia um regime institucionalizado de segregação racial.

Em seu primeiro discurso no Senado, em 1980, Valdson Varjão de cara se apresentou como negro:

— Somente invocando a influência da fatalidade posso explicar a minha presença nesta Casa. De origem humilde, tendo eu conhecido os degraus da dificuldade, possuindo poucos conhecimentos e na condição de homem de cor, todas as possibilidades estavam contra mim.

A data para subir pela primeira vez à tribuna do Senado foi escolhida a dedo: 13 de maio, aniversário da Lei Áurea. Varjão apresentou o tema principal do discurso:

— Abordarei o caso do racismo e do preconceito de cor no Brasil, visto pela maioria das pessoas como algo natural e comum. A história brasileira assinala hoje, em seu calendário de datas cívicas, a libertação da raça negra, desfecho de uma luta árdua que vultos dos mais proeminentes travaram com a intolerância escravizante, que pretendia, indefinidamente, manter os seus privilégios. A liberdade fora conseguida, mas começava outra luta, a da integração, a

da eliminação dos preconceitos. Numa espécie de retardada vingança, os brancos puniam com a discriminação, tentando anular os efeitos da abolição da escravidão.

Exatamente um ano mais tarde, a recém-empossada Laélia de Alcântara leu para os colegas senadores uma reportagem sobre uma jovem de 19 anos que naqueles dias fora expulsa de uma boate em Curitiba por ser negra e afirmou:

— Neste dia em que comemoramos a abolição da escravatura, ainda vemos que há espíritos escravos de preconceitos que não deixam uma estudante universitária, porque de cor, dançar na pista de uma boate.

Em outro discurso, a senadora fez uma avaliação da situação do negro brasileiro:

— A apreciação feroz do antropólogo Sílvio Coelho segundo a qual “a atribuição dos subempregos ao contingente de cor foi incentivada por uma sociedade interessada em manter à sua disposição um celeiro de domésticas e lavadores de automóveis” ainda é repetida com visos de verdade.



Laélia de Alcântara, a segunda mulher e a primeira negra a chegar ao Senado

Os negros têm tudo para furar a barreira da penúria e da estagnação. Já é tempo de não mais “se situarem nos índices mais medíocres das estatísticas, nos parágrafos mais soturnos dos relatórios e nos segmentos mais inferiores das pirâmides”.

Tanto no 13 de maio de 1980 quanto no de 1981, Varjão e Laélia foram interrompidos por colegas garantindo que aquela avaliação era exagerada e não existia racismo no Brasil.

Os pronunciamentos antirracistas dos dois senadores foram corajosos para os padrões políticos da época. A ditadura militar promovia a ideia de que o Brasil era uma “democracia racial”, com brancos e negros convivendo em harmonia, sem uma raça privilegiada e outra marginalizada.

Da lista de Abdias Nascimento, pode-se concluir que os senadores negros de pele clara entraram para a história como brancos, entre os quais o primeiro-ministro Barão de Cotegipe e o presidente Rodrigues Alves, e que os senadores de pele escura, que não puderam ser embranquecidos, foram esquecidos pela narrativa oficial, como Valdon Varjão e Laélia de Alcântara.

A historiadora Ana Flávia Magalhães Pinto entende que a existência de uma elite política com sangue africano não aparece nos livros de história porque a forma oficial de narrar o passado do país nunca aceitou o protagonismo negro. Essa é uma das engrenagens do chamado racismo estrutural.

— A sociedade brasileira não foi educada para se orgulhar das personalidades negras, principalmente quando elas ocupam lugares não associados à presença negra, como a política e a cultura — ela explica. — A tentativa de embranquecimento de Machado de Assis é um dos melhores exemplos. Como reconhecê-lo como o maior escritor brasileiro e ao mesmo tempo exaltá-lo como homem negro? O protagonismo negro não está previsto na forma como contamos a história deste país.

De acordo com a historiadora, um dos efeitos dessa história oficial que só valoriza as personalidades brancas é que a sociedade brasileira não consegue aceitar a sua própria imagem coletiva, que é majoritariamente negra:

— Somos o maior país negro fora da África, mas essa imagem não agrada. Lidamos mal com os traumas da escravidão e do racismo e temos uma baixa expectativa em relação à agência histórico-social do povo

brasileiro. Precisamos fazer um acerto de contas com o passado e o presente para que, assim, possamos projetar futuros com mais equidade e reais condições de exercício democrático da cidadania.

Naquele discurso inaugural feito em 1991, o senador Abdias Nascimento afirmou que os brasileiros, especialmente os negros, precisavam saber que o Senado sempre teve políticos com sangue africano:

— O cerne da questão está na identidade nacional. Enquanto o Brasil não assumir a rica beleza de sua identidade africana, a maioria de sua população ficará alijada do conjunto nacional.

Em outro ponto do pronunciamento, ele cobrou:

— A verdade nos foi negada durante séculos e agora tem que ser ensinada nas escolas, para restituir ao contingente majoritário da nossa gente o seu autorrespeito, a sua autoestima e a sua dignidade, fontes do protagonismo e da realização humana.

Abdias, então, encerrou o discurso:

— Um pesquisador mais competente do que eu poderá descobrir outros afro-brasileiros na vida do Senado. Outros senadores poderão se proclamar descendentes da África. Se sou ou não o primeiro afro-brasileiro



ARQUIVO SPHAN/ACERVO IPEAFRO

Em 1983, Abdias Nascimento participa de peregrinação à Serra da Barriga, sítio histórico do Quilombo dos Palmares

nesta Casa, se sou ou não o 23º, pouco importa. Importa, sim, que eu possa cumprir este mandato lutando pelas causas do povo afro-brasileiro, que são as causas da nossa nação. Axé!





Índice onomástico

A

Abrantes, Marquês de 19
Abreu, Florêncio de 18
Afif Domingos, Guilherme 147-148
Agripino, João 135
Alcântara, Laélia de 85, 167, 170-172
Aleixo, Pedro 101
Alencar, José de 16-17
Almeida, Henrique 142
Alves, João Luiz 58
Amado, Jorge 75
Amaral, Tarsila do 38
Amin, Esperidião 157
Andrade Ramos, Mário de 104
Antunes de Cerqueira, Bruno 21
Araújo Lima, Raimundo 33
Arida, Pérsio 151
Ariilha, Margareth 83
Arruda Câmara, monsenhor 82-83, 92
Assis Mascarenhas, Manuel de 24, 163, 165
Azeredo, Antônio 39

B

Bacelar, Magno 155
Bacha, Edmar 155
Balbino, Antônio 167, 170
Bandeira, Augusto 132
Barbacena, Marquês de 15
Barros, Adhemar de 136
Bastos, Lygia Lessa 90
Bastos, Pedro Paulo Zahluth 146-147, 158
Becker, D. João 67
Benetton, Luciano 145
Bernardes, Arthur 38, 42-43, 54
Bilac Pinto, Olavo 115
Bilhão, Isabel 48-51
Bonaparte, Napoleão 71
Braga, Odilon 73
Brás, Venceslau 35
Brizola, Leonel 110-123, 127, 157
Brossard, Paulo 116

C

Cairu, Visconde de 11, 17
Cafeteira, Epitácio 144, 151
Calazans, Padre 132-133
Calógeras, João Pandiá 169

Camargo, Affonso 147, 151
Camata, Gerson 145, 149, 157
Campelo dos Santos, Vinícius 29, 35
Caravelas, Marquês de 10-11
Cardoso, Fernando Henrique 120, 142, 149, 151-153, 155-157, 159
Carneiro, Nelson 86-87, 167, 170
Castello Branco, Humberto 97, 103, 106, 137
Castro, Joaquim de 30
Caxias, Duque de 18-19
Chaplin, Charlie 77
Chaves, Eloy 48
Chaves, Fernando 25-26, 28
Chichorro da Gama, Antônio 17
Claudino, José 76
Coelho, Regina 89
Coelho, Sílvio 171
Collor de Mello, Fernando 148-150
Corrêa, Maurício 143, 158
Correia, Manuel Francisco 31
Costa Ferreira 11
Cotegipe, Barão de 163-165, 172
Couto, Miguel 71
Couto e Silva, Golbery do 121
Cromwell, Oliver 71
Cunha Pedrosa, Pedro da 39, 45

D

Disney, Walt 120
Dutra, Eurico Gaspar 102

E

Earle, Augustus 27
Ermírio de Moraes, José 132
Espínola, Eduardo 73

F

Falcão, Armando 127, 148
Faria, Daniel 136
Feijó, Padre 18
Fernandes Távora, Manuel 167, 169
Ferraz, Joana D'Arc Fernandes 137
Ferreira, Benedito 85
Ferreira de Souza, José 67
Fonseca, Hermes da 58
Franco, Adolpho 127
Franco, Albano 143
Franco, Itamar 142-143, 150, 152, 159
Franco Montoro, André 99

Freire, Américo 118, 123
Friedan, Betty 89
Frontin, Paulo de 42

G

Gabriel, Almir 152
Gama, Fernando 96
Gambi, Thiago 104
Geisel, Ernesto 85
Glicério, Francisco 57, 167, 169
Gobineau, Arthur de 169
Góis e Vasconcelos, Zacarias de 19, 163-165
Góis Monteiro, Manuel de 70
Gonçalves, Wilson 131
Gonzalez, Lélia 162
Gordo, Adolfo 41, 46-47
Goulart, João 103, 106, 110-118, 126-138
Goulart, Neusa 111
Gouvêa de Bulhões, Octavio 106
Grabois, Maurício 75
Guanabara, Alcindo 59-60
Guimarães, Ulysses 97, 101, 103, 106

H

Hindenburg, Paul von 66, 68
Hitler, Adolf 66-78
Hipócrates 87
Holanda Cavalcanti, Antônio Francisco de 25, 27-28, 31

I

Ignácio, José 85
Inhomirim, Visconde de 163-166
Isabel, princesa 21
Itanhaém, Marquês de 19

J

Jaguar 132
Jaguaribe, Visconde de 18, 20
Jequitinhonha, Visconde de 163-165
Jesus, Carolina Maria de 119
Jicky 168
João VI, D. 15
Júnior, Nabor 146, 157
Junqueira, João José 30, 33

K

Koifman, Fabio 68, 77
Kretschmer, Ernst 70
Krieger, Daniel 114

Kubitschek, Juscelino 127-128, 136
Kuhlmann Júnior, Moysés 55, 63

L

Lacerda, Carlos 127, 136
Lacerda, Maurício de 48
Lago, Mozart 167, 170
Leão XIII, papa 133
Leão Veloso, Pedro 19
Leite Chaves, Francisco 121
Leite Neto, Francisco 126
Leuenroth, Edgard 50
Lima Teixeira, João de 111, 120
Lourenço Filho, Marcelo 99, 102
Ludovico, Pedro 129
Lula da Silva, Luiz Inácio 149, 156
Lynch, Christian 20-21

M

Machado, Irineu 39-46, 48
Machado de Assis, Joaquim Maria 19, 172
Magalhães, Jutahy 144
Magalhães Pinto, José de 103
Maia, Álvaro 67
Mangabeira, Otávio 167, 169
Mangabeira, João 167, 169
Mansueto de Lavor, Pedro 157
Maranhão, Ney 156
Maria, Agenor 121
Marinho, Josaphat 133
Marx, Karl 133
Matarazzo, Conde 44
Mauriny, Pedro 45
Medeiros da Fonseca, Romy 89
Menezes, João 86, 88
Moncorvo Filho, Carlos Arthur 55, 57, 59
Mondim, Guido 119
Monte Alegre, Marquês de 19
Monteiro de Barros, Teotônio 70
Montezuma, Francisco de 25
Morais, Prudente 166
Moura Andrade, Auro de 138
Müller, Filinto 130
Muribita, Marquês de 8

Mussolini, Benito 67, 71, 74-75, 77

N

Nabuco, Joaquim 134, 169
Nascimento, Abdias 122, 162-174
Neves, D. Lucas Moreira 163
Neves, Tancredo 113, 162-163, 167, 170
Niemeyer, Oscar 122

O

Oliveira Viana, Francisco José de 169
Otaviano, Francisco 163, 165
Ouro Preto, Visconde de 21

P

Padilha, Raymundo 97, 104
Paraná, Visconde de 29
Paranaguá, Marquês de 31
Passarinho, Jarbas 116-117, 148
Peçanha, Nilo 162, 166-168
Pedro II, D. 15, 21, 24, 28, 35, 163
Pedro I, D. 15, 31
Pereira, Manoel A. 31
Pereira de Vasconcelos, Bernardo 29
Perpétua, Isabel 166
Pessoa, Epitácio 41
Pilla, Raul 116
Pinheiro, João 66
Pinto, Ana Flávia Magalhães 164, 172
Pitanguy, Jacqueline 91-92
Pompeu, Tomás 33

Q

Quadros, Jânio 111, 136
Queirós, Eusébio de 18
Quércia, Orestes 121, 157

R

Rafael, Abel 101-102, 105
Rebello, Aarão 69
Rego, Oziel Bordeaux 58-59
Reis, Daniel Aarão 135, 138
Resende, André Lara 151
Rezende, Eurico 117
Ribeiro, Darcy 123
Ritter, Karl 77
Rocha, Gilvan 89
Rodrigues, Maria Isabel Baltar da Rocha 82

Rodrigues Alves, Francisco 162, 166-167, 172

Romero, Sílvio 169

S

Sá, Mem de 100, 103, 131-132
Salazar, Antônio de Oliveira 75
Salgado, Plínio 71, 75
Samuel, Herbert 73
São Lourenço, Barão de 33
Saraiva, José Antônio 18, 26, 33
Sarney, José 83, 148, 150
Saturnino, José 9
Sena, Adalberto 83
Silva, Carmem da 87
Simon, Pedro 145, 148, 155-156
Sucupira, Luís 67
Suplicy, Eduardo 151, 154-155, 158
Slemian, Andrea 12, 15

T

Távora, Virgílio 167, 169
Teixeira, Pedro 142
Tinoco, Brígido 166
Tirone, Federico 8
Tito, Ronan 145, 149
Turner, Henrique 96

V

Vargas, Getúlio 49-50, 66, 69, 72-74, 76-77, 104, 122, 127
Vargas, Ivete 121
Varjão, Valdon 167, 170-172
Vasconcelos Torres, João Batista de 82-84
Vergueiro, Nicolau 16
Veríssimo, José 169
Viana, Fernando Melo 167, 169
Vianna, Aurélio 126, 131
Vieira, Severino 167, 169
Virgílio, Arthur 114-115, 127, 129-130, 132, 134
Vitorino, Manuel 165, 167


W

Wadsworth, James 56, 61-62

X


Xavier de Oliveira, Antônio 70





Você sabia que, no Brasil do século 19, os senadores eram escolhidos pelo imperador e tinham mandato até o fim da vida?

Que o governo oficializou o Dia do Trabalhador em 1924 para incentivar festas e evitar protestos?



Que o país teve senadores negros em plena época da escravidão?

**LEIA ESTAS E OUTRAS
HISTÓRIAS NESTE VOLUME**



Arquivo S: um olhar jornalístico que revela a riqueza dos documentos históricos do Arquivo do Senado.

SENADO FEDERAL



ISBN 978-65-5676-653-9



9

786556 766539